

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

LETICIA FERREIRA COUTINHO ALVARENGA

O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA APAE DE VITÓRIA

VITÓRIA
2016

LETICIA FERREIRA COUTINHO ALVARENGA

O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA APAE DE VITÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Msc. Elisângela Maria Marchesi

VITÓRIA
2016

LETICIA FERREIRA COUTINHO ALVARENGA

O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA APAE DE VITÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof^a Msc. Elisângela Maria Marchesi - Orientadora

Prof^a Msc. Aláisa Oliveira Siqueira, Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

Prof. Dr. Vicente de Paulo Colodeti, Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

Aos meus amigos, família que eu escolhi e aos meus amados e queridos familiares.

Obrigada por vocês existirem.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me acompanhou e me amparou em mais uma jornada.

À minha amada mãe, que está muito orgulhosa e feliz com a minha conquista.

Ao meu querido pai, que sorri todo orgulhoso e espalha aos ventos a minha conquista.

À minha família, aos meus amigos, que me apoiaram muito nessa caminhada.

À minha orientadora, professora Ma. Elisângela Maria Marchesi, pela paciência e pela dedicação à elaboração deste trabalho.

Aos demais professores do curso, pelo que pude aprender e apreender de cada um, em especial as professoras Alaísa Oliveira Siqueira, Camila Lopes Taquetti, Juliane de Araújo Barroso, Mírian Cátia Viera Basílio, Vicente de Paulo Colodeti e Virgínia Pertence Couto.

Aos meus amigos de classe, em especial, Augusto Del Caro e Juliana Marvila pelos bons momentos de alegria e descontração, em meio às correrias da vida acadêmica.

Às assistentes sociais e os demais colaboradores da APAE de Vitória, assim como, a instituição, pela oportunidade de estágio e pesquisa.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha vitória.

Obrigada a todos!

“Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa depender de
motivação”.

Dalai Lama

RESUMO

Este estudo propõe identificar como se dá o exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória. O presente estudo foi realizado no Centro de Convivência da APAE de Vitória. A APAE de Vitória é uma instituição não governamental do Terceiro Setor, voltada para atendimentos na área da saúde, assistência social e educação à pessoa com deficiência intelectual, múltipla e/ou autismo. Este estudo foi realizado afim de identificar na prática profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE como se dá o processo de trabalho do Serviço Social, identificando sua instrumentalidade, os desafios e as potencialidades do processo de trabalho e as principais demandas realizadas e reprimidas na instituição. Para a realização deste estudo foi utilizado como instrumento e técnica de coletas de dados duas entrevistas semi-estruturada com as duas profissionais de Serviço Social do Centro de Convivência da APAE de Vitória e a análise dos dados colhidos durante a entrevista se deu por meio da análise de conteúdo. Diante disso, afim de identificar como se dá o exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória fez-se necessário este estudo sobre essa temática. Portanto, o presente TCC está dividido em dois capítulos, sendo o primeiro sobre Serviço Social numa breve contextualização de como surgiu a profissão e destaque para o Serviço Social na contemporaneidade e o segundo acerca da Pessoa com Deficiência, direitos e legislações. Aferimos que o exercício profissional não pode perder de vista a análise conjuntural, bem como compreender os impactos das mudanças nas políticas sociais, e, por conseguinte junto aos usuários dos serviços.

Palavras-chave: Serviço Social. APAE de Vitória. Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

This study proposes identify how is the professional practice of Social Service in the Centro de Convivencia at APAE de Vitoria. This study was conducted at Centro de Convivencia at APAE de Vitoria. APAE de Vitoria is a non-governmental institution of the Third Sector, focused on care in health, social care and education to person with intellectual disability, multiple and / or autism. This study was conducted in order to identify the professional practice of Social Service in the Centro de Convivência at APAE how does the process work of Social Service, identifying their instrumentality, challenges and potential of the work process and the main demands made and repressed the institution. For this study was used as a tool and data collection technique two semi-structured interview with both professional Social Service at Centro de Convivencia from APAE de Vitoria and analysis of data gathered during the interview was through the analysis content. Therefore, in order to identify how is the professional practice of social work in the Social Service at Centro de Convivencia of APAE de Vitoria was necessary this study on this topic. Therefore, the TCC present is divided into two chapters, the first on Social Services a brief background of how did the profession and especially the Social Service in the contemporary and the second about the Persons with Disabilities, rights and laws. We assess that the professional exercise can not lose sight of the conjunctural analysis and understand the impact of changes in social policies, and therefore with users of services.

Keywords: Social Service. APAE de Vitoria. Person with a disability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Principais Leis, Decretos e Resoluções das pessoas com deficiência.....	81
Quadro 02 – Geração dos direitos sociais.....	85
Quadro 03 – Programas do Centro de Convivência.....	107

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABRR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AVD – Atividade de Vida Diária
CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado
CBISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEAS – Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo
CECAF – Centro Clínico “Anselmo Frizera”
CEDAB – Centro de Diagnóstico “Dr. Américo Buaiz”
CEFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
CENAS – Centro de Assistência Social
CETURB – Companhia de transportes Urbanos da Grande Vitória
CFE – Conselho Federal de Educação
GAS – Grupo de Ação Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEDES – Instituto Educacional do Espírito Santo
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
ONU – Organização das Nações Unidas
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
SUAS – Serviço Único de Assistência Social
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1 SERVIÇO SOCIAL.....	27
2.1.1 As bases para o surgimento do Serviço Social.....	27
2.1.2 O Surgimento do Serviço Social no Brasil.....	36
2.1.3 O Serviço Social na contemporaneidade.....	52
2.2 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E LEGISLAÇÕES VOLTADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	70
2.2.1 Marco Legal.....	70
2.2.2 Concepções de Direitos.....	84
2.2.3 Estado, políticas sociais e políticas públicas brasileiras.....	87
3 METODOLOGIA.....	99
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	105
4.1 A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE VITÓRIA.....	105
4.2 CENTRO DE CONVIVÊNCIA – LOCUS DA PESQUISA.....	106
4.2.1 O exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência.....	108
4.2.2 A instrumentalidade do Serviço Social no Centro de Convivência.....	112
4.2.3 Desafios e potencialidades do Serviço Social no Centro de Convivência.....	118
4.2.4 Demandas realizadas e reprimidas pelo Serviço Social no Centro de Convivência.....	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
6 REFERÊNCIAS.....	131

APÊNDICE A.....	136
APÊNDICE B.....	137

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi motivado pela inserção do campo de estágio na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Vitória, onde tal vivência culminou na aproximação e no interesse sobre o tema “o exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória”. Portanto, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo identificar como se dá o exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória. Buscamos também descrever o exercício profissional do Serviço Social desenvolvido pelas assistentes sociais no Centro de Convivência da APAE de Vitória e seus desdobramentos, tais como, identificar a instrumentalidade profissional do Serviço Social, identificar os desafios e as potencialidades do exercício profissional do Serviço Social e identificar as principais demandas realizadas e reprimidas pelo Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória.

A APAE de Vitória, hoje com 51 anos de atuação, nasce do patrimônio do Instituto Educacional do Espírito Santo (Inedes) em 7 de maio de 1965 dando início ao Movimento APAEano no Estado. “A APAE de Vitória é uma instituição do Terceiro Setor, sem fins econômicos, que presta atendimento de qualidade a pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo” (APAE DE VITÓRIA - ES, acesso em 26 Abr. 2016).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais atua:

[...] Nas áreas de prevenção, diagnóstico, reabilitação, aprendizagem e inclusão no mercado de trabalho, visando à inclusão social. Para iniciar as atividades na Instituição, a pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo passa por uma triagem, e depois será encaminhada aos atendimentos necessários (APAE VITÓRIA – ES, acesso em 26 Abr. 2016).

Em seu último planejamento estratégico ficou definido como missão da APAE de Vitória:

Promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à inclusão social, à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária (APAE VITÓRIA – ES, acesso em 26 Abr. 2016).

Atualmente, a APAE de Vitória tem em sua dependência institucional serviços e programas, tais como, Centro de Diagnóstico “Dr. Américo Buaiz” (CEDAB), Centro Clínico “Anselmo Frizera” (CECAF), Centro de Atendimento Educacional

Especializado “Zezé Gabeira” (CAEE), Centro de Assistência Social “Maria Luiza Dadalto” (CENAS), além dos setores administrativos e operacionais.

O espaço onde é realizado o estudo sobre o exercício profissional do Serviço Social na APAE de Vitória é o Centro de Convivência, o qual está inserido nos programas ofertados pelo Centro de Assistência Social “Maria Luiza Dadalto”. O Centro de Convivência é um espaço que oferece atendimentos socioocupacionais e profissionalizantes e, também atendimento às famílias dos usuários. Esses atendimentos têm como objetivo proporcionar aos usuários a manutenção de suas capacidades físicas, sociais e intelectuais, garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida como cidadão.

Dessa forma, esse TCC visa contribuir no meio acadêmico para o aprofundamento do estudo da prática profissional neste âmbito de atuação, sendo importante seu debate por se tratar de um espaço da prática do assistente social, ampliando o conhecimento e entendimento o serviço, compreendendo sua instrumentalidade, desafios, potencialidades, demandas e possibilidades enquanto prática interventiva articulando aos princípios do Código de Ética Profissional.

A prática profissional do Serviço Social na atualidade, segundo lamamoto (2011, p.19):

[...] procura-se à recuperar alguns dos recursos e forças teóricas e ético-políticas, acumulados a partir dos anos 1980, para enfrentar essas desafios, trabalhando especificamente o processo de trabalho em que se insere o Assistente Social – ou seja, a prática do Serviço Social - e as alternativas ético-políticas que se colocam hoje ao exercício e a formação profissional crítica e competente.

O estudo em questão poderá contribuir para o aprofundamento teórico e prático da profissão, pois segundo lamamoto (2011, p.20):

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes do cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Espera-se que esse estudo possa contribuir para o exercício profissional do Serviço Social proporcionando mais conhecimento sobre essa temática, bem como, manter o tema atual à profissionais e estudantes. O estudo dessa temática tem forte relevância social e científica, pois, a identidade profissional está construída de forma sólida.

Portanto, esse TCC irá identificar a prática profissional do Serviço Social na seguinte forma: introdução, referencial teórico que se divide em dois capítulos, metodologia, resultados e discussão dos dados coletados e considerações finais.

O primeiro capítulo abordamos sobre o surgimento do Serviço Social como profissão no Brasil passando pelas relações sociais e relações de produção controladas pelo capitalismo, entre outros acontecimentos que marcaram a profissão até o Serviço Social na contemporaneidade.

O segundo capítulo trata da trajetória da política social voltada para a pessoa com deficiência, suas lutas e trajetórias, bem como, podemos identificar as concepções e as origens dos direitos civis, sociais e políticos e também, o papel do Estado como garantidor desses direitos.

A metodologia adotada traçou o percurso a ser percorrido delimitando as etapas da consumação desse estudo, sendo assim, foi realizado uma entrevista semi-estruturada com profissionais de Serviço Social no locus desse TCC.

De posse dos dados coletados, realizamos a análise da prática profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória e de que forma se dá o seu exercício profissional nesse Centro de Convivência.

Por fim, apresentamos as considerações finais do TCC.

Sendo assim, convido aos leitores, professores, profissionais e estudantes a fazerem à leitura deste estudo, conhecendo, a seguir, um pouco sobre o exercício profissional do Serviço Social na APAE de Vitória.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 SERVIÇO SOCIAL

2.1.1 As bases para o surgimento do Serviço Social

O Serviço Social surge no âmago do período capitalista em meio as relações sociais e relações de produção controladas pelo capital. Portanto:

Para situar o significado da profissão de Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, faz-se necessário, inicialmente, procurar apreender o movimento no qual e através do qual se engendram e se renovam as relações sociais que peculiarizaram a formação social capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 35).

A produção capitalista nada mais é do que a produção e reprodução das relações sociais de produção, afinal, é na vida em sociedade que se ocorre a produção. Para lamamoto e Carvalho (2013) a produção é intitulada como uma atividade social, pois, necessita que os homens estabeleçam determinados vínculos e relações mútuas para que haja uma transformação na natureza, ou seja, para que se realize a produção, isto posto:

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 36).

No processo capitalista de produção, “[...] a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas” (IAMAMOTO; CARVALHO, p.36).

De acordo com lamamoto e Carvalho (2013, p. 37), “[...] o capital é a relação social que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social”, sendo esse considerado uma relação social, aproxima-se o trabalho assalariado. O capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos pontos in comuns, mas ao mesmo tempo antagônicos podendo um se expressar no outro ou um negar o outro.

Segundo Martinelli (2011, p. 29) “o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção do capital”.

Martinelli (2011, p. 29) disserta sobre o modo de produção atribuído por Karl Marx da seguinte maneira:

O conceito de modo de produção, conforme utilizado por Marx, abrangia tanto a natureza técnica da produção – por ele chamada de estágio de desenvolvimento das forças produtivas – como a maneira pela qual se definia a propriedade dos meios de produção e as relações sociais entre as pessoas, decorrentes das suas implicações com o processo de produção.

O modo de produção capitalista era peculiar as relações sociais entre os homens e forças produtivas, segundo Martinelli (2011, p. 29):

Definia também, como consequência, uma nova estrutura social, pois a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe que representava uma minoria da sociedade determinava o aparecimento de uma outra classe, constituída por aqueles que nada tinham, a não ser a sua própria força de trabalho. Nesse contexto [...] o capitalismo como modo de produção passa a se assentar em relações sociais de produção capitalista, marcadas fundamentalmente pela compra e venda da força de trabalho, tornada mercadoria como qualquer outra, pois essa é a base desse sistema que traz como exigências implícitas a existência de meios de produção sob a forma de mercadoria e o trabalho livre assalariado.

Entender os desdobramentos do capitalismo, cuja esteira gestou o Serviço Social, “implica incursionar pelo tempo e penetrar na estrutura da sociedade, de forma a identificar o estágio das forças produtivas e a organização social correspondente, especialmente no sistema de classe” (MARTINELLI, 2011, p. 30).

De acordo com Martinelli (2011, p. 30) a história do capitalismo é também reconhecida como a história das classes sociais, e assim, as classes sociais:

[...] constituem o elemento fundamental para se compreender tanto o capitalismo em si mesmo quanto a marcha histórica da humanidade, profundamente relacionada com seus conflitos, antagonismos e lutas [...].

Nesse contexto que se tem o modo de produção e as relações sociais dele decorrentes, deve-se considerar como início do período capitalista aquilo que são características desse sistema, dentre essas, o elemento que define o capitalismo: a posse privada dos meios de produção por uma classe minoritária e a exploração da força de trabalho daqueles que não o detêm (MARTINELLI, 2011).

Através da exploração do trabalho e “essa separação entre meios de produção e produtor e a consequente subordinação direta desde ao dono do capital permitem que se instaure o ciclo de vida do capital, o seu processo de acumulação primitiva” (MARTINELLI, 2011, p. 31).

Segundo Martinelli (2011, p. 33), “o processo de acumulação primitiva do capital havia cumprido um ciclo bastante significativo, do qual resultara a existência de uma

força de trabalho assalariada e livre”. Essa força de trabalho vai ascender tanto no campo quanto na cidade, com significativa presença na cidade, devido as mudanças geradas pelo capitalismo.

“A diferenciação e os antagonismos entre as classes se acentuavam e o desenvolvimento do capitalismo, em sua fase mercantil, introduzia significativas alterações na estrutura, relações e processos sociais” (MARTINELLI, 2011, p. 34).

Martinelli (2011, p. 36) analisa o crescimento do capitalismo a partir do novo modo de produção, onde os trabalhadores ocupavam as fábricas e indústrias devido à efetiva expansão do capital, portanto:

Há nesse momento uma demanda contínua de mão-de-obra para atender o ritmo da produção fabril e, assim, a concentração da produção leva uma concentração da população operária, que, passando a viver nos arredores da fábrica, vai incrementar no surgimento das cidades industriais, como condição necessária do capital.

De acordo com Martinelli (2011, p. 37), o modo de produção capitalista havia penetrado na estrutura da sociedade, representando para a classe burguesa completude histórica e “para o proletariado, a ascensão do capitalismo significava a exploração de suas próprias vidas”.

“A expansão material e concreta de tais antagonismos será a luta de classes, instituindo-se como um verdadeiro signo das relações entre burguesia e proletariado”. O processo de produção do capitalismo não é apenas um processo de reprodução das relações sociais entre burguesia e proletariado, mas um processo de produção das relações (Martinelli, 2011, p. 37).

Iamamoto e Carvalho (2013, p. 72) ao refletirem sobre o processo de produção e reprodução das relações sociais referem que “a produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e recriação das formas sociais de que se reveste, é um processo eminentemente social” e ainda acreditam que esse processo:

É indissociável das relações sociais que na era do capital têm como agentes fundamentais os capitalistas e trabalhadores assalariados, considerados não apenas individualmente, mas como representantes de classes sociais antagônicas.

A expansão do capital, o poder da classe capitalista e a criação da classe trabalhadora geram, portanto, “uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na luta de classes” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 73).

No processo de reprodução e dominação do poder da classe capitalista se tem um embasamento material para uma nova forma de organização da sociedade, conseqüentemente:

A sociedade capitalista, expressão histórica do desenvolvimento social e, portanto, necessária à expansão das forças produtivas do trabalho social, encontra-se em processo de recriação e de negação. O mesmo processo que a recria, reproduz os seus antagonismos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 73).

O processo que culminou as lutas de classes, também acarretou alguns malefícios à população trabalhadora, “[...] este processo se expressa numa pauperização crescente em relação ao crescimento do capital. Não se trata, necessariamente, de pauperização absoluta, mas relativa à acumulação do capital [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 73).

Em meios as transformações percebidas pela sociedade em termos de estrutura social, organização econômica e modos de produção, visível a esse processo de reprodução e dominação do poder da classe capitalista tem-se como consequência a exploração que:

[...] se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador; o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar. O período da infância se reduz pelo ingresso precoce de menores na atividade produtiva. As mulheres tornam-se trabalhadoras produtivas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 73).

Em meio às mudanças oriundas do capitalismo encontra-se o crescimento dos equipamentos e maquinários modernos, o aumento de acidentes de trabalho, que geram inúmeras vítimas dentro das indústrias. “O processo de industrialização, ao atingir todo o cotidiano do operário, transforma-o num cotidiano de sofrimento, de luta pela sobrevivência” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 73).

A luta pela sobrevivência dos trabalhadores era expressa em confrontos pelo capital, a fim de buscar a redução do processo de exploração do trabalho e benefícios, tais como, a jornada de trabalho reduzida para oito horas, a legislação trabalhista, o sindicalismo livre entre outros (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

“Quanto ao capitalismo, modo de produção profundamente antagônico e pleno de contradições, desde o início de sua fase industrial instituiu-se como um divisor de águas na história da sociedade e das relações entre os homens” (MARTINELLI, 2011, p. 53).

O capitalismo não esconde que em seu sistema há a exploração da maioria pela minoria. “[...] A luta de classe se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa”. Portanto, a classe trabalhadora torna-se um mero atributo do capital, abusivamente explorada (MARTINELLI, 2011, p. 54-55).

“Nas condições de oferta elástica de mão-de-obra e de uma força de trabalho ainda desorganizada e heterogênea, o domínio do capital sobre o trabalho marcava não só as negociações como a própria vida dos trabalhadores”, mais ainda, a burguesia como classe dominante manipulou por muito tempo os salários e as condições de trabalho dos proletariados, excluindo os trabalhadores das decisões de sua própria vida trabalhista (MARTINELLI, 2011, p. 57).

Por trás da burguesia encontrava-se o Estado e todo o capital que era acumulado na constante exploração de trabalho e na ascensão do capitalismo, portanto, naquela conjuntura:

As alternativas do trabalhador empobrecido, em face das condições de trabalho que os donos do capital estabeleciam, eram sombrias: ou se rendia à lei geral da acumulação capitalista, vendendo sua força de trabalho a preços e concorrência cada vez mais vis, ou capitulava diante da draconiana legislação urbana, tonando-se dependente do Estado e, no mesmo instante, declarado “não cidadão”, ou seja, indivíduo destituído da cidadania econômica, da liberdade civil (MARTINELLI, 2011, p. 57).

“A realidade trazida pelo capitalismo estava posta e imposta: ou o trabalhador se mercantilizava, assumindo a condição de mercadoria útil ao capital, ou se coisificava, assumindo o estado de “coisa pública” [...]” (MARTINELLI, 2011, p. 57).

Era muito grave a realidade trazida pelo capitalismo à vida daqueles sujeitos, que começaram a se preocupar dentro das fábricas e indústrias. “À medida que se dava seu processo organizativo, suas grandes preocupações foram transformando-se em bandeiras de lutas” (MARTINELLI, 2011, p. 58).

De acordo Martinelli (2011, p. 58-59), em meios as preocupações, os trabalhadores explorados dentro das fábricas se organizavam e assim, logo:

[...] produzia uma séria inquietação na burguesia, cujo grande objetivo era a consolidação de uma estrutura econômica unificada para toda a sociedade, abalada a cada momento em que os trabalhadores se manifestavam de modo coletivo.

Nos ardis do capitalismo, a fase de expansão da industrialização “[...] criou condições favoráveis para que os donos do capital se unissem em torno da

preservação de seu patrimônio e de sua crescente expansão” (MARTINELLI, 2011, p.59).

Segundo Martinelli (2011, p. 59), “as questões sindicais e trabalhistas continuavam, porém, a animar o movimento operário que prosseguia em sua marcha, predominantemente sob o signo da prática sindical”. Desde então:

[...] nenhuma das medidas propostas pela legislação trabalhista, ao longo desse período, significou uma concessão do poder público ou dos donos do capital. Todas decorreram de árduas e complexas lutas e negociações dos trabalhadores. [...] Conseguiram vitórias trabalhistas, que além de reduzir as violências do cotidiano ajudavam a recompor as forças para as lutas.

Nesse período eminente a contradições entre as classes, os trabalhadores conseguiram que o Estado concedesse alguns benefícios, tais como, a regulamentação da jornada de trabalho infantil, a jornada de trabalho para dez horas, educação básica, mas também buscou estratégias para controlar o movimento operário (MARTINELLI, 2011).

A criação de estratégias e o esforço da burguesia e do Estado centravam-se “no objetivo de dar ao seu poder político uma estabilidade plena, tanto quanto possível, tornando-o intocável pelos trabalhadores e irreversível historicamente” (MARTINELLI, 2011, p. 60).

Para Martinelli (2011, p. 60), “nesse sentido, além do movimento dos trabalhadores, preocupava a burguesia, pelo que trazia de risco à ordem social por ela produzida, a crescente onda de problemas sociais que acompanhara a expansão do capitalismo”.

Os problemas sociais que acompanharam a expansão do capitalismo indicaram que “a classe trabalhadora crescera visivelmente, introduzindo uma nova geografia nos centros urbanos: a da pobreza, que se fazia acompanhar da geografia da fome e da generalização da miséria” (MARTINELLI, 2011, p. 60).

“Obcecada por um pensamento fixo – o de expandir e consolidar o modo burguês de produção, tornando-o irreversível -, a burguesia se mantinha sempre em busca de estratégia e táticas que pudessem viabilizar a consecução de seus objetivos” (MARTINELLI, 2011, p. 60).

A respeito do pensamento burguês, Martinelli (2011, p. 60) nos diz que “sua lógica imobilista, que a levava a operar apenas com o aparente [...]”, sua preocupação maior era:

[...] Criar formas e alternativas que permitissem ajudar os interesses do capital tanto os movimentos dos trabalhadores como a expansão dos problemas sociais. Tal expansão deixava a burguesia muito apreensiva, pois era um retrato vivo daquilo que, mesmo como estratégia de autopreservação do capitalismo, pretendia ocultar: a face da exploração, da opressão, da dominação, da acumulação da pobreza e da generalização da miséria (MARTINELLI, 2011, p. 60-61)

Entre contradições e discursos:

A própria organização entre classes antagônicas, apoiava uma estrutura social produzida para garantir o domínio econômico e político da classe burguesa em relação ao proletariado, era, por si só, reveladora de uma atitude que afrontava os direitos da liberdade e de dignidade de vida (MARTINELLI, 2011, p. 61).

“As crescentes dificuldades e obstáculos criados para impedir a organização do proletariado e a expressão de suas manifestações denunciavam, por sua vez, o desrespeito aos seus direitos políticos” (MARTINELLI, 2011, p. 61-62).

As formas encontradas pela burguesia para impedir a organização do proletariado foram:

Separar o trabalhador dos meios de produção, levá-lo à alienação de sua própria força de trabalho, exercer um rigoroso controle sobre seus movimentos, seja no interior da fábrica, seja no contexto social mais amplo, eram entre outros, os mecanismos usuais dos quais a burguesia se avalia para consolidar o seu poder e fortalecer a malha alienante que envolvia a sociedade por ela engendrada (MARTINELLI, 2011, p. 62).

As novas formas de prática social para a burguesia deveriam criar mecanismos “que dessem uma aura de legitimidade à ordem social burguesa, tornando-a inquestionável e, em consequência, aceitável pelo proletariado” (MARTINELLI, 2011, p. 62).

Racionalizar a prática social para burguesia tinha objetivos muito claros, tal como, seu projeto hegemônico de domínio de classe. Para tanto:

Racionalizar a assistência [...], após as derrotas dos trabalhadores, significava transformá-la em um instrumento auxiliar no processo de consolidação do modo de produção capitalista, em uma ilusão necessária à eterna reprodução das relações capitalistas de produção (MARTINELLI, 2011, p. 63).

Segundo Martinelli (2011, p. 63) a transformação da assistência em instrumento seria através da aproximação entre os agentes que já desenvolviam ações filantrópicas e a burguesia, por sua vez, visando a racionalização da assistência e sua normatização, portando, “a burguesia queria apropriar-se da prática social para submetê-la aos seus desígnios”.

A burguesia sob influência e orientações de economistas da época, tomou um posicionamento para o enfrentamento da Questão Social¹, seguidos pelas doutrinas das Escolas Humanitárias e a Filantrópica (MARTINELLI, 2011).

A Escola Humanitária:

É a que lastima o lado mau das relações de produção atuais. Para a tranquilidade de sua consciência, esforça-se para amenizar o mais possível os contrastes reais, deplora sinceramente as penúrias do proletariado e a desenfreada concorrência entre os burgueses; aconselha os operários a serem sóbrios, trabalharem bem e terem poucos filhos; recomenda aos burgueses que moderem seu furor na esfera da produção (MARTINELLI, 2011, p. 63).

“A Escola Filantrópica é a escola humanitária aperfeiçoada. Nega a necessidade dos antagonismos; quer converter todos os homens burgueses e aplicar a teoria, desde que esta se diferencia da prática e não contenha antagonismos” (MARTINELLI, 2011, p. 63-64).

A burguesia identificou-se mais com a Escola Filantrópica, pois “seu objetivo não era produzir nenhuma alteração substancial na ordem social, mas apenas mantê-la sob seu rigoroso controle, afastando os antagonismos que a desestabilizavam” (MARTINELLI, 2011, p. 64).

Portanto, “a burguesia encaminhou seus esforços de racionalização da assistência por essa direção, unindo-se nessa tarefa aos seus históricos aliados: a Igreja e o Estado” (MARTINELLI, 2011, p. 64).

O objetivo principal da racionalização da assistência era criar “bases de sustentação”, “capazes de garantir a irreversibilidade do capitalismo, que a burguesia desejava utilizar a prática social dos filantropos, entre outras estratégias” (MARTINELLI, 2011, p. 65).

A burguesia aproveitou a facilidade de acesso dos agentes sociais às famílias operárias e solicitou que esses tentassem transformar e adequar os pensamentos dos trabalhadores “às exigências da sociedade burguesa constituída, em um instrumento de desmobilização de suas reivindicações coletivas” (MARTINELLI, 2011, p. 65).

¹ “Nesse caso, trata-se de afirmar a existência real não da “questão social” e sim de suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista”. SANTOS, 2012, p.18.

“A “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.83-84.

“Burguesia, Igreja e Estado uniram-se em um compacto e reacionário bloco político, tentando cobrir as manifestações dos trabalhadores eurocidentais, impedir suas práticas de classe e abafar sua expressão política e social” (MARTINELLI, 2011, p. 66).

Com caráter de prática de prestação de serviços surge nesse cenário histórico os primeiros assistentes sociais, com a finalidade de propagar a ideia de moralidade e amenizar os conflitos existentes. Os primeiros assistentes sociais erguem-se como executores da prática da assistência social, que ao se concretizar como atividade, se profissionalizam sob a dominação de Serviço Social (MARTINELLI, 2011).

“A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo – [...]” (MARTINELLI, 2011, p. 66).

O Serviço Social é uma profissão que surge como um importante instrumento da burguesia gestado sob uma grande contradição, afim de afastar as tramas das relações sociais do espaço entre as lutas de classe. “[...] Sua própria trajetória o revela – como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegido pela Igreja, como uma mística ilusão de servir” (MARTINELLI, 2011, p. 66).

O Serviço Social é uma criação típica do capitalismo, “uma importante estratégia de controle social, uma ilusão necessária para, juntamente com muitas outras ilusões por ele criadas, garantir-lhe a efetividade e permanência histórica”. Como estratégia da burguesia, os profissionais agiam para tentar mascarar as verdadeiras intenções do capitalismo impedindo que estas fossem identificadas (MARTINELLI, 2011, p. 66-67).

“O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 83).

De acordo com IAMAMOTO e CARVALHO (2013, p. 83), “o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”.

“É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base

de justificação desse profissional especializado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 83).

O surgimento do Serviço Social se dá a partir das relações sociais e relações de produção controladas pelo capitalismo. Inicialmente era reconhecido por desenvolver ações filantrópicas, onde a burguesia tratou de se aproveitar dessa prática social para racionalizar a assistência e concedê-la à seus empregados, que com o passar dos anos e com o desenvolvimento oriundos do capital começaram a lutar por seus direitos. É uma profissão que surge em meio as lutas de classe entre proletariado e burguesia, que a partir o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais necessitou de um profissional qualificado para atender as novas necessidades sociais dos trabalhadores e os novos impasses da burguesia.

2.1.2 O Surgimento do Serviço Social no Brasil

Para Martinelli (2011, p. 121), “o surgimento do Serviço Social no Brasil remota aos primeiros anos da década de 30, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica [...]”.

“A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia” (MARTINELLI, 2011, p. 122).

“Unindo-se ao Estado e à Igreja, como poderes organizados, a classe dominante procurava conceber estratégias como força disciplinadora e desmobilizadora do movimento proletariado” (MARTINELLI, 2011, p. 122).

O Estado “[...] buscou o fortalecimento de suas alianças com a Igreja e com os setores mais abastados da burguesia, com os quais dividiu a tarefa de circunscrever a hegemonia do poder ao restrito âmbito da classe dominante” (MARTINELLI, 2011, p. 122).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2013, p. 86), em sua gênese no Brasil:

O Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade para dinamizar sua missão política de apostolado social junto as classes subalternas, particularmente junto à família operária.

A origem do Serviço Social acionada a Igreja e articulada a movimentos de Ação Social e Ação Católica concebem a atividade profissional um caráter missionário assistencial e paternalista, no qual criará bases materiais e organizacionais e principalmente humanas que permitiram o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013).

Fundada em apoio ao movimento Católico, no ano de 1932, na aliança entre a classe dominante, Estado e a Igreja surge o Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo (CEAS). O CEAS qualificava agentes para a realização da prática social. Frequentava esse curso, apenas moças, jovens católicas que já participavam ativamente de atividades assistenciais ou militares, todas pertencentes a famílias da classe dominante. “De certa forma, através desse curso, abria-se a possibilidade de a mulher paulista marcar sua presença no processo político que se desenrolava em seu próprio Estado” (MARTINELLI, 2011, p. 123).

O Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo (CEAS), marcou a caminhada do Serviço Social no Brasil, que já se iniciou atrelado à burguesia. A burguesia, para além de criar e configurar mecanismos de preservação do seu poder e controlar as lutas de classes faz do Serviço Social uma estratégia de mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como estratégia para garantir a expansão do capital (MARTINELLI, 2011).

Segundo Castro (2011), em 1936, cria-se a Escola de Serviço Social de São Paulo, inspirada pelas ações do Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo (CEAS), a partir de então, iniciasse uma nova etapa na prática da assistência social.

Castro (2011, p. 106) ratifica que o Serviço Social surge como estratégia, quando diz:

Se as escolas de Serviço Social – em particular, a paulista – nasciam sob decisiva inspiração católica, no interior do movimento pelo qual a Igreja promovia a sua reinserção social. É indiscutível que as seletas gerações que se educavam nas aulas recebiam uma missão quase expressa da encíclica, uma vez que grande parte da tarefa realizada pelas obras sócias da Igreja estava justamente orientada para a melhoria dos costumes.

No Rio de Janeiro, também sob inspiração Católica, surge a primeira escola de Serviço Social, que como a escola Paulista atuava na luta travada da Igreja e Sociedade. Em 1937, surge o Instituto de Educação Familiar e Social, formado por duas escolas, uma de Serviço Social e outra de Educação Familiar. O Instituto de Educação Familiar e Social era respaldado pelo Grupo de Ação Social (GAS),

contudo, o curso de Serviço Social incorporou-se em 1940, à Escola de Enfermagem Ana Nery (CASTRO, 2011).

De acordo com Castro (2011, p. 108), no Rio de Janeiro, era em um cenário de contradição, exploração, alienação, e ao mesmo tempo, um cenário de descoberta de um novo movimento social que surge a primeira escola católica de Serviço Social resultado “[...]de um processo semelhante ao ocorrido em São Paulo, já que emergiu igualmente no bojo de um movimento articulado de vários grupos [...]”.

A partir do Serviço Social, a estratégia da classe dominante era configurar mecanismos de preservação do seu poder hegemônico, de conter e controlar as lutas sociais e arcar com uma força disciplinadora, portando:

[...] A identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital (MARTINELLI, 2011, p. 124).

“Através da mistificação do capitalismo, o Estado e a classe dominante procuravam naturalizar sua política controlista e repressiva, situando-a como um instrumento indispensável para garantir a ordem social” (MARTINELLI, 2011, p. 124).

A naturalização da política controlista e repressiva da classe dominante eram realizadas da seguinte forma:

As práticas assistenciais desenvolvidas nos vários Estados brasileiros, ao longo dos anos de 1930 e 1940, e os eventuais benefícios concedidos aos trabalhadores, através de empréstimos, assistência médica, social e auxílios materiais, encobriram reais intenções subjacentes (MARTINELLI, 2011, p. 124).

“Seu objetivo era abafar tais movimentos e controlar o nível de tensão da sociedade, que atingia seu ápice a cada momento, em setores diversificados, expressando-se através de manifestações coletivas, de paralisações e de greves” (MARTINELLI, 2011, p. 124).

Segundo Martinelli (2011), o que a burguesia queria a todo o momento e fazia todo o esforço era manter o mundo das aparências e transformar em pedra as condições históricas pertinente ao auge do capitalismo, tornando-as imutáveis e inatingíveis.

Para Martinelli (2011), por meio de alguns dos agentes sociais, a convivência duradoura com as práticas conservadoras e a aliança feita com burguesia acabaram naturalizando a prática do Serviço Social como uma prática da classe dominante, sempre subordinada à burguesia ou por ela determinada. Por consequência:

O fato de ter operado durante anos seguidos com uma identidade atribuída pelo capitalismo, sem um projeto profissional próprio e específico, marcou historicamente o Serviço Social como profissão complementar, a serviço de terceiros, representando permanentemente formas mistificadas de repressão e controle (MARTINELLI, 2011, p. 139).

Segundo Martinelli (2011, p. 139), “o efeito dessa situação sobre a consciência crítica da categoria profissional e sobre seus projetos de prática foi bastante grave”:

Para muitos agentes nada havia de misterioso ou contraditório em se autonomizar a prática do Serviço Social, estrategicamente fazendo da profissão e deles próprios a “face humanitária” e a “mão caridosa” do Estado, da Igreja, da classe dominante. Aderindo fortemente à profissão, esse fetiche chegava mesmo a desfigurá-la, transformando a história da prática do Serviço Social no Brasil numa história pontilhada de alienações e fetichismos [...] (MARTINELLI, 2011, p. 139).

Entre os denominados agentes sociais existiam agentes sociais críticos que conseguiram se libertar da alienação e fetichismo e assim puderam dá início a uma longa jornada, na qual acarretou expressivas mudanças à profissão de Serviço Social. Desde então, esses agentes sociais intitulados como agentes sociais críticos, “tornando-se críticos de sua prática e da identidade à qual estava referenciada, adquiriram condições de refletir, procurando desvendar as tramas do real, para poder compreendê-lo, conhecendo a sua estrutura, capitando sua essência” (MARTINELLI, 2011, p. 140).

O serviço Social foi construído sobre a divisão social do trabalho, sobre a divisão da sociedade em classes e sobre a hierarquia de posições sociais que não são originais, pois, seguem o pensamento da sociedade capitalista, sendo assim:

[...] tal identidade, de forma impositiva e unilateral, dirigia-se teleologicamente para a homogeneização da divisão social do trabalho, como um princípio organizativo da sociedade de classes, para a naturalização das relações de exploração como base e condição para a acumulação capitalista, revelando, portanto, o seu caráter de estratégia de classe (MARTINELLI, 2011, p. 140).

Os agentes sociais críticos passaram a apreender a identidade do Serviço Social como uma prática do mundo capitalista, sendo essa, contraditória, complexa e interligada:

[...] as práticas burguesas, atravessadas por interesses de classes e produzidas a partir de interpretações técnico-científicas, a distância dos próprios usuários, não respondiam nem às suas demandas nem aos desafios colocados pela realidade (MARTINELLI, 2011, p. 140).

“Somente a partir do momento em que se expandiu a base crítica da consciência social dos agentes, através da ruptura da alienação, é que eles puderam perceber o

caráter conservador, subordinado e burguês de suas práticas” (MARTINELLI, 2011, p. 140).

O cenário onde se iniciou os pensamentos críticos a prática do Serviço Social se deu no continente latino-americano, durante a década de 1960, onde se idealizaram questionamentos críticos à realidade e à prática profissional. Os anos 60 foram marcados pelo segundo pós-guerra que influenciou massivamente o processo produtivo, no qual resultou o aumento do exército industrial de reserva e da massa indigente, da fome, da pobreza e da doença (MARTINELLI, 2011).

Nesse cenário, o “[...] plano político, a ascensão das ditaduras e o consequente cerceamento da liberdade produziam um quadro de tensão permanente, cujos reflexos atingiam a totalidade do processo social”. Nas ruas, as lutas de classe ganhavam ênfase, os movimentos populares ganhavam voz mostrando organização e mobilização (MARTINELLI, 2011, p. 141).

Segundo Martinelli (2011, p. 141), do outro lado do cenário, se contrapondo aos movimentos populares, “[...] os vários setores da burguesia uniram-se aos militares para buscar formas de controlar o quadro social e recuperar o seu domínio de classe”. Tendo em vista esses contrapontos:

O resultado imediato foi o golpe de Estado de 31 de março de 1964, através do qual se implantava uma nova ditadura no país, destruindo-se de modo abrupto, violento e radical os avanços no processo organizativo das classes populares. O fechamento político-militar do regime determinava uma retração de todos os movimentos de natureza social (MARTINELLI, 2011, p. 141).

De acordo com Martinelli (2011, p. 142), “[...] como atividade profissional inserida predominantemente no aparato burocrático-institucional do Estado brasileiro, o Serviço Social continuava o seu percurso alienante e alienador [...]”. Por sua vez:

Seus efeitos não ultrapassavam os limites das manifestações aparentes dos fenômenos, pois a estrutura reificada da consciência coletiva dos agentes e o pensamento esvaziado de reflexão e crítica que nela habitava não os levava a realizar questionamentos mais profundos ou a buscar resultados mais efetivos (MARTINELLI, 2011, p. 142).

Com a outra parcela dos agentes sociais, o chamado agentes sociais críticos acontecia o contrário, esses:

Entendiam que a identidade do Serviço Social não podia ser tão-somente esse amálgama de funções ideológicas e econômicas atribuídas pelo mundo capitalista, através daqueles que detinham o poder. Sua prática, por outro lado, não podia mais ser visualizada apenas do ângulo do controle social, do enquadramento político e ideológico da classe trabalhadora, de acordo com os interesses do capital. Para esses agentes, o fato de se ter

concebido, historicamente, a identidade do Serviço Social e sua prática como algo estático e imutável havia produzido uma verdadeira paralisia na consciência coletiva da categoria profissional, levando-a se afastar do espaço social mais amplo da luta de classe e das contradições socioculturais por ela engendradas (MARTINELLI, 2011, p. 142).

“O termo Serviço Social, de tanto ser utilizado de forma imprecisa e indeterminada, tornara-se um destes significantes de uso comum, do qual se pode pedir, e do qual se pode obter, quase tudo o que se queira”. Por isso, a profissão passou a não ganhar mais legitimidade e valorização entre os usuários (MARTINELLI, 2011, p. 142).

Martinelli (2011, p. 143) descreve que nesse cenário com grandes transformações e inquietações:

Para a classe trabalhadora, a prática do Serviço Social significava imposição, dirigida a situações particulares e divorciada dos reais interesses do proletariado; para os “agentes críticos”, inúmeros eram os questionamentos que se colocavam quanto à legitimidade de uma prática que, aprisionada pela tecnoburocracia, deixava de pulsar com o movimento social histórico, esvaziando-se politicamente e perdendo a possibilidade de responder aos desafios colocados pela realidade. Para estes, a profissão encontrava-se diante de uma grave crise, na qual se inseria o questionamento sobre sua identidade profissional, sobre sua legitimidade no mundo capitalista.

“A consciência, em meio a esse turbilhão, transformada em um verdadeiro campo de batalha, acelera sua trajetória crítica”. Os agentes críticos tornam-se conscientes da necessidade de lutar por uma nova realidade profissional (MARTINELLI, 2011, p. 143).

No âmbito interno da profissão entre os agentes críticos, lutar por uma nova realidade profissional que recebeu a denominação de Movimento de Reconceituação fazia com que esses agentes assumissem:

[...] como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da “situação” do Serviço Social no continente latino-americano, tanto no que se refere ao exercício profissional como aos seus fundamentos teóricos (MARTINELLI, 2011, p. 143).

O Movimento de Reconceituação tem início no ano de 1965, como resposta a uma crise interna da profissão atravessada pelas as transformações na sociedade brasileira, esse Movimento:

[...] encontrou a categoria profissional como um grupo subalterno que, não tendo tomado coletivamente consciência de sua força e de suas potencialidades, não havia conseguido superar ainda a fase do primitivismo em termos de consciência política, de consciência crítica (MARTINELLI, 2011, p. 144).

O movimento entre os profissionais críticos, “[...] além de impulsionar o Movimento de Reconceituação, determinava também a expansão da base crítica da categoria profissional” em meio a ideias revolucionárias (MARTINELLI, 2011, p. 144).

“Assim, ao mesmo tempo que se desenvolvia o Movimento de Reconceituação, como projeto social mais amplo, desenvolvia-se também o processo organizativo da categoria profissional” (MARTINELLI, 2011, p. 145).

Em um cenário de vigência autocracia burguesa, podemos considerar uma renovação para o Serviço Social quando:

[...] o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de repostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante e remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2011, p. 131).

Tal renovação “[...] implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem” (NETTO, 2011, p. 131).

De acordo com Netto (2011, p. 131) “é próprio do processo de renovação a coexistência de legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição”. Portanto, nesse olhar, a renovação é considerada como um avanço para a profissão.

Para lamamoto (1997), o processo de renovação do Serviço Social se dá através da atualização da herança conservadora, pós 1964, quando são propostas novas mudanças à categoria profissional frente às novas demandas apresentadas pelo capitalismo monopolista. Segundo lamamoto, esse processo de renovação, se traduz em uma modernização da instituição Serviço Social.

Para lamamoto (1997, p. 32), para validar a modernização da instituição Serviço Social “[...] é preciso aperfeiçoar o instrumental operativo, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, a sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, é preciso suporte técnico à ação profissional”.

Segundo lamamoto (1997), se a modernização da instituição Serviço Social se mantém dentro do conservadorismo, torna-se necessário romper com a herança conservadora para evitar que a profissão tenha uma perspectiva maniqueísta e ou

particularista na análise da profissão, é necessário expandir novos aparatos profissionais. Sendo assim:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO, 1997, p. 37).

Para Netto (2011), a Reconceituação é sem dúvida integrante ao processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional”, portanto, não pode ser pensada sem as condições global em que se insere.

O afloramento do Movimento de Reconceituação acarretou em uma heterogeneidade em confrontos e pensamentos teóricos que no marco na renovação permitiu pela primeira vez a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, desde então, “[...] o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais” (NETTO, 2011, p. 148).

A partir da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista:

[...] criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (NETTO, 2011, p. 149).

Constituíram o processo de renovação do Serviço Social três principais direções: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (NETTO, 2011).

A perspectiva modernizadora corresponde a:

[...] um esforço no sentido de adequar o Serviço social, enquanto um instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes pós-64. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra o auge da sua formulação exatamente na segunda metade dos anos sessenta – seus grandes momentos sem dúvidas, são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis – [...] (NETTO, 2011, p. 154).

A segunda direção, a perspectiva de reatualização do conservadorismo:

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os

padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2011, p. 157).

A terceira e última direção de acordo com Netto (2011, p. 159), a “[...] perspectiva que se propor como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”. Essa perspectiva:

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta pretensão de romper quer com a herança teórico metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) (NETTO, 2011, p. 159).

Como descrito, a perspectiva modernizadora, expressão do processo de renovação do Serviço Social “[...] encontra sua formulação afirmada nos resultados do primeiro “Seminário de Teorização do Serviço Social” (NETTO, 2011, p. 164).

De acordo com Aguiar (2011, p. 146), o Movimento de Reconceituação no Brasil tem como marco inicial o Encontro de Araxá, realizado em 1967, onde aconteceu o Seminário de Teorização do Serviço Social que:

É ao mesmo tempo a presença do desenvolvimentismo e o início de uma nova fase: da Reconceituação que se fez necessária, para que pudesse adequar o Serviço Social ao contexto econômico, político e social da sociedade nacional.

Segundo com Aguiar (2011, p. 147) “a realização do 1º Seminário de Teorização do Serviço Social foi, no Brasil, uma tentativa significativa, de maneira conjunta e internacional, de estudar e teorizar a Metodologia do Serviço Social”.

Como refere Aguiar (2011, p. 149) os participantes do Seminário vieram de várias regiões do Brasil, na sua maioria de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. “Os participantes na sua quase totalidade tiveram uma formação em escolas de fundação e orientação católica”.

Conforme menciona Silva (2004, p. 18):

[...] seus participantes tinham clareza que não era um documento definitivo e, sim, suscitador de novos estudos e teorizações. Um ponto de partida num processo contínuo de reflexão e elaboração teórico-prática do Serviço Social.

“O resultado do 1º Seminário de Teorização do Serviço Social consubstanciou-se no chamado Documento de Araxá”. O documento foi instaurado pela revista Debates Sociais, órgão do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) (AGUIAR, 2011, p. 150).

O Documento de Araxá instaurou-se o processo de renovação da profissão de Serviço Social. “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, como se sabe, foi heterogêneo em suas tendências e enfoques teóricos” (SILVA, 2004, p. 20).

Ao analisarmos como um todo o Documento de Araxá, e o que levou a sua origem, entende-se que:

[...] o Documento se insere numa perspectiva liberal e que a partir dela o Serviço Social aceita, justifica e legitima, na prática e na teoria, uma sociedade capitalista; reconhece as imperfeições da ordem social vigente, tanto que pretende melhorá-la; sua teoria e prática se colocam no sentido de aperfeiçoamento dessa ordem em que assistencialismo, tomismo, funcionalismo e desenvolvimentismo nada mais são que referências ideológicas das mudanças sociais que marcam em cada época a busca da cientificidade ou racionalidade que confirmam respeito (AGUIAR, 2011, p. 169).

“Se o Documento de Araxá se apresenta como um texto orgânico, expressando sistematicamente o que emergiu de consensual entre os seus formuladores, o Documento de Teresópolis tem características diversas” (NETTO, 2011, p. 177).

Todavia, há muito mais entre os Documentos, que distinção formal, para Netto (2011, p. 178):

No texto de Teresópolis, o que se tem é o coroamento do transformismo a que já aludimos: nele, o “moderno” triunfa completamente sobre o “tradicional”, cristalizando-se operativa e instrumentalmente e deixando na mais secundária zona de penumbra a tensão de fundo que subjazia no texto em Araxá.

“No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como pauta interventiva” (NETTO, 2011, p. 178).

Para Netto (2011, p. 192), as formulações do Documento de Teresópolis, possuem três importantes significados no processo de Renovação do Serviço Social no Brasil:

Apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora” – e, com toda carga, repõem em nível mais complexo os vetores que deram a tônica na elaboração de Araxá.

De acordo com Netto (2011, p. 193), “o Documento de Teresópolis equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da “modernização conservadora” conduzida pelo Estado”.

Em meados da década de setenta, o processo de Renovação do Serviço Social culminou em vetores sócio-históricos e profissionais, que visivelmente foram

concomitantes com o deslocamento da perspectiva modernizadora inicial. Desde então o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais a (CBCISS) protagonizou mais dois documentos o Documento de Sumaré e o Documento de Alto Boa Vista em 1978 e 1984 respectivamente (NETTO, 2011).

Segundo Netto (2011, p. 195), ainda sobre as documentações do processo de Renovação da Profissão de Serviço Social “a expectativa profissional não se revelou inteiramente fundada: a polarização ideal da perspectiva modernizadora decrescera a ponto de não se expressar ponderavelmente em qualquer dos dois seminários”.

Para Netto (2011, p. 195), “a documentação do Sumaré e Alto Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis”.

Conforme Netto (2011, p. 195), “[...] no Alto Boa Vista, é perceptível um movimento de abertura a referências distintas do caldo conservador”. Mesmo assim, os Documentos de Sumaré e Alto Boa Vista não esclareceram suficientemente a perspectiva de deslocamento que os envolveram.

Os Seminários promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais a (CBCISS), que se afirmaram e consolidaram a perspectiva modernizadora, não foram atingidos com deslocamento, logo, não derivaram debates profissionais capazes de empolgar os setores de ponta do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2011).

“Efetivamente, é ainda no marco dos Seminários do Sumaré e do Alto Boa Vista que ressoam as formulações da vertente renovadora a que denominamos reatualização do conservadorismo [...]” (NETTO, 2011, p. 201).

Segundo Netto (2011, p. 202) no que diz respeito a segunda direção:

[...] a perspectiva do processo de renovação do Serviço Social no Brasil se manifesta, no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, a ponderabilidade maior da herança profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta.

O processo de Renovação do Serviço Social, não erradicou do Serviço Social o lastro conservador, “[...] explorou particularmente o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” colocou ao exercício profissional” (NETTO, 2011, p. 202).

No processo de Renovação do Serviço Social, a perspectiva modernizadora e as correntes profissionais procuraram aproximar-se do pensamento crítico-dialético, sendo assim, “[...] o Serviço Social é posto como uma intervenção que se inscreve rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial” (NETTO, 2011, p. 206).

A perspectiva renovadora possui um caráter que podemos nomear de intenção de ruptura, onde:

[...] - sua formação inicial, e aliás a mais abrangente, tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais -, essa perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década; só na virada do decênio é que ganha a repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional, tornando-se, em meados da década de oitenta, um interlocutor tão destacado no debate dos assistentes sociais, que inclusive, pode oferecer ao observador, desavisado a impressão (falsa) de desempenhar na representação profissional um papel hegemônico (NETTO, 2011, p. 247-248).

A perspectiva de intenção de ruptura possui um “caráter de oposição a autocracia burguesa [...] enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quando responder pela referida trajetória” (NETTO, 2011, p. 248).

Segundo Netto (2011, p. 256), a intenção de ruptura “expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira no período de que nos ocupamos”. Ou seja:

[...] esta perspectiva expressa geneticamente, no plano do Serviço Social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira próprias da década de sessenta – mediatamente, o processo de afirmação protagônica da classe operária e seus aliados: imediatamente, as lutas pela recuperação deste processo já sob a ditadura. São estas bases da perspectiva da intenção de ruptura que, em larguíssima medida, condicionam a sua emergência e o seu desenvolvimento durante o ciclo autocrático: das tendências profissionais renovadoras, ela será a que encontrará os maiores óbices para tomar forma (NETTO, 2011, p. 257-258).

A perspectiva da intenção de ruptura detém de três momentos que podem ser identificados: o da sua emersão, o da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional. Essa perspectiva ficou mais evidente entre os anos de 1972 e 1975, por um “grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método Belo Horizonte” (NETTO, 2011, p. 261).

Os profissionais reunidos em Belo Horizonte elaboraram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e recomendaram em seu lugar uma alternativa: “uma

alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação” (NETTO, 2011, p. 263).

No momento da intenção de ruptura é onde há maior aproximação significativa da referência à tradição marxista, principalmente pelo viés posto pela militância política. “[...] Essa aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática etc.” (NETTO, 2011, p. 268).

Além da construção do “Método Belo Horizonte” na ascensão da intenção de ruptura as reflexões de Marilda Villela lamamoto foram muito relevantes. O trabalho de lamamoto:

[...] sinaliza a maioria intelectual da perspectiva de intenção de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de lamamoto da consolidação teórico crítica do projeto de ruptura no Brasil (NETTO, 2011, p. 275-276).

O “Método Belo Horizonte” tornou-se a construção de uma alternativa global ao tradicionalismo e “foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e das recusas das práticas próprias do tradicionalismo” (NETTO, 2011, p. 276).

O que nos remete certeza é que a profissão de Serviço Social se institucionaliza e se consolida no Brasil como resposta aos interesses da burguesia. Por sua vez, as respostas profissionais às contradições impostas pela sociedade não têm sido homogêneas e nas últimas décadas os profissionais se organizaram em busca de novas bases de legitimação para o Serviço Social junto às demandas existentes (SILVA, 2002).

De acordo com Silva (2002, p. 29-30) “[...] o Serviço Social é bastante marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos.” Decorrente dessas perspectivas e avanços críticos temos o Movimento de Reconceituação em todo o continente latino-americano, onde os profissionais de Serviço Social se debruçaram diante de suas limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas.

Os encontros de Araxá (1967) e Teresópolis (1972) “marcaram o esforço da categoria profissional em torno da sistematização teórico-prática do Serviço Social”. Esses encontros produziram documentos que objetivavam partir em busca da integração social, adequando a profissão à perspectiva modernizadora disposta pela sociedade brasileira (SILVA, 2002, p. 35).

Em 1970, a perspectiva marxista começou a ser inserida no contexto do Serviço Social. De acordo com Silva (2002, p. 35):

É conveniente destacar que essa concepção não se restringe ao âmbito do Serviço Social, mas influencia todas as profissões circunscritas ao social, bem como as práticas políticas em geral, encontrando campo fértil na realidade política do autoritarismo da ditadura militar em seu período mais rígido.

O período do regime militar também é considerado como o período de maior repressão, mas embora haja esse contexto, setores profissionais, tal como o Serviço Social “começam a atuar contra-resposta ao encaminhamento hegemônico que transforma a profissão num mero instrumento de aceleração do desenvolvimento, percebido como um crescimento econômico concentrador e excludente” (SILVA, 2002, p. 35).

Desde então o Serviço Social começa “aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados que constituem a base de sua clientela, recolocando, necessariamente, a perspectiva de transformação social” (SILVA, 2002, p. 36).

É nesse contexto que a classe trabalhadora reaparece no cenário político, desde então começa a se evidenciar uma crise de Estado que se aprofunda para além do fim da ditadura. Também nesse contexto há:

No âmbito da rearticulação da sociedade civil, o movimento popular pela moradia e o movimento sindical saem da clandestinidade para lutar por questões reivindicativas básicas em face da deterioração das condições de vida e para contestar a política econômica e o regime político instituído pelos militares, destacando-se o movimento por anistia política (SILVA, 2002, p. 36).

Segundo Silva (2002, p. 38), em 1979, o movimento pela anistia é vitorioso, é conquistada uma anistia política parcial significando um alívio da pressão social acumulada. Todavia, no regime da ditadura militar, a Questão Social e suas expressões foram “enfrentada pelo binômio repressão-assistência, ficando a assistência subordinada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, funcionando como mecanismo de legitimação política do regime”.

Nesse cenário a Questão Social e suas expressões eram consideradas problema da administração do Estado, por sua vez:

[...] contraditoriamente, a assistência torna-se, no âmbito das lutas políticas dos setores populares, uma forte demanda da própria classe na luta pela conquista da cidadania, em face do agravamento da pauperização dos trabalhadores (SILVA, 2002, p. 38).

Como refere Silva (2002, p. 39), aconteceu em meio as demandas entre o período de 1979 e 1985 que os setores profissionais dos assistentes sociais desenvolveram “amplo debate sobre o caráter político da prática profissional e consequente desmistificação de sua pretensa naturalidade, ao mesmo tempo que segurem [...] a possibilidade de o Serviço Social pôr-se a serviço da clientela”.

Segundo Silva (2002, p. 39), devido aos esforços profissionais dos assistentes sociais, a partir do ano de 1978, “o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes”. A partir daí:

[...] começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissociação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional (SILVA, 2002, p. 39-40).

“Nessa perspectiva, o Serviço Social questiona a vinculação histórica da profissão com os interesses dos setores dominantes e aponta a necessidade de desvendar a dimensão política da prática profissional e a busca de novas bases de legitimação” (SILVA, 2002, p. 40).

A partir de 1979 já se tem a visibilidade dentro do Serviço Social de uma tentativa avançada na reorganização dos assistentes sociais, essa reorganização repercutiu na realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, onde houve questionamento da direção conservadora e a substituição por dirigentes de organizações populares (SILVA, 2002).

Segundo Silva (2002, p. 40), resultado de toda a reorganização dos assistentes sociais, o “ano da virada”, em 1979, é marcado por um movimento de oposição à direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo em busca do fortalecimento do movimento sindical no interior da categoria que:

[...] repercute em nível nacional, registrando-se esforço de articulação do movimento sindical dos assistentes sociais, com reativação de alguns

sindicatos, algumas associações e criação de novas associações profissionais [...].

Silva (2002, p. 40-41) refere que foram criadas novas associações, tal como, em 1983 a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). Ao se transformar em uma federação sindical a ANAS aliada aos sindicatos estaduais juntamente com o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CEFAS) atrelado à profissão e a Associação Nacional de Ensino de Serviço Social (ABESS) representam:

[...] um quadro organizativo, através do qual a categoria dos assistentes sociais não só força mudanças no quadro da formação profissional e na prática do exercício profissional, como também se articula com as lutas políticas mais amplas dos trabalhadores e dos movimentos sociais populares.

No interior da categoria entre os anos 1975 e 1979, a formação profissional é objeto de forte debate, devido a isso, a ABESS institui um currículo mínimo na Convenção Nacional de 1979, posteriormente aprovada em 1982 pelo Conselho Federal de Educação (CFE), se torna obrigatório para todos os cursos de Serviço Social no Brasil (SILVA, 2002).

Similarmente, é no interior do Serviço Social, em meios aos efervescentes movimentos populares e sindicais e do nascer de um novo partido político (Partido dos Trabalhadores) que há a ruptura no Serviço Social, efetivada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979 (SILVA, 2002).

É necessário considerar no resgate e na sistematização do Serviço Social no Brasil as dimensões de fundamentação teórica e a proposta metodológica no Projeto Profissional de Ruptura, onde:

[...] o Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social, cujo desenvolvimento se pauta pelo esforço de vincular a prática da profissão com os interesses dos setores populares, tendo como horizonte a transformação social, vale-se um conjunto de categorias teóricas para fundamentar a sua construção (SILVA, 2002, p. 105).

Após a análise do período do surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como, o processo de Renovação do Serviço Social, juntamente com o Projeto Profissional de Ruptura, o estudo nos encaminha para falar sobre a prática do Serviço Social na Contemporaneidade.

2.1.3 O Serviço Social na contemporaneidade

É notório que entre anos 1980, 1990 e os anos 2000 houveram mudanças significativas para a profissão de Serviço Social, bem como, a alimentação do processo de renovação do Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO, 2011).

“O recorte a ser privilegiado refere-se às particularidades atribuídas à profissão na divisão social e técnica do trabalho e suas implicações para a interpretação e condução do trabalho do assistente social na atualidade” (IAMAMOTO, 2011, p. 210).

De acordo com Netto e Braz (2012, p. 41) interessa-nos cotidianamente a distribuição e produção dos meios que satisfazem as necessidades dos homens desde os princípios da produção, os conjuntos desses meios nomearam de riqueza social. “[...] O trabalho – é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando valores que constituem a riqueza social”.

O trabalho é “indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade”. É através do trabalho que o homem consegue transformar materiais naturais em produtos que satisfaçam suas necessidades (NETTO; BRAZ, 2012, p. 42).

Entende-se por trabalho aquilo que não se opera imediatamente e a matéria natural não sofre alteração instantânea, pois, exige o uso de instrumentos que irão auxiliar no seu desenvolvimento. O trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas, ele exige habilidades, conhecimentos e é fonte de aprendizado. Surge mediante as necessidades do momento a ser atendida (NETTO; BRAZ, 2012)

Segundo Netto e Braz (2012, p. 44), o trabalho se caracteriza por uma relação mediada entre sujeito, objeto e instrumento, observa ainda que os elementos não criados pela natureza e sim pelo próprio sujeito que trabalha. “[...] É importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito”.

O trabalho é sempre uma atividade coletiva, “[...] implica mais que a relação sociedade/ natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e sua organização” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 46).

De acordo com Granemann (1999, p. 156) só se pode pensar no Serviço Social como trabalho quando relacionamos o seu cotidiano como processo de trabalho, para isso é necessário que ao pensar no Serviço Social como trabalho temos que entender o modo de produção e suas consequências em “uma sociedade que não pode deixar de produzir como não pode deixar de consumir”, assim, como refere Karl Marx em O Capital.

“É pelo trabalho que o homem se diferencia e se distancia da natureza, ao submetê-la a sua vontade no ato de transformá-la em produtos necessários à sua vida”. A potencialidade desenvolvida quando homem trabalha é chamada de força de trabalho na qual, sempre que atribuída, possui finalidades. A força de trabalho é o primeiro elemento constitutivo do processo de trabalho (GRANEMANN, 1999, p. 156).

O segundo e não menos importante elemento constitutivo do processo de trabalho é a matéria sobre a qual os homens irão trabalhar. A matéria é o objeto que irá sofrer alterações através dos esforços físicos e conhecimentos que o homem irá utilizar em seu processo de trabalho (GRANEMANN, 1999).

Entre os esforços encontrados no processo de trabalho, o homem utiliza-se de instrumentos para melhor desenvolver sua atividade. “Os instrumentos são mediações entre o homem e o objeto de trabalho” e são o terceiro elemento constitutivo para do processo de trabalho (GRANEMANN, 1999).

Observa-se que desde as bases para o surgimento do Serviço Social, no mundo capitalista, a produção jamais pode ser pensada sem a reprodução, ou seja, a produção não pode ser pensada sem a circulação e o consumo das mercadorias:

No capitalismo, a esfera da produção é aquela na qual os trabalhadores produzem, ao mesmo tempo, as mercadorias e produzem a riqueza pela exploração do trabalho não pago. Assim, para falar de trabalho não pago ou excedente, é preciso dizer que a jornada dos trabalhadores é constituída de dois tipos de trabalhos: o trabalho necessário e o trabalho excedente (GRANEMANN, 1999, p. 157).

Entende-se por trabalho necessário aquele que é pago ao trabalhador pelo capitalista, esse pagamento se transformará na compra de meios de subsistência. O trabalho excedente é aquele realizado para além da compra de meios de subsistência para o trabalhador, contudo, o trabalhador não é pago por isso, ficando o excedente nas mãos do capitalista (GRANEMANN, 1999).

O trabalho necessário e o trabalho excedente são realizados na mesma jornada de trabalho, todavia, o desejo do capitalista é “diminuir o tempo no qual se realiza o trabalho necessário e aumentar, mais e mais, o tempo de realização do trabalho excedente, base de sua riqueza” (GRANEMANN, 1999, p. 157).

Para os trabalhadores a vida sob o capitalismo não é fácil, isso, porque esses sujeitos acabam tornando-se refém da classe dominante por não possuírem outra mercadoria para vender além da força de trabalho, por não possuírem meios de produção, pois todo o seu produto produzido é do capitalista, e por se tornarem sujeitos alienados de sua própria condição de humanidade, também, por cada vez mais se distanciarem de seus direitos (GRANEMANN, 1999).

A profissão do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho não se autodetermina. Sua gênese é reflexo da contribuição histórica da sociedade capitalista, e pensar no Serviço Social como trabalho exige fazer uma análise da história de todos os setores e também aos números relativos e significativos de desempregos (GRANEMANN, 1999).

De acordo com Granemann (1999, p. 162) perceber que houve aumento significativo do desemprego, não resulta em dizer que o trabalho perdeu sua centralidade, pois, “[...] o trabalho continua a ser o centro da estruturação capitalista, especialmente, porque o capitalismo ainda não conseguiu gerar riqueza senão pela apropriação de trabalho não pago”.

Nesse sentido, pensar no processo de trabalho do Serviço Social é remeter ao processo de trabalho capitalista. Nas relações existentes entre a compra e venda da força de trabalho, que se evidenciou no marco das forças societárias como uma especialização da força de trabalho e reconhecer o trabalho como uma cultura profissional construída na história da sociedade. Quando nos referimos à prática profissional devemos nos acoplar à prática da sociedade e seus desdobramentos, as lutas, as contradições e as relações sociais nela existente (IAMAMOTO, 2011).

Iamamoto (2011, p. 213-214) em relação a análise da profissão do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, refere que:

[...] a análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano, uma vez que este abrange um conjunto de mediações que não foram alvo privilegiado da referida

produção. Os restritos investimentos no acervo nas determinações atinentes à mercantilização dessa força de trabalho especializada, inscrita na organização do trabalho coletivo nas organizações empregadoras, dificultam a elucidação de seu significado social – enquanto trabalho concreto e abstrato – no processo de produção e reprodução das relações sociais, no cenário da sociedade brasileira contemporânea.

Como refere Iamamoto (2011, p. 214), percorrer da análise da profissão para o seu efetivo exercício profissional acarretam em novas determinações e mediações que elucidam:

[...] o significado social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio de trabalho assalariado alienado.

Não existe uma única matéria e um único instrumento para o processo de trabalho do Serviço Social, mesmo porque, não existe um único processo de trabalho. “Os diferentes processos de trabalho concreto e abstrato – exigem de cada trabalhador conhecimentos, objetos de trabalho e instrumentos particulares” (GRANEMANN, 1999, p. 163).

Segundo Granemann (1999) o trabalho abstrato é qualquer tipo de trabalho que há gasto de força de trabalho humana, força física e/ou intelectual. O trabalho concreto é aquele onde todo o consumo de força de trabalho humana assume uma determinada forma e possui uma finalidade, um objetivo. Para Granemann, não há como equiparar os diferentes trabalhos, mas os dois dependem de força humana.

Essa passagem da análise da profissão para pleno e efetivo exercício profissional:

[...] sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo historicamente fundado; e os estrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõe na forma assalariada do exercício profissional (IAMAMOTO, 2011, p. 214).

“Sendo o Serviço Social regulamentado como uma profissão liberal e dispondo o assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional, tornam-se necessários estatutos legais e éticos [...]” para regulamentar essa atividade (IAMAMOTO, 2011, p. 214-215).

Iamamoto (2011, p. 215) ao descrever sobre a condição de trabalho assalariado do profissional de Serviço Social cita e caracteriza a autonomia profissional, também pela sua tensão, oriunda da:

[...] compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o

empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil.

Para Iamamoto (2011, p. 215), “o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que os contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade”. Sendo assim:

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre o qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2011, p. 215).

A atividade assalariada de caráter profissional do/a assistente social se dá através “da compra e venda da força de trabalho e a presença do equivalente geral – o dinheiro –, que expressa o valor de troca dessa força de trabalho”. O equivalente geral é considerado como o salário atribuído ao profissional pelos seus serviços prestados (IAMAMOTO, 2011, p. 215).

Segundo Iamamoto (2011, p. 218), “nesse processo de compra e venda de sua força de trabalho especializada, o assistente social entrega ao seu empregador o valor de uso específico de sua força de trabalho qualificada”. Por outro lado:

[...] essa atividade – como qualquer outro trabalho – implica transformação de uma matéria sobre a qual incide e à qual tem acesso pela mediação de seu empregador, além de concretizar-se em um resultado quem tem objetividade material ou social (IAMAMOTO, 2011, p. 218).

A condição de atividade assalariada, seja como funcionário público ou funcionário de empresas privadas, necessita que o profissional tenha parâmetros institucionais e trabalhistas que regulem as relações de trabalho, tornando acessível ao profissional o contrato de trabalho que irá estabelecer as condições de trabalho, tempo, salário, metas entre outros (IAMAMOTO, 2011).

No que diz respeito às condições de trabalho assalariado do/a assistente social, Iamamoto (2011, p. 219) refere que “passar da análise profissão ao seu processamento no âmbito dos processos e relações de trabalho particulares representa um salto importante”. Ou seja:

[...] Incorpora os avanços teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnicos operativos acumulados nas últimas décadas e, simultaneamente, abre um leque de possibilidades, ainda não integralmente exploradas, no sentido de afinar, com maior rigor, as propostas analíticas sobre o Serviço Social com as provocações e desafios enfrentados no cotidiano (IAMAMOTO, 2011, p. 219).

Os assistentes Sociais em seu cotidiano são desafiados as mudanças sociais, políticas e econômicas na sociedade, aos tempos de crise, do desemprego, do subemprego, das lutas para sobreviver no campo e na cidade. São momentos difíceis para todos os que vivem do trabalho, bem como, para a defesa do trabalho e principalmente para a organização dos trabalhadores, e os assistentes sociais são desafiados neste tempo de divisas (IAMAMOTO, 2011).

É com o advento do capital financeiro e da indústria que se instaura novos padrões de produzir e gerir trabalho. Segundo lamamoto (2011, p. 18) essa mudança na estrutura da sociedade:

[...] reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres de classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. Exclusão Social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do trabalho coletivo.

O desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da produção, dos meios de comunicação, do mercado, gera a pauperização e a exclusão social. “Esses novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade”. Tem-se então um aumento significativo das múltiplas expressões da Questão Social, base sócio histórica do caráter social da profissão (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

A Questão Social é fruto das mudanças que ocorreram no mundo da produção, logo, o trabalho do assistente social está inserido nessas repercussões. O atual quadro sócio histórico atravessa e conforma o exercício profissional do Serviço Social, “[...] afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais” (IAMAMOTO, 2011, p. 19).

O exercício profissional do Serviço Social na atualidade, segundo lamamoto (2011, p. 19):

[...] procura-se à recuperar alguns dos recursos e forças teóricas e ético-políticas, acumulados a partir dos anos 1980, para enfrentar esses desafios, trabalhando especificamente o processo de trabalho em que se insere o Assistente Social – ou seja, a prática do Serviço Social - e as alternativas ético-políticas que se colocam hoje ao exercício e a formação profissional crítica e competente.

De acordo com lamamoto (2011), o exercício profissional do Serviço Social busca pela qualidade dos serviços prestados na defesa da universalidade dos direitos, na atualização dos compromissos ético-políticos, bem como, pelos interesses dos usuários do Serviço Social.

Na atualidade, um dos maiores desafios do assistente social é desenvolver a “capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”. O assistente social deve ser um profissional propositivo e não somente executivo (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

O assistente social na atualidade é um executor das políticas sociais, atuando de frente com a população usuária. “O assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas”. Na contemporaneidade, o próprio mercado demanda do trabalho do assistente social na esfera da execução, na formulação de políticas públicas e na gestão de políticas sociais (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

O exercício profissional do Serviço Social não é apenas o cumprimento de horário ou tão somente cumprir com a atividade burocrática e rotineira, o exercício da profissão vai além dessas propostas e deve ser realizado da seguinte forma:

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar, com a instituição seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 2011, p. 21).

Atualmente, ser profissional de Serviço Social é trabalhar na sociedade. “Desde os anos 1980 que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”. Por sua vez, as mudanças na sociedade foram devido às alterações na divisão do trabalho, bem como, na divisão técnica do trabalho, que deram origem a novas formas de organização e gestão do trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 22).

Quando nos referimos ao trabalho devemos deixar em evidência a óptica de análise que permeia a sua abordagem, que de acordo com lamamoto (2011, p. 339) relaciona-se ao trabalho e sociabilidade, portanto, é necessário entender:

[...] o significado do trabalho no processo de construção do indivíduo social e na produção da vida material, nos marcos da sociedade capitalista, como base que fundamenta a leitura do trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche.

A centralidade da categoria trabalho na contemporaneidade para o Serviço Social é “apoiada na perspectiva teórico-metodológica de Marx sobre o Serviço Social e sua inserção em processos de trabalho” (IAMAMOTO, 2011, p. 85).

A partir da sociedade burguesa e o que ela trouxe à tona, temos o “trabalho livre” que é considerado um trabalho desvinculado da esfera doméstica, da escravidão, subordinado à racionalidade técnica e econômica do capital. Houve um considerável aumento casual de mulheres, jovens e crianças que passaram a ganhar alguma renda oriunda do trabalho (IAMAMOTO, 2011).

É notório que há uma crescente diferenciação das formas de trabalho remunerado entre as classes trabalhadoras:

Observa-se ainda a existência do trabalho autônomo, doméstico, clandestinos resultantes das “múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho, com amplo comprometimento das conquistas e direitos trabalhistas, assim como das tradicionais estratégias de organização e luta sindical (IAMAMOTO, 2011, p. 87).

Na contemporaneidade, o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo acarreta um massivo desemprego e muitas vezes atrapalham na reinserção ou inserção no mercado de trabalho, esse cada dia mais estreito e de difícil acesso, conseqüentemente:

Essa redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida (IAMAMOTO, 2011, p. 87).

As indústrias foram substituindo homens por máquina, houve grandes alterações, mas:

[...] ainda que o trabalho assalariado formal na indústria se reduza com as alterações na divisão social do trabalho, o trabalhador passa a viver um duplo e radical tormento: ser um trabalhador livre que depende do trabalho para se reproduzir e não encontrar oportunidade de trocar sua força de trabalho por meios de vida, seja via relação típica salarial ou outras formas de venda de seus serviços, que fogem aos critérios da lucratividade porquanto voltadas para a reprodução dos meios de vida (IAMAMOTO, 2011, p. 87).

Alguns trabalhadores conseguiram se tornar livres, mas não conseguiram transformar-se em um trabalhador assalariado, ou seja:

A condição de trabalho livre desvincula-se da condição de trabalhador assalariado, mais além da vontade individual do sujeito, uma vez que vem crescendo, em um ritmo cada vez mais acelerado, o contingente populacional efetivamente sobrando para as necessidades médias do capital no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas (IAMAMOTO, 2011, p. 87-88).

“O sofrimento derivado do trabalho alienado ou da falta de trabalho continua polarizando as vidas da maioria absoluta dos cidadãos e cidadãs na sociedade contemporânea”. Ao mesmo tempo em que há a potenciação do trabalho vivo, há o

crescimento excedente de força de trabalho que acarretam inseguranças e incertezas no âmbito do trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 88).

Assim como os outros profissionais, o profissional de Serviço Social também está em evidencia a passar pela compra e venda da força de trabalho e até mesmo tornar-se um trabalhador polivalente, esses são os riscos que a sociedade pode acarretar na vida do sujeito (IAMAMOTO, 2011).

Contudo, o Serviço Social está inserido na especialização do trabalho na sociedade, afirmando-se como a categoria trabalho. Cabe observar que:

A abordagem do Serviço Social como trabalho supõe apreender a chamada “prática profissional” profundamente condicionada pelas relações entre Estado e Sociedade Civil ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com a endogenia no Serviço Social (IAMAMOTO, 2011, p. 22-23).

O Profissional de Serviço Social é respaldado por um Código de Ética Profissional, é um trabalhador especializado, que vende sua capacidade de trabalho para empresas e instituições. “Esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social se ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor” (IAMAMOTO, 2011, p. 24).

“Em síntese, o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e sua atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social” (IAMAMOTO, 2011, p. 27).

O Serviço Social tem como base de sua fundação a Questão Social. Segundo Iamamoto (2011, p. 27) a Questão Social é:

[...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

“Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência pública etc” (IAMAMOTO, 2011, p. 28).

O processo de trabalho do assistente social em seu exercício profissional é decifrar as múltiplas expressões da Questão Social, sua gênese e as novas características que ela possa assumir na sociedade atual, bem como, atribuir iniciativas para a sua reversão e/ou enfrentamento (IAMAMOTO, 2011).

Segundo Iamamoto (2011, p. 30-31), “o desenvolvimento profissional do Serviço Social e a expansão de seu mercado de trabalho ocorrem nos marcos do padrão taylorista/fordista² e da regulação keynesiana³ da economia”.

Como refere Iamamoto, no âmbito do trabalho:

O Serviço Social sempre foi chamado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo de força do trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 47).

Atualmente o exercício profissional do Serviço Social vai além da visão burocrática definida pelo empregador, portanto, “exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica: não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (IAMAMOTO, 2011, p. 49).

De acordo com Iamamoto (2009, p. 18):

O serviço Social Brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos [...].

As diretrizes norteadoras do projeto profissional do Serviço Social são respaldadas pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social e na nova proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (IAMAMOTO, 2011).

A formação profissional do assistente social e a atual relação da profissão seguem um trajeto de relação de continuidade e ruptura. De acordo com Iamamoto (2011, p. 51):

É uma relação de continuidade, no sentido, de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional.

² A estratégia taylorista/fordista de organização do processo produtivo implicava a produção em série e em massa para o consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores, o trabalho parcelar fragmentado e a constituição da figura do “operário massa” (IAMAMOTO, 2011, p. 29).

³ “Política voltada para impulsionar a expansão do emprego e manter um certo padrão salarial [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 30).

[...] Implantação de uma rede pública de serviços sociais é a parte da chamada regulação keynesiana da economia, uma das estratégias de reversão das crises cíclicas do capitalismo pós-guerra” (IAMAMOTO, 2011, p. 30).

Iamamoto (2011, p.52) caracteriza como impasses profissionais ao Serviço Social:

Primeiro, o famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana [...]. Um outro aspecto a ser enfrentado é a construção de estratégias técnico-operativas para o exercício da profissão, ou seja preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2011, p.52).

Segundo Iamamoto (2011, p. 52), existe um grande desafio para o exercício profissional, que é:

[...] transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.

Outro aspecto é que “o Serviço Social dispõe de um caráter contraditório que não deriva dele próprio, mas do caráter mesmo das relações sociais que presidem a sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2011, p. 54).

Para Iamamoto (2011), na sociedade capitalista, “[...] o Serviço Social inscreve-se em um campo minado por interesses sociais antagônicos, isto é, interesses de classes distintos e em luta na sociedade” (IAMAMOTO, 2011, p. 54).

“Pode-se concluir que articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois, entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade” (IAMAMOTO, 2011, p. 55).

Segundo Iamamoto (2011, p. 57), a proposta da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) de um currículo básico para a profissão de Serviço Social considera a Questão Social como base de fundamentação sócio histórica do Serviço Social e apreende a prática profissional como trabalho e exercício profissional inscrito num processo de trabalho. Portanto, os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, são campos essenciais para o exercício da profissão e a:

A compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social que informa a revisão curricular parte da premissa que decifrar a profissão exige aprendê-la sob um duplo ângulo. Em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias como uma especialização do trabalho na sociedade.

Iamamoto (2011, p. 59), diz que “ao se pensar a prática profissional, existe a tendência de conectá-la diretamente à prática da sociedade”. Muitos associam a prática do Serviço Social à “práxis social”, ou seja, a prática social, logo, ao conjunto da sociedade e suas mudanças e contradições. Portanto, para Iamamoto:

A análise da “prática” do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 60).

Segundo lamamoto (2011, p. 60), “o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e dos outros homens”.

Pensar no Serviço Social como trabalho, nos dá a oportunidade de análise da prática profissional. Para lamamoto (2011, p. 61), “qualquer processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito [...]”. Em outros termos:

[...] todo processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto (IAMAMOTO, 2011, p. 61-62).

Além de conhecer a matéria prima do seu processo de trabalho, o assistente social precisa manter uma intencionalidade racional que o permita escolher quais serão os instrumentos e técnicas utilizados para ação do sujeito. Essa intencionalidade racional, também é conhecida com a instrumentalidade do Serviço Social, utilizada em prol da intervenção profissional, superando a prática burocratizada, imediatista, mantenedora da ordem social vigente (GUERRA, 2011).

O objeto de trabalho do Serviço Social é a Questão Social. Para lamamoto (2011, p. 62):

É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional.

A intervenção profissional de acordo com Guerra (2011, p. 22) deverá instalar na categoria profissional, uma nova concepção de intervenção que sugere:

[...] à compreensão do significado sócio-histórico da profissão, da questão social, escopo da intervenção profissional, dos modos de realizar a prática profissional, enfim, resultante da inserção de um novo interlocutor do Serviço Social: as particularidades sócio-políticas e econômicas do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Para Guerra (2011, p. 27), a nova concepção de intervenção profissional, trata-se “[...] de atribuir uma nova qualidade à intervenção; de recuperar o crédito historicamente depositado na profissão, tanto pelos usuários dos seus serviços, quanto pelo segmento de classe que a contrata; [...]”. Ou seja, cabe ao profissional:

[...] reconhecer a natureza das demandas, os modos de vida dos usuários, suas estratégias de sobrevivência, enfim, de deter uma competência técnica e intelectual e manter o compromisso político com a classe trabalhadora (GUERRA, 2011, p. 27).

Os meios utilizados na atuação profissional do Serviço Social, também são reconhecidos como instrumentos de trabalho do assistente social. De acordo com Iamamoto (2011, p. 62) “geralmente, tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um “arsenal de técnicas”: entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento etc.”.

Mas ao contrário, os meios de trabalho do assistente social se dão devido ao conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo profissional durante o seu processo de formação e tem seus pilares definidos no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, que orientam a atuação do Serviço Social desde o âmbito acadêmico ao exercício profissional (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O trabalho do/a assistente social é voltado para a garantia de acesso aos direitos e cidadania e são orientado pelo projeto ético-político, esses direitos são materializados em forma de políticas sociais. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 197):

A construção, difusão e efetivação dessa concepção de direitos, de cidadania e de política social é tarefa árdua e encontra barreiras tanto estruturais quanto conjunturais. Nesse sentido, não podemos deixar de ter uma perspectiva de totalidade e reconhecer, objetivamente, os limites e condicionalidades impostos pela estrutura econômica e pela conjuntura política.

O assistente social é o profissional que trabalha com as políticas sociais, de corte público ou privado e não há dúvida que esse trabalho é fundamental na constituição da profissão. Entretanto as políticas sociais públicas:

[...] são uma das respostas privilegiadas à questão social, ao lado de outras formas, acionadas para o seu enfrentamento por distintos segmentos da sociedade civil, que têm programas de atenção à pobreza, como as corporações empresariais, as organizações não governamentais, além de outras formas de organização das próprias classes subalternas para fazer frente aos níveis crescentes de exclusão social a que se encontram submetidas (IAMAMOTO, 2011, p. 58).

“A questão social explica a necessidade das políticas sociais, no âmbito das relações entre as classes e Estado, mas as políticas sociais, por si, não explicam a questão social”. De acordo com Iamamoto (2011, p. 58-59) é necessário identificar a gênese das desigualdades sociais emergentes da acumulação capitalista que

remetem as formas da exclusão social e assim identifica-la como matéria-prima do processo de trabalho do assistente social.

Por sua vez, sabe-se que as condições de trabalho dos assistentes sociais são as mais adversas possíveis. Segundo Guerra (2011), faltam recursos para atendimentos das demandas, exigências do empregador que se afasta do que o assistente social quer realizar, baixos salários, burocratizações das organizações entre outros.

“Deste modo, as condições objetivas colocadas à intervenção profissional não dependem apenas da postura teleológica⁴ individual dos seus agentes e de seus instrumentos de intervenção”. A capacidade humana teleológica que perpassa o exercício profissional se faz necessário para a profissão, quando nos referimos àquilo que se deseja alcançar com o exercício profissional do Serviço Social. (GUERRA, 2011, p. 28).

O Serviço Social segundo (Iamamoto, 2011, p. 66), é uma profissão que possui uma matéria-prima, um objeto e detém a força de trabalho, na qual irá gerar os resultados da atuação profissional sob dois ângulos indissociáveis:

[...] do ponto de vista do trabalho concreto, isto é, das características materiais particulares que tornam o trabalho útil e moldam as formas particulares assumidas pelos componentes presentes em qualquer processo de trabalho: os meios ou instrumentos, a matéria-prima e a própria atividade. Aí se acentuam os aspectos qualitativos desse trabalho, o seu valor de uso. Mas os mesmos elementos podem ser abordados de um outro ponto de vista, da quantidade de trabalho socialmente necessário que contém materializado, independente da sua forma material útil que assumem.

Quando Iamamoto (2011) refere-se à própria atividade da profissão, a autora refere-se à força de trabalho do profissional de Serviço Social. Os resultados do exercício profissional do Serviço Social, da força de trabalho, são caracterizados como resultados materiais e imateriais, os quais geram efeitos sociais.

O resultado material no processo de trabalho do Serviço Social, não depende em si de ser materializado, não depende da forma material útil que irá assumir, esse resultado contribui no processo de produção e reprodução da vida social do sujeito e no valor de uso e valor de troca que o profissional irá assumir com o empregador (IAMAMOTO, 2011).

⁴ Supõe a atividade teleológica (a projeção ideal de suas finalidades e meios) por parte do sujeito que o realiza e cria uma realidade nova e objetiva (resultante da matéria transformada) BARROCO, 2010, p. 24.

O resultado material no processo de trabalho do assistente social é gerado a partir da execução das políticas sociais onde o profissional irá viabilizar benefícios assistenciais e previdenciários, prestar serviços de saúde, prevenção de acidentes de trabalho, entre outros. “[...] O Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio de serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras” (IAMAMOTO, 2011, p. 67).

Segundo lamamoto (2011, p. 67) “o Serviço Social tem um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem uma objetividade que não é material, mas é social”. Esse efeito material se dá através da viabilização e acesso a um óculos, uma prótese, uma cesta básica, entre outros. É uma atividade que fornece algo que é material e utilitário ao usuário.

O assistente social não trabalha só com coisas materiais, um outro resultado do Serviço Social também gera efeitos na sociedade “incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos” (IAMAMOTO, 2011, p. 68).

Os resultados da ação profissional existem e são resultados objetivos, “embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenha uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços” (IAMAMOTO, 2011, p. 68).

“[...] O serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2011, p. 69).

Segundo lamamoto (2011, p. 70-71), no que diz respeito ao processo de trabalho do Serviço Social:

O Serviço Social é uma atividade que, para se realizar no mercado, depende das instituições empregadoras, nas quais, o assistente social dispõe de uma relativa autonomia no exercício de seu trabalho. Dela resulta que nem todos os trabalhos desses profissionais são idênticos, o que revela a importância dos componentes éticos-políticos no exercício da profissão.

Em seu processo de trabalho, o profissional de Serviço Social deverá utilizar conhecimentos, informações, técnicas e habilidades, tais como, aspectos teórico-

metodológicos que compõem a intervenção profissional do Serviço Social (GUERRA, 2011).

Guerra (2011, p. 30), entende que para utilizar os aspectos teórico-metodológicos, o assistente social deve remeter-se a instrumentalidade do Serviço social, “[...] à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão”.

Segundo Guerra (2011), a maturação intelectual e profissional do assistente social, garante ao profissional a instrumentalidade do Serviço Social para o exercício da prática profissional.

Pensar nos instrumentos de trabalho segundo Iamamoto (2011) reflete em centralizar a visão dos instrumentos de trabalho como um “arsenal de técnicas”, tais como, entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento, grupos, visitas domiciliares entre outras.

Contudo, “as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos a ação, ao mesmo tempo em que a moldam”. Com essas bases o profissional é capaz de decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado (IAMAMOTO, 2011, p. 62-63).

De acordo com Iamamoto (2011, p. 63), “embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal”. Isso reflete na prática profissional, pois, o assistente social não detém de todos os meios necessários para a efetivação de seu exercício profissional autônomo, tais como, meios financeiros, técnicos e humanos. Portanto, o assistente social:

Ainda que dispondo da relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso aos seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional (IAMAMOTO, 2011, p. 63).

“Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora” (IAMAMOTO, 2011, p. 67).

Segundo Granemann (1999, p. 166), visto que o Serviço Social opera com uma matéria que possui teor fortemente político, sua ação deverá se fazer diante aos

parâmetros ético-políticos construídos pela categoria profissional, afim de “[...] contribuir na construção de uma sociedade na qual se supere a questão social como matéria de trabalho [...]”.

O exercício profissional do Serviço Social na contemporaneidade requer que o Assistente Social apreenda para além da Questão Social, ou seja, requer que o profissional apreenda como os sujeitos a vivenciam. Todavia, é necessário segundo Iamamoto (2011, p. 76):

[...] desvelar as condições de vida do indivíduos, grupos e coletividade com os quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não, que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade, pela população.

De acordo com Iamamoto (2011, p. 77) é o Código de Ética profissional que irá nortear e indicar um rumo ético-político para o exercício profissional. Logo, o Código de Ética:

Afirma, como valor ético central, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas na forma do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos.

“Os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais a serem acordados e assumidos coletivamente pela categoria” (IAMAMOTO, 2011, p. 78).

A Ética, “ao invadir o espaço cotidianidade, ocupando-se em geral das prescrições moralistas, apresenta-se como alternativa social conservadora, incentivando o senso comum a preservar os seus preconceitos [...]” (BARROCO, 2009, p. 167).

Segundo Barroco (2009, p. 1967), embora seja limitada:

A ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres; pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; [...]. Embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade de indivíduo moral e sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis.

Para Barroco (2009, p. 174-175) “a ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são medidas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demanda e respostas que legitimam a profissão [...]”. A legitimação da profissão do Serviço Social é oriunda da divisão social do trabalho da sociedade capitalista.

Barroco (2009, p. 1975) diz a respeito da ética profissional que:

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do Código de Ética Profissional, como teorização ética, através de filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política.

De acordo com lamamoto (2009, p. 33):

Os princípios éticos norteadores do projeto profissional estão fundados no ideário da modernidade, que apresenta a questão central da liberdade do ser social no coração da reflexão ética; ser social que se constitui pelo trabalho e dispõe de capacidade teleológica, afirmando-se como produto sujeito da história.

O caráter ético-político do projeto profissional do Serviço Social tem algumas consequências, as quais segundo lamamoto (2009, p. 37), “[...] supõe uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente e se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens no enfrentamento dos conflitos sociais”.

Para lamamoto (2009, p. 37):

[...] os Assistentes Sociais enquanto cidadãos e trabalhadores tornam-se parte de um “sujeito coletivo”, que partilha concepções e realizam, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política.

“O Serviço Social foi regulamentado como uma “profissão liberal” dela decorrente os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional” (IAMAMOTO, 2009, p. 38).

Contudo, o exercício profissional é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada, determinante na autonomia da profissão. Os empregadores costumam estipular a intensidade, jornada, salário, índices de produtividade e metas a serem cumpridas (IAMAMOTO, 2009).

O rumo ético-político do assistente social requer um profissional informado, culto, crítico e acima de qualquer circunstância competente. Na contemporaneidade, os profissionais do Serviço Social “[...] formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente” (IAMAMOTO, 2011, p. 80).

Falar sobre o Serviço Social na contemporaneidade requer entender sobre a prática social desenvolvida desde as relações sociais monopolizadas, bem como, as lutas de classes e nas contradições entre o capital e trabalho. Nos resta pensar e identificar as mudanças oriundas do capitalismo e o que elas acarretaram na natureza e no homem, esses, objeto e sujeito do processo de trabalho do Serviço

Social. Requer esforço e entendimento para compreensão sobre a reconstrução histórica da profissão e o que levou a mudança e, também, desencadeou a Reconceituação do Serviço Social.

Portanto, neste estudo foi necessário identificar o enraizamento, as determinações e os efeitos sociais que geraram a formação profissional na contemporaneidade e os seus desdobramentos na prática profissional.

2.2 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E LEGISLAÇÕES VOLTADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.2.1 Marco Legal

Discorrer a respeito de pessoas deficientes é altamente difícil e complexo e vai além do que possamos imaginar. De acordo com Ribas (2003, p. 7) isso acontece porque “[...] qualquer “noção” ou “definição” de deficiência implica uma imagem que nós fazemos das pessoas deficientes”.

Na vida vivida, os termos e definições corriqueiros à pessoas deficientes, tais como, aleijadinho, louco, anormal, excepcional entre outros, não expressavam a realidade total e concreta das pessoas que tenham algum tipo de deficiência e a partir da década de 1970, algumas pessoas de fora do Brasil começaram a pensar que esses termos “[...] poderiam ser equivocados. Ou poderiam ser conceitos enviesados por concepções ideológicas. Ou poderiam simplesmente ser palavras mal-acabadas” (RIBAS, 2003, p. 9).

Segundo Ribas (2003, p. 10), para que não houvesse a fragmentação da imagem das pessoas deficientes e para tentar ajustar os termos e imagens das pessoas com algum tipo de deficiência alguns dos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU) manifestaram-se a favor do termo “pessoas deficientes” que culminou na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975) que dizia em seu artigo 1º:

O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

De acordo com Ribas (2003, p. 26) existem três tipos de deficiência, sendo que um desses três tipos divide-se em dois, que são:

[...] as deficiências física (de origem motora: amputações, malformações ou sequelas de vários tipos etc.), as deficiências sensoriais, que se dividem em deficiências auditivas (surdez total ou parcial) e visuais (cegueira também total ou parcial), e as deficiências mentais (de vários graus, de origem pré, peri ou pós natal).

Atualmente, o termo adotado para pessoas que não conseguem assegurar por si mesma as suas necessidades individuais e sociais, por motivo de algum tipo de deficiência, é pessoa com deficiência, contudo, foram várias as denominações dadas as pessoas com deficiência desde o século XX, essas foram chamadas de incapacitadas, pessoas defeituosas, excepcionais, pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência e, também, pessoas com necessidades especiais. “Durante séculos, as pessoas com deficiência eram tratadas como aleijadinhos ou inválidos, porque eram considerados inúteis” (SIMÕES, 2014, p. 367).

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) nos informa que no mundo, a cada dez pessoas existe pelo menos uma com deficiência, o que abrange pelo menos 25% da população existente. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2012, o número de pessoas com deficiência visual sobressaia sobre as outras deficiências, seguida das deficiências física, auditiva e mental (SIMÕES, 2014).

No que diz respeito a pessoa com deficiência intelectual, no ano de 2000, o IBGE indicou que 8,3% da população existente tinham como natureza a deficiência intelectual, essa proporção equivalia a 2.844.936 pessoas, sendo que sua maioria se expressavam na figura masculina (SIMÕES, 2014).

Outra definição destinada a pessoa com deficiência, tratada pelo Ministério da Saúde, diz que pessoa com deficiência é:

Aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que geram incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 2006, p. 9).

Foi no século XIX que tiveram as primeiras iniciativas para atender as pessoas com deficiências, porém com pouca concretude, pois naquela época era pouco propício a assimilação das diferenças, principalmente das pessoas com deficiência. Foram criados hospitais para “tratamento dos alienados” e hospícios e somente era ofertado a educação e atendimentos às pessoas que eram cegas e surdas (BRASIL, 2010).

“Na primeira metade do século XX, o Estado não promoveu novas ações para as pessoas com deficiência e apenas expandiu, de forma modesta e lenta, os institutos de cegos e surdos [...]”. As iniciativas do Estado apenas atingiam a população cega e surda e mesmo assim de forma imprescindível (BRASIL, 2010, p. 20).

Somente entre os anos de 1920 e 1950 com o crescimento da urbanização e industrialização e diante das atitudes imprescindíveis do Estado, a sociedade civil criou organizações voltadas para a assistência nas áreas de educação e saúde, como as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (1954). “Essas novas organizações se destinavam a outros tipos de deficiência e com formas de trabalho diferenciadas, por não se restringirem à educação e atuarem também na saúde” (BRASIL, 2010, p. 23).

O primeiro movimento das organizações da sociedade civil foi idealizado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi, em 1926, no Rio Grande do Sul, mas somente em 1932 ele foi ampliado e aperfeiçoado pela educadora e psicóloga russa Helena Antipoff, onde o seu trabalho contribuiu para campo da assistência, educação e da institucionalização das pessoas com deficiência (BRASIL, 2010).

O segundo movimento foi fundado em 1954, no Rio de Janeiro, que deu origem a Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por iniciativa de uma mãe de uma criança com deficiência intelectual. A APAE prestava serviços na área da educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2010).

A fundação dos movimentos Pestalozzi e APAE tiveram grande importância para a pessoa com deficiência intelectual, pois, quando não havia a existência desses movimentos, as pessoas com deficiência eram consideradas loucas e colocadas em hospícios (BRASIL, 2010).

Outro marco histórico para as pessoas com deficiência foi a criação dos centros de reabilitação, aproximadamente no ano de 1950, que atendiam em sua grande maioria, pessoas que passaram pelo surto da poliomielite, uma doença viral infectocontagiosa mais conhecida como paralisia infantil, que tinha como consequência o aumento de pessoas com deficiência física. No ano de 1954, apoiada por grandes empresários surge a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABRR) que tinha como objetivo a reabilitação e a inserção da pessoa

com deficiência na sociedade, afim de que, pudessem ter a garantia de uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2010).

Segundo Simões (2014), desde o ano de 1857 foram criadas instituições de atendimento a pessoas com deficiência no Brasil, mas somente a partir dos anos de 1980 que foram sistematizados os direitos de cidadania, visando, sobretudo, a inclusão social⁵.

O movimento de inclusão social começou na segunda metade dos anos 1980 nos países mais desenvolvidos, tendo por objetivo a construção de uma sociedade feita para todas as pessoas, que tinha como princípios a “celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com qualidade de vida” (SASSAKI, 2006, p. 17).

Werneck (2009, p. 25) ao referir sobre o tema inclusão descreve que “não é simples pensar sobre inclusão porque não existe meia inclusão [...] ou se defende a inclusão concordando com todos os princípios ou ainda não se defende a inclusão.”

Werneck (2009, p. 41-42) reforça ainda que:

Uma sociedade inclusiva tem compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas deficientes. Tem compromisso com ela mesmo porque se auto-exige transformações intrínsecas. Nesse processo, o movimento pela inclusão tem características políticas. Pretende alterar a estrutura constitucional do Estado.

De acordo com Sasaki (2006, p. 39), entende-se por inclusão social “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e simultaneamente, essas pessoas se preparam para assumir papéis na sociedade”.

⁵ O conceito de inclusão social expressa o combate contra a discriminação. Esta é definida, no citado documento da ONU, como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício, por parte das pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (SIMÕES, 2014, p. 368).

No ano de 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência sob o lema Participação e Igualdade Plenas⁶ que culminou na Década da Pessoa Deficiente no ano seguinte, ano de 1982-1992. Esses dez anos foram de plena discussão sobre a situação da pessoa com deficiência no mundo inteiro, como foco nos países desenvolvidos, onde tinham-se o visível aumento da pobreza e exclusão social, que conseqüentemente agravavam ainda mais as necessidades das pessoas com deficiência (SIMÕES, 2014).

Os objetivos principais do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência para as pessoas com deficiência eram:

Ajudar no ajustamento físico e psicossocial na sociedade; promover esforços, nacional e internacionalmente, para possibilitar o trabalho compatível e a plena integração à sociedade; encorajar projetos de estudo e pesquisa visando à integração às atividades da vida diária, aos transportes e aos edifícios públicos; educar e informar o público sobre os direitos de participar e contribuir em vários aspectos da vida social, econômica e política (BRASIL, 2010, p. 41).

Entende-se por exclusão social o “[...] rompimento das relações sociais e comunitárias; o expurgo, absoluto ou relativo, da vida social, em vínculos básicos, mesmo que o excluído usufrua de renda que satisfaça as necessidades básicas”. Para Simões (2014, p. 365), a exclusão social engloba diversas situações socioeconômicas e culturais dos sujeitos nas quais induzem à violação de direitos.

No Brasil, milhares de pessoas com deficiência estão sendo diariamente discriminadas nas comunidades que frequentam ou sendo excluídas do mercado de trabalho, essas pessoas sempre foram vítimas de ações preconceituosas e impiedosas. A sociedade sempre inabilitou as pessoas com deficiência deixando-as a margem e privando-as de liberdade (MACIEL, 2000).

Tendo em vista que a educação é um direito, embora que para as pessoas com deficiência é um direito conquistado a partir de muitas lutas e dedicações de membros da sociedade civil, nos últimos anos as ações de pais de pessoas com deficiência e de alguns educadores estão promovendo a inclusão no âmbito escolar “visando resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno

⁶ Em 1982, sua Assembleia Geral aprovou o Programa de Ação Mundial – PMA, por meio da Resolução n.º 35/52, para a década de 1983 a 1992. A Resolução n.º 45/1991 da ONU, aprovada em 14/12/1990, propôs uma mudança no foco no programa das Nações Unidas sobre deficiência, passando da conscientização para a ação, com o propósito de se atingir, com êxito, uma sociedade para todos, por volta de 2010 (SIMÕES, 2014, p. 367).

desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento” (MACIEL, 2000, p. 51).

Em 1994 aconteceu a Conferência Mundial da Educação Especial, onde movimentos nacionais e internacionais buscaram um consenso para a formação de uma política de integração e educação inclusiva. Foi resultado desse evento a “Declaração de Salamanca” que culminou em importantes pontos que mudassem a tão discriminatória realidade (MACIEL, 2000).

Para Maciel (2000, p. 52), “a inclusão escolar, fortalecida pela Declaração de Salamanca, no entanto, não resolve todos os problemas de marginalização dessas pessoas, pois o processo de exclusão é anterior ao período de escolarização [...]”, muitas vezes o processo de exclusão acontece no próprio ambiente familiar a partir do nascimento da pessoa com deficiência ou do momento em que essa pessoa se torna deficiente.

Quando se tem uma pessoa com deficiência na família é normal que se altere a rotina do lar, mas não é impossível que a família dê conta dessas mudanças. Algumas famílias ficam fragilizadas, inseguras, muitas vezes por medo de não darem conta da discriminação e do isolamento (MACIEL, 2000).

O que pode ser observado é que as famílias responsáveis por uma pessoa com deficiência acabam sendo famílias com necessidades especiais, pois, precisam de orientações, acesso a grupos de apoio e alguns encaminhamentos, isso porque, “a falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema” (MACIEL, 2000, p. 53).

Segundo Maciel (2000, p. 54) os modelos únicos preestabelecidos estão excluindo as pessoas com deficiência da sociedade, como se tem visto na saúde, no mercado de trabalho, nas áreas de lazer, na área social e:

[...] na educação também não é diferente, pois só as grandes cidades possuem algum tipo de atendimento. A realidade tem mostrado que os ciclos do ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, e a falta de formação de professores, de recursos técnico-pedagógicos, de estímulo suplementar, de acompanhamento de equipe multidisciplinar – fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais –, de salas e de professores de apoio deixam a questão da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita apenas na teoria.

A inclusão escolar não irá resolver se apenas colocar uma pessoa com deficiência em uma classe comum. O que deve ser lembrado é que em uma sociedade

inclusiva, todas as necessidades da pessoa com deficiência devem ser atendidas (MACIEL, 2000).

De acordo com Maciel (2000, p. 54) para que haja um inclusão escolar tem-se a necessidade:

- de um trabalho de sensibilização contínuo e permanente por parte de grupos e instituições que já atingiram um grau efetivo de compromisso com a inclusão de portadores de necessidades especiais junto à sociedade;
- da capacitação de profissionais de todas as áreas para o atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência;
- da elaboração de projetos que ampliem e inovem o atendimento dessa clientela;
- da divulgação da Declaração de Salamanca e outros documentos congêneres, da legislação, de informações e necessidades dos portadores de deficiência e da importância de sua participação em todos os setores da sociedade.

Para além da inclusão escolar “[...] é necessário que o professor da sala regular e os especialistas de educação das escolas tenham conhecimento sobre o que é deficiência [...]”, sendo assim, é necessário que esse profissional tenha consciência dos tipos de deficiência, das causas da deficiência, características e as necessidades educativas de cada uma (MACIEL, 2000, p. 55).

De acordo com Maciel (2000, p. 56), “a inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade”, tal como a educação.

Outras são as dificuldades e complexidades que envolvem a inserção das pessoa com deficiência no mundo de trabalho, dificultando-as ao acesso dos direitos civis, políticos, sociais e até mesmo das relações sociais. Essas dificuldades perpassam à discriminação, preconceitos e até à falta de cultura (CARMO; JAIME, 2005).

Segundo Carmo e Jaime (2005, p. 30), “a discriminação em relação às pessoas com deficiência é um fato conhecido e incontestável, que se manifesta sob diferentes formas e em situações diversas”, nas ruas, na educação, na saúde, no âmbito do trabalho, entre outros.

Atualmente, através das políticas públicas e conseqüentemente de Leis e Decretos, encontramos números expressivos de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, porém, houveram muitas lutas para que esse direito pudesse ser concretizado e somente 43 anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, na qual dizia em seu artigo 1º que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em

relação uns aos outros com espírito de fraternidade”, que se pensou no direito ao trabalho para as pessoas com deficiência (CARMO; JAIME, 2005, p. 13-14).

Logo após a Proclamação da República em 1889, ficou designado ao Brasil a ter como seu fundamento a dignidade da pessoa humana, o que inclui os direitos sociais e o direito ao trabalho, no qual somente a partir de 1991 que esse direito ao trabalho é garantido às pessoas com deficiência (CARMO; JAIME, 2005).

Segundo Simões (2014), a Lei federal nº 8213/91 leva às empresas privadas e órgão da administração pública a ter em seu quadro de funcionários cargos para pessoas com deficiência proporcionalmente ao seu número de empregados.

“Essa lei, também é conhecida como Lei de Cotas, torna obrigatório a contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas profissionalmente, por parte de todas as empresas que tenham cem, ou mais empregados” (CARMO; JAIME, 2005, p. 13).

Segundo Carmo (1992, p. 15), entende-se por trabalho “[...] toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência”. Através do trabalho:

Há mediação entre o homem e a natureza: domando-se a ele a seu desejo, visa extrair dela sua subsistência. Realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com os outros homens, na realização dessa atividade, estabelece a base das relações sociais (CARMO, 1992, p. 15).

Para muitas pessoas, o trabalho é único elo social fora do convívio familiar, talvez seja o único local da vida comunitária, ele justifica a vida em sociedade e pode oferecer ao indivíduo possibilidades de libertar seus mais variados desejos, assim acontece com a pessoa com deficiência quando se tem essa oportunidade. De acordo com Carmo (1992, p. 77):

O trabalho também pode nos oferecer compensação para a vida demasiadamente dura dos sofrimentos e das decepções existenciais, possibilitando uma satisfação particular de realização de algo, e ainda, a sublimação de instintos primários que precisam ser liberados. Ele preenche grande parte de nossa existência [...].

Segundo Simões (2014), a Constituição Federal de 1988 é destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, garantindo a pessoa com deficiência leis complementares que dispõe a adaptação dos ambientes de trabalho, a aquisição de novos equipamentos, a atribuição aos pais e/ou responsável à tutela para os menores de 17 anos e 11 meses e a curatela para os maiores de 18 anos considerados incapazes de administrar as condições sociais, econômicas e políticas

impostas pela sociedade civil, a mudança urbanística e nos equipamentos urbanos, como o transporte coletivo, bem como, procedimentos específicos para o transporte municipal, interestadual e internacional para pessoas com deficiência.

A aprovação dos direitos e legislações à pessoa com deficiência no Brasil se dá a partir da Constituição Federal de 1988, reconhecida por Constituição Cidadã, que promulga a condição de política pública à assistência social, acompanhado da saúde e previdência social dando origem ao tripé da Seguridade Social (BRASIL, 2010).

Em 1993, temos a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742 que materializou e organizou a assistência social, instituída como direito público, no qual em seu artigo 1º nos diz que:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2010, p. 6).

O direito a assistência social deve ser assegurado pelo Estado à população como um direito da cidadania. A LOAS “sistematizou e institucionalizou, como permanentes, os serviços socioassistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade⁷ e risco social⁸” (SIMÕES, 2014, p. 306).

Segundo a LOAS, a assistência social “[...] tem por finalidade assegurar a prestação das necessidades básicas, com base nas políticas sociais, com a participação da comunidade, definem os mínimos sociais⁹, de natureza mais ampla” (SIMÕES, 2014, p. 306).

A assistência social tem como objetivos e estratégias para reduzir a pobreza:

[...] criação de programas de geração de trabalho e renda; proteção a maternidade, às crianças e aos adolescentes; apoio às gestantes, creches e cursos profissionalizantes; garantia de um salário mínimo para pessoas carentes com deficiência ou idosas, por meio de ações continuadas de assistência social (SIMÕES, 2014, p. 306).

⁷ Concebem a vulnerabilidade como uma dada situação social desfavorável, objetivamente considerada, em que está inserido um indivíduo. É a situação, caracterizada por processos e situações sociais que gerem fragilidade, discriminação, desvantagens e exclusão da vida econômica, social e cultura (SIMÕES, 2014, p. 322-323).

⁸ Por situação de risco, entende-se a dimensão subjetiva na qual o indivíduo contrabalança as condições de vulnerabilidade com as suas possibilidades e capacidades de enfrenta-las (SIMÕES, 2014, p. 323).

⁹ Mínimos sociais refere-se a recursos mínimos destinados à pessoas incapazes de prover sua subsistência através do trabalho. Associado à noção de necessidades básicas (PEREIRA, 2011).

Os benefícios e serviços resultados dos programas e projetos da assistência social têm por finalidade a qualificação, o incentivo e a melhoria dos beneficiários e usuários da assistência (SIMÕES, 2014).

Onze anos foram o suficiente para considerar as condições políticas e institucionais acumuladas pela LOAS. Nesse período foram conquistados avanços na construção da política de assistência social, na qual assegura em si, como política de direito do cidadão e de responsabilidade do Estado (BRASIL, 2005).

“A última década significou a ampliação do reconhecimento pelo Estado, no esteio da luta na sociedade brasileira, dos direitos de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência” (BRASIL, 2005, p. 13).

Todavia, a consolidação da assistência social como política pública e direito social só foi efetivada com a criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no ano de 2005, resultando um “requisito essencial da LOAS para dar efetividade a assistência social como política pública” (BRASIL, 2005, p.13).

Criada no ano de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) buscou “incorporar as demandas existentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política [...]”, afim de, tornar evidente suas diretrizes para que essa política pudesse auxiliar a efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2005, p. 13).

A PNAS no âmbito do SUAS reforça o campo da informação, monitoramento e avaliação mostrando que as novas tecnologias da informação e a ampliação de possibilidades de comunicação trazem um novo sentido técnico e político e podem e devem “[...] ser consideradas como meios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais [...]” (BRASIL, 2005, p. 14).

A assistência social como política de proteção social é garantida a todos de quem dela necessitam, ou seja, não importa quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros que demandam desse serviço. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, a assistência social dispõe de:

- Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformando em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.

- Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais e a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrenta-los.
- Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circunstantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social.
- Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só de ausências, mas também de presenças até mesmo como desejos de superar a situação atual.
- Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam (BRASIL, 2005, p. 15).

A política pública de assistência social precisa considerar três vertentes da proteção social: “[...] as pessoas, as suas circunstâncias, e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família”. A proteção social implica em uma maior aproximação com o cotidiano da vida do usuário, pois, é ali que os riscos, vulnerabilidades se constituem (BRASIL, 2005, p. 15).

A garantia ao usuário da segurança de sobrevivência não é apenas uma compensação de um salário (R\$) inadequado, mas sim que todos possam ter uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, como por exemplo, pessoas com deficiência e idosos desempregados, com famílias extensas e desprovidas de uma renda para sua reprodução social e sobrevivência (BRASIL, 2005).

A garantia de acolhida, “[...] opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade”. Nesse caso existem diversas situações que cabem a esse tipo de proteção (BRASIL, 2005, p. 31).

A garantia da convivência familiar ou do convívio supõe a não aceitação de situações de reclusão, de rompimentos de vínculos, perda de relações, pois acredita-se que “é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade” (BRASIL, 2005, p. 32).

A Política Pública de Assistência Social realiza-se concomitante às políticas setoriais “[...] considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender as contingências sociais e à universalização dos direitos” (BRASIL, 2005, p. 33).

Sob a perspectiva da Política Pública de Assistência Social, essa tem como objetivos:

- Promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005, p. 33).

Haja visto que através da Constituição Federal de 1988, na qual se deu a ampliação dos direitos sociais à pessoa com deficiência e ainda culminou em medidas de proteção social para pessoas com deficiência e outros usuários da assistência social, foram promulgadas diversas Leis sobre os direitos da pessoa com deficiência, destacadas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Principais Leis, Decretos e Resoluções das pessoas com deficiência

Lei/ Decreto/ Resolução	
Lei n. 7.852 de 24/10/1989	Instituiu o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social; regula sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE – e sobre a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público e tipificando os crimes contra a política nacional para a sua integração;
Lei n. 8.889 de 29/06/1994	Concedeu-lhes passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual;
Lei n. 10.098 de 19/12/2000	Estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção de sua acessibilidade, aos locais urbanos;
Lei n. 10.216 de 06/04/2001	Regula sobre a sua proteção e direitos e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
Lei n. 10.784 de 16/04/2001	Lei do Estado de São Paulo, sobre o ingresso e permanência de cães-guia em locais públicos e privados;
Lei n. 10.877 de 04/06/2004 (que alterou a Lei n. 7.707 de 20/12/1982)	Lei regulamentando sobre a pensão especial para pessoas com deficiência;
Decreto n. 5.296 de 02/12/2004	Estabeleceu normas e critérios básicos para promoção da acessibilidade aos locais;
Resolução n. 02/2005 do STJ	Conferiu prioridade aos julgamentos dos processos judiciais em que seja parte pessoa com deficiência especial, desde que a causa tenha vínculo com a própria deficiência conforme o art. 9º da Lei n. 7.853 de 24/10/1989; hipótese em que a parte deve apresentar atestado ou laudo médico, no qual comprove a deficiência [...];
Lei n. 11.887 de 01/03/2005	Estabeleceu que os órgãos da administração pública direta, indireta, autarquias, empresas de economia mista, instituições bancárias e financeiras e entidades privadas estão obrigados a adaptar seus espaços de atendimento ao público em geral, ao uso das pessoas com deficiência, assim como implementarem soluções técnicas nos equipamentos de autoatendimento que propiciem seu uso normal [...];
Lei n. 11.126 de 27/06/ 2005	Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhadas de cão-guia (regulamentada pelo Decreto n.

	5.904 de 21/09/2006);
Lei n. 12.254 de 09/02/2006	Lei do Estado de São Paulo, obriga as farmácias e drogarias a manterem, à disposição do público, para consultam lista de medicamentos genéricos em caracteres braile;
Resolução n. 47 de 03/08/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Dispôs sobre medias a serem adotadas por empresas eminentes de cartões de créditos de pessoas com deficiência visual ou auditiva;
Lei estadual n. 12.907 de 15/04/2008	Consolidou a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.

Fonte: Adaptado de Simões (2014, p. 373-374).

Outro marco regulatório importante para as pessoas com deficiência foi no ano de 1999, por meio de um Decreto de nº 3.289, que culminou na Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, onde, juntamente com a Lei nº 8.742/93 formaram um pretexto para o significado de pessoa com deficiência. De acordo com o inciso II do artigo 2º do Decreto nº 3.289, alterado pelo Decreto nº 4.712/03, até mesmo pela nomenclatura, pessoa com deficiência no Brasil:

[...] é a pessoa, inclusive estrangeira, domiciliada no Brasil, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênita ou adquirida, por isso impedida de desempenhar as atividades da vida diária [...] (SIMÕES, 2014, p. 370).

A mais nova legislação da pessoa com deficiência é chamada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na qual entrou em vigor no dia 06 de Julho de 2015. A Lei nº 13.146 institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência se fez necessário para esclarecer alguns pontos e avançar em outros com a criação de novos direitos.

O artigo 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência refere que essa Lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Em seu artigo 4º, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nos diz que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015).

Conforme o artigo 5º, “a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante” (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 6º, garante que toda a pessoa com deficiência tem direito a:

- I - casar-se e constituir união estável;
- II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
- V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e
- VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência promulga em seu artigo 8º que:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência nos mostra a materialização e a garantia dos direitos concedidos à pessoa com deficiência, nos traz a definição do que é pessoa com deficiência, retrata um pouco sobre a questão da igualdade, do atendimento que é prioritário, dos direitos à vida, habilitação e reabilitação, saúde, educação, moradia, do direito ao trabalho, à assistência social, previdência social, cultura, esporte, lazer, turismo, transporte e mobilidade, do direito à acessibilidade, acesso à informação e comunicação, da tecnologia assistiva, da participação na vida pública e política, do acesso à justiça, do reconhecimento igual perante a Lei entre outros (BRASIL, 2015).

Discorrer sobre a pessoa com deficiência e defendê-la, hoje, está mais descomplicado do que nos últimos anos, devido as inúmeras legislações, decretos e resoluções, pois, nos anos passados a pessoa com deficiência era retratada sob formas preconceituosas e subjetivas. Levando em consideração que a pessoa com deficiência é uma pessoa como outra qualquer, ela também deve ser considerada cidadã e detentora de direitos.

Os direitos da pessoa com deficiência são frutos e conquista de muitas lutas na sociedade e foi com grandes avanços que abriu-se espaços na sociedade para que

essas pessoas fossem reconhecidas e incluídas na sociedade como sujeitos sociais e que, também, contribuíssem com sua participação em espaços de tomada de decisão.

Atualmente, é a política de assistência social que dá todo um amparo legal as pessoas com deficiência. A política de assistência social empenha-se na busca de uma sociedade transformada, afim de que possa haver justiça, igualdade e liberdade para todos os cidadãos sem distinção de qualquer natureza, pois somos todos iguais em nossas diferenças.

2.2.2 Concepções de Direitos

De acordo com Couto (2010, p. 33) os direitos sociais são as manifestações da relação entre o Estado e a sociedade vinculados a um projeto de Estado social que constitui “um novo patamar de compreensão dos enfrentamentos da questão social, incorporando-se às conquistas dos direitos civis e políticos”.

Os direitos sociais começaram a ser defendidos a partir dos séculos XVII e XVIII na luta contra o poder absoluto dos reis e do Estado absolutista, afim de que, por meio dos direitos civis o poder do Estado poderiam ser limitados (COUTO, 2010).

Para a compreensão e interpretação dos direitos e conseqüentemente de suas conquistas é necessário entender a trajetória cronológica dos direitos na qual percebe-se que “os direitos civis foram conquistas efetivadas no século XVIII, os direitos políticos foram conquistas efetivadas no século XIX, enquanto os direitos sociais são conquistas realizadas no século XX” (COUTO, 2010, p. 33).

Os direitos sociais na sociedade estão interligados a questão de cidadania. Segundo Coutinho (2000) citado por Couto (2010, p. 34) no que diz respeito a questão de cidadania, essa é a:

[...] capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia coletiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinada.

De acordo com Couto (2010, p. 34) são dois os paradigmas que nos ajudam a compreensão da ideia que iluminou a trajetória da conquista dos direitos:

O primeiro é o defendido pelos jusnaturalistas, que compreendem o campo do direito como algo inerente à condição humana, fundado numa lógica apriorística, onde a natureza humana, por si só, é detentora de direitos. O segundo é representado pela ideia de que os direitos são resultados do movimento histórico em que são debatidos, correspondendo a um homem concreto e às suas necessidades, delimitado pelas condições sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade [...]

Para Couto (2010, p. 35), os direitos devem ser compreendidos e classificados a partir da geração que são conquistados, conforme citados anteriormente. Os direitos da primeira geração são os direitos civis e políticos exercidos pelo homem, a conquista da segunda geração são os direitos sociais, que são efetivados através do Estado e “os direitos da terceira geração são entendidos como fruto da evolução das relações entre povos e, principalmente, como resposta a conflitos [...]”.

Para melhor compreensão dos conceitos de direitos, segue o quadro:

Quadro 02 – Geração dos direitos sociais

Classificação	Natureza	Fundamento	Relação/Estado	Titularidade
1ª geração: direitos civis e políticos	Individual	Liberdade	Cunho negativo- resistência ou oposição	O indivíduo
2ª geração: direitos sociais	Individual/ coletiva	Igualdade	Cunho positivo- por intermédio do Estado	O indivíduo
3ª geração: direito ao desenvolvimento da paz, do meio ambiente e da autodeterminação dos povos.	Coletivos/ Difusos	Solidariedade	Contra ingerência do Estado e particularidades	Famílias, povo, nação, coletividades regionais ou étnicas, humanidade.

Fonte: Couto (2010, p. 36)

Consciente de que é a Constituição Federal de 1988 que assegura a população os direitos civis, políticos e sociais e que esses devem ser respeitados nas ações estatais tanto quanto nas relações civis, identifiquemos agora os direitos sociais que são intermediados pelo Estado e pelos quais a população busca o seu exercício (SIMÕES, 2014).

Segundo Simões (2014) o que melhor exemplifica e assegura os direitos sociais é a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Essa Lei impôs aos governos a criação de programas de transferência de renda e geração de trabalho, garantiu a proteção à família, à maternidade, às crianças e adolescentes e aos

idosos, acompanhamento pré-natal para gestantes, creches para crianças e cursos profissionalizantes para adolescentes.

Haja visto, os direitos da seguridade social se constituem no âmbito dos direitos sociais e podem ser identificados no Art. 6º da Constituição Federal de 1988:

Art.º 6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988 apud SIMÕES, 2014, p. 66).

No Art. 6º da Constituição Federal de 1988 “tornou universais os direitos sociais, sob o impulso do princípio da igualdade e da solidariedade e atribui caráter social ao valor da dignidade” (SIMÕES, 2014, p. 83).

“A seguridade social tem por finalidade a garantia de certos patamares mínimos de vida a população em face das reduções provocadas por contingências sociais e econômicas.” Ou seja, é pela seguridade social que a Constituição Federal atribui à saúde, previdência e assistência social interligadas aos direitos sociais à todos que necessitam dos mínimos sociais (necessidades básicas) e, por isso, a seguridade social não está mais reduzida às relações de trabalho, em sua forma clássica (SIMÕES, 2014, p. 101).

Segundo Couto (2010) são dois os documentos centrais que têm grande relevância histórica para a sociedade sobre o processo de direitos sociais, sendo eles a Declaração dos Direitos do Homem de 1789 e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Para Couto (2010, p. 37), “outra questão importante no campo dos direitos e que tem sido campo de lutas nas sociedades modernas refere-se a quem é portador dos mesmos, a quem eles se referem”. Os direitos civis, sociais, e políticos têm-se destinado as mulheres, aos índios, as crianças e também as minorias étnicas e religiosas, são direitos resultantes de muitas lutas da sociedade civil.

Os direitos possuem papéis importantes e constitutivos na sociedade contemporânea, por isso, ao discuti-los, torna-se tenso “[...] o movimento por vê-los reconhecidos em lei e protegidos pelo Estado, e mais do que isso, explicitados na vida dos sujeitos concretos.” Mas, foi a partir do século XVIII que os homens travaram uma batalha sobre o significado de direitos, assim como os identificaram, como os protegeram e como cobrá-los (COUTO, 2010, p. 37).

No marco das conquistas dos direitos civis e políticos e dos direitos sociais é necessário fazer uma análise do que são considerados esses direitos. São considerados direitos civis, naturais e inalienáveis:

[...] o direito à vida, à liberdade de pensamento e fé, o direito de ir e vir, à propriedade privada, à liberdade de imprensa e à igualdade perante a lei, traduzida pelo direito a um processo legal, ao habeas corpus e de petição (COUTO, 2010, p. 47).

Aos direitos civis “foram agregados os direitos políticos, que se traduzem pelo direito de votar e ser votado, direito à associação e à organização, presentes na sociedade a partir do século XIX” (COUTO, 2010, p. 47).

Para Couto (2010, p. 48), “os direitos sociais são fundamentados pela ideia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista”.

Ainda segundo Couto (2010, p. 48), “os direitos sociais possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social.”

De acordo com Couto (2010, p. 48) “a concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado, estando atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para ser garantidos”. Os direitos sociais são materializados por meio de políticas sociais públicas executadas pelo Estado.

Compreender toda a discussão e implementação dos direitos sociais, sejam elas econômicas, culturais, políticas e/ou sociais requer identificar os elementos contributivos para dar materialidade a esses direitos, principalmente quando nos referimos aos direitos da pessoa com deficiência, os quais foram frutos de muitas lutas em uma sociedade que nem sempre é justa e igualitária.

Nesse estudo, podemos observar que a pessoa com deficiência é uma cidadã, por isso, detentora de direitos políticos e sociais. Embora que em sua trajetória a pessoa com deficiência tenha sido excluída parcial ou integralmente na sociedade e muitas vezes em seu próprio ambiente familiar, vimos que a pessoa com deficiência, como cidadã, deve manter o seu exercício de cidadania e privar de seus direitos tais como o da liberdade, igualdade e da solidariedade.

2.2.3 Estado, políticas sociais e políticas públicas brasileiras

Na sociedade brasileira a exclusão e a subalternidade caracterizam-se como indicadores sociais que mascaram ou propagam o movimento em que as classes subalternas sentem a necessidade de recorrer a assistência social (YAZBECK, 2009)

De acordo com Yazbeck (2009), a pobreza e a subalternidade são resultados direto das relações de poder na sociedade ligados a formação social e expressas nas circunstâncias econômicas, políticas, culturais e também nas atitudes mentais dos “pobres” e de seus interlocutores na sociedade.

Para Tavares (2009, p. 253) a desigualdade social não pode ser desassociada da pobreza e a falta de emprego, isso porque as condições desfavoráveis e os baixos salários ofertados pelo empregador e a dificuldade de se ingressar no mercado de trabalho tem aparecido eventualmente na vida da população. “Nesse contexto, resta àqueles que não conseguem, nem de forma precária, ingressar no mercado de trabalho, recorrer às políticas sociais”.

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 53), o processo de trabalho ou o trabalho em si é considerado um elemento que transfere e cria valor, valor de uso e valor de troca, “[...] então, tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social”.

Para Behring e Boschetti (2011, p. 56), os séculos XIX e XX foram marcados pela doutrina liberalista “[...] e de seu principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado”. O liberalismo:

[...] formula a justificativa econômica para a necessária e incessante busca do interesse individual, introduz a tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado Liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e limitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É a “mão invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 56)

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 60), os princípios morais do trabalho evidenciam-se em “[...] uma sociedade fundada no mérito de cada um em potencializar suas capacidades supostamente naturais”, há de se pensar que o homem só possui o direito de subsistência quando o seu trabalho provê.

Podemos considerar que “as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado Liberal e Estado Social”, ambos com um ponto de vista em comum, o reconhecimento de direitos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 63).

A passagem de um Estado para o outro se deu através de mobilizações e organizações da classe trabalhadora no início do século XX, que tinham como pauta a luta pela emancipação humana, a socialização da riqueza e na instituição de uma sociedade anticapitalista. Em meio as lutas sociais, “a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 63-64).

A propagação dos direitos políticos, de acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 64) é:

[...] resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX.

Entre alguns países, o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado, isso porque dependia das formas de movimentos e organizações, também dependia das pressões da classe trabalhadora, “do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

O Estado de Bem-Estar social, o Welfare State, teve sua origem em meados do século XIX por contribuição das Revoluções Industrial e Francesa e conseqüentemente da Questão Social. De acordo com Pereira (2011, p. 38):

Foi a perspectiva de universalização da cidadania e a agregação de direitos políticos e sociais aos direitos civis já existentes, que sustentou a suposição de que tanto o Estado de Bem-Estar quanto a política social se originaram no século XIX.

Pereira (2011, p. 38) acredita que onde existe o Welfare State e a política social são garantidos ao cidadão pelo menos três coisas:

[...] um mínimo de renda, independente de sua inserção no mercado de trabalho; segurança social contra contingências sociais, como doenças, velhice, abandono, desemprego; e oferta, sem distinção de classe e status, de serviços sociais básicos.

Embora o Estado de Bem-Estar social tenha se originado no século XIX, somente no século XX que o Welfare State se firmou como uma instituição responsável pelos

atendimentos às necessidades sociais deterioradas pelo desenvolvimento capitalista. O Welfare State foi impulsionado pela Revolução Industrial e pelas mobilizações sociais (PEREIRA, 2011).

Haja visto esses acontecimentos, observa-se a sucessiva lutas dos trabalhadores pela melhoria de suas condições de trabalho e de existência, na qual resultou “na expansão da cidadania das esferas civil e política para a social, requerendo políticas sociais como direitos devidos” (PEREIRA, 2011, p. 60).

A primeira modalidade de política social naquele cenário foi a legislação do seguro social, que foi comparada com a antiga Lei dos Pobres¹⁰, porém a ideia do seguro social perpassa “[...] uma mudança na concepção liberal-conservadora a respeito dos determinantes da pobreza e da importância estratégica de seu controle por parte do Estado” (PEREIRA, 2011, p. 60).

De acordo com Pereira (2011, p. 60), a legislação do seguro social indicava:

[...] implicitamente, o reconhecimento das autoridades públicas de que a pobreza no capitalismo era produto do próprio desenvolvimento predatório desse sistema que, para ser preservado, exigia que o Estado protegesse o trabalhador contra a perda de renda advinda de doenças, acidentes, envelhecimento, mortes prematuras, dentre outras contingências sociais. Era preciso [...] proteger o capitalismo do próprio capitalismo, fazendo uso da intervenção estatal.

Behring e Boschetti (2011, p. 94) nos chamam atenção para três princípios que estruturam o Welfare State que foram apontados pelo Plano Beveridge¹¹, que são:

1) Responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado o nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 98), “[...] as políticas sociais vivenciaram forte expansão após a Segunda Guerra Mundial, tendo como fator decisivo a intervenção do Estado na regulação das relações sociais e econômicas”.

¹⁰ A Lei dos Pobres [...] revogou os direitos assegurados pela Lei Speenhamland, reestabeleceu assistência interna nos albergues para os pobres “inválidos”, reinstituuiu a obrigatoriedade de trabalhos forçados para os pobres e miseráveis sujeitos à “exploração sem lei” do capitalismo [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 50).

¹¹ [...] o que marca a emergência do Welfare State é justamente a superação da óptica secundária e a incorporação de um conceito ampliado de seguridade social com o Plano Beveridge na Inglaterra, que provocou mudanças significativas no âmbito dos seguros sociais até então predominantes (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 93).

A política social no Brasil funciona imprecisamente na perspectiva de acomodação das relações entre o Estado e a sociedade, todavia, devido à crescente demanda, principalmente das populações carentes, a intervenção estatal vem se revelando incapaz de modificar o perfil das desigualdades sociais que se manifestam sobre a sociedade brasileira (YAZBECK, 2009).

Segundo Yazbeck (2009), as políticas sociais no Brasil nascem e se desenvolvem na perspectiva de enfrentamento da Questão Social. “[...] são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos”, ou seja, servem para a acomodação dos interesses de classes e compatíveis com o Estado.

A Questão Social no Brasil apresenta-se como um eixo central capaz de:

[...] articular a gênese das expressões inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, o que envolve as mudanças no mundo do trabalho; suas manifestações e expressões concretas na realidade social; as estratégias de seu enfrentamento articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado nesse processo, em que se destaca a política social e os direitos sociais [...] (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 275).

Para Yazbeck (2009, p. 47) no que diz respeito às políticas sociais:

Essa modalidade de tratamento que o Estado vem dispensando aos segmentos mais pauperizados da força de trabalho deve ser apreendida no contexto contraditório das mutações econômicas, sociais e políticas que vem caracterizando o desenvolvimento capitalista no Brasil, sobretudo nas três últimas décadas.

Alguns estudos acerca da política social, referem que políticas sociais são “estruturalmente condicionadas pelas características políticas e econômicas do Estado”. Contudo, o papel do Estado só pode ser objeto de análise quando se refere a uma sociedade e a dinâmica das relações sociais nela exposta (YAZBECK, 2009, p. 48).

O Estado “[...] apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, intervindo tanto na viabilização do processo acumulativo como reposição das classes subalternas” (YAZBECK, 2009, p. 49).

No campo da política social, as intervenções do Estado “inscrevem-se, pois, no bojo de relações sociais mais amplas que configuram a ordem capitalista no país em sua expansão monopolista”, ao que tudo indica o Estado sempre esteve presente na articulação do capitalismo no Brasil (YAZBECK, 2009, p. 50).

De acordo com Yazbeck (2009), o aparecimento nítido da miséria mostra que a evolução do capitalismo no Brasil fortaleceu ainda mais as desigualdades sociais, para isso, o Estado, para obter legitimidade necessitou desenvolver ações, mesmo que fosse ações ao nível da aparência, que voltassem para o enfrentamento dessas desigualdades. Nesse sentido, foram criadas políticas governamentais no campo social, afim de, reiterar o perfil da desigualdade no país e manter essa ação submersa e paliativa.

No Brasil, as políticas sociais, principalmente pós 1964, vem se caracterizando pela subordinação a interesses econômicos e políticos. Segundo Yazbeck (2009, p. 51), “do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente na assistência social, vêm se representando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas [...]”.

De acordo com Yazbeck (2009, p. 52), o Estado é um importante alvo das lutas por reconhecimento social dos excluídos e subalternos, por isso, torna-se um terreno bastante fértil para a criação de práticas de reconhecimento social, por essa razão:

[...] as políticas sociais assumem o papel de atenuar, através de programas sociais, os desequilíbrios no usufruto da riqueza social entre as diferentes classes sociais, bem como os possíveis conflitos sociais decorrentes das precárias condições de vida a que se encontram submetidas as classes subalternas.

Tavares (2009, p. 253) refere que os programas desenvolvidos pelas políticas sociais, podem até reduzir a pobreza, mas não eliminam a desigualdade. “Ao contrário, a aceitação dessas medidas é uma forma de consentimento que consolida a desigualdade, como se esta fosse, de fato, natural” e não proveniente do sistema vigente.

Para Yazbeck (2009, p. 52) é a partir das demandas históricas e da crescente pauperização que “[...] o Estado passa a produzir direta ou indiretamente serviços fundamentais necessários à sua manutenção e ao atendimento de alguns de seus direitos sociais”.

Haja visto, as políticas sociais, sob o interesse do Estado, “assumem características funcionais ao controle social e à própria reprodução das condições de dominação, também apresentam um caráter contraditório que precisa ser considerado [...]” (YAZBECK, 2009, p. 52).

O Estado procura fazer ao mesmo tempo ações que sejam relevantes aos subalternos e relevantes aos seus próprios interesses, à custa de:

[...] ao fornecer um fluxo de bens e serviços necessários à sobrevivência dos subalternos, busca reforçar sua capacidade de impor à sociedade como um todo os interesses políticos e sociais das classes hegemônicas (YAZBECK, 2009, p. 53).

É no processo de confrontos entre classes que o poder estatal busca regulamentar as relações sociais, a institucionalização e a administração de suas diferenças, segundo Yazbeck (2009, p. 53), “[...] a lógica de institucionalizar as lutas sociais prevalece, permeando os mecanismos de intervenção no social”.

O Estado brasileiro nos últimos anos, reconhecido particularmente como Nova República, buscou efetivação dentro dos padrões do modelo capitalista no país incorporando demandas sociais relacionadas à esfera da reprodução da força de trabalho. Para Yazbeck (2009, p. 54) a situação do Estado como regulador das lutas sociais faz com que ele seja:

[...] agente regulador da dinâmica geral da vida social, oferecendo respostas localizadas e preestabelecendo “as arenas” para os confrontos, permite compreender por que as políticas públicas no campo social atomizam e retraduzem as demandas, delimitando instâncias e campos de ação através de intervenções parciais diante da questão social.

Segundo Yazbeck (2009), o Estado tinha o domínio sobre a força de trabalho seguido pela mediação dos serviços sociais públicos aos exército industrial de reserva e a concomitante mantinha um processo disciplinador baseado na insegurança de emprego e na segmentação dos trabalhadores a partir de seu grau de pobreza.

“Na configuração atual do capitalismo brasileiro, recorrem aos serviços sociais públicos tanto trabalhadores (registrados ou não) como os que se encontram excluídos do sistema de produção” (YAZBECK, 2009, p. 54).

A pobreza, a violência e o desemprego obtém uma expressão dramática, movimentos populares reivindicavam alterações das políticas, “o social torna-se campo de reivindicação coletiva onde os seguimentos espoliados se manifestam e exigem um novo direcionamento das propostas sociais” (SPOSATI et al., 2003, p. 21).

Sposati entre outros (2003) nos diz que a relação entre Estado e sociedade era caracterizada pela força do Estado frente a uma sociedade pobre, miserável,

debilitada, muitas vezes mantida em condição de alienação capaz de aceitar qualquer tipo de assistência para sua sobrevivência.

De acordo com Yazbeck (2009, p. 55), a intervenção do Estado na área das políticas sociais e na extensão da assistência configura-se como uma modalidade de resposta à pauperização e miserabilidade da população, porém:

A precária intervenção pública no campo do social criou condições para uma movimentação pela base da sociedade onde segmentos da força de trabalho lutam pelo acesso à riqueza social e reivindicam serviços sociais cuja carência afeta sua sobrevivência.

Segundo Sposati entre outros (2003, p. 13), “é nesse contexto que se resgata a assistência como política governamental, essa forma com que a sociedade enfrentou a miséria, a pauperização.

“A assistência tem se constituído o instrumento privilegiado do Estado para enfrentar a questão social sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais”. Haja visto, foram instituídas políticas e criado organismos de prestação de serviços destinados aos trabalhadores considerados como pobres, carentes e desamparados (SPOSATI et al., 2003, p. 27).

É importante observar que os trabalhadores considerados pobres, as classes subalternas e submetidas a privação forjada pela sociedade capitalista reagem à situação de pobreza sob as seguintes diferentes formas:

[...] quer desenvolvendo estratégias de sobrevivência extremamente diversificadas, quer vindo a constituir-se em demandatária dos programas das políticas públicas, ou ainda, articulando-se em movimentos que têm o Estado como alvo prioritário de suas lutas sociais. É a carência como uma situação social, e não como uma situação individual de alguns, que define o caminho das ações coletivas de enfrentamento da pobreza por parte dos subalternos (YAZBECK, 2009, p. 56)

Para Yazbeck (2009, p. 56-57), “[...] além de espaço para a gestão estatal da força de trabalho, as políticas sociais são também espaço de expansão de direitos sociais que de outro modo são negados a população”.

Todavia, as políticas sociais apresentam-se como instrumentos de pouca efetividade no enfrentamento da pobreza brasileira, devido aos programas e proposições ineficazes, isso ocorre porque o “[...] efeito reparador das políticas sociais está diretamente ligado às condições que vivem seus usuários [...]”, os quais questionam a precariedade dos serviços e recursos, mas enxergam as políticas sociais como a única alternativa para a sobrevivência (YAZBECK, 2009, p. 59).

De acordo com Simões (2014, p. 364), é reportado o conceito pobreza ao cidadão que tem “acesso precário aos bens que satisfazem apenas as necessidades básicas, embora tão somente elas”. Nesse caso, o cidadão pode até ter algum tipo de renda, mas essa renda só irá lhe permitir a sobrevivência.

Segundo Pereira (2011, p. 69), ter acesso as necessidades básicas significa, portanto, ter a satisfação da saúde física e da autonomia. “Saúde física, portanto, é necessidade básica, porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos inclusive de viver”.

Por autonomia, relacionada as necessidades básicas, entende-se “[...] a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimentos e de pô-los em prática sem opressões”. Isso contradiz a noção de autossuficiência do homem na sociedade (PEREIRA, 2011, p. 70).

Portanto, a saúde física e a autonomia “[...] devem ser o alvo primordial das políticas públicas, tendo em vista a concretização e a garantia do direito fundamental de todos, indistintamente, de terem suas necessidades básicas atendidas e otimizadas”.

Segundo Sposati entre outros (2003, p. 29), a introdução de políticas sociais entrelaçada ao modelo assistencial “[...] consagram formas populistas de relação a benevolência enquanto forma de atendimento as necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas”.

Segundo Simões (2014, p. 300), em meio as demandas sociais, as leis são gerais e abstratas, já as políticas procedem para a realização de objetivos, ou seja, as políticas descrevem os objetivos. “Assim, toda política pública é um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular”.

De acordo com Simões (2014, p. 300), existem dois tipos de políticas públicas:

[...] as que regulam atividades econômicas de interesse público (estatais ou privadas), visando atender a demandas sociais gerais (energia, transporte etc.), e as que implementam os direitos sociais (demandas sociais específicas), entre elas as políticas socioassistenciais.

Simões (2014, p. 301) refere que as políticas públicas caracterizam-se como distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas ou estruturadoras, são:

[...] distributivas, quando são relativamente consensuais, por beneficiarem grande número de destinatários [...]; redistributivas, quando direcionam recurso financeiros, direitos e outros valores entre parcelas da população; regulatórias, quando não são determináveis de antemão [...]; e constitutivas ou estruturadoras, quando regulam as próprias regras do jogo político e,

com isso, a estrutura dos processos, os conflitos políticos e as condições gerais com que devem ser negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias.

O Estado e a política social se assemelham em forma de política pública. “Ambas as designações (política social e política pública) são policies (políticas de ação) [...], só que política social é uma espécie do gênero política pública” (PEREIRA, 2011, p. 173).

Fazem parte da política pública, todas as políticas que exigem a participação do Estado, “[...] sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de procedimentos e metas voltados para a satisfação das necessidades sociais”. O termo público da política pública, não é porque ela é exclusiva do Estado, é para todos, inclusive para as leis que atendem as necessidades sociais e estão acima do Estado (PEREIRA, 2011, p. 173).

De acordo com Pereira (2011, p. 165), não é fácil conceituar e nem chegar a conclusão do que é política social, isso porque existem tantas definições e tantas colocações para compreendê-la e colocá-la em prática. Mas de uma coisa tenhamos a certeza que “[...] mediante a política social, é que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas (leia-se sociais) são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada.

Pereira (2011) analisa que por traz de cada definição de política há ideologias, valores e perspectivas teóricas competitivas, portanto, não há nenhuma política considerada neutra, nem tão pouco a política social.

À análise de Pereira (2011, p. 166), entende-se por política social aquela que:

[...] apreende essa política como produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, das relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania.

A política social apresenta-se como um conceito complexo, pois, ao mesmo tempo em que ela se mostra positiva, por outro lado, tem o seu lado negativo, pois, é beneficiadora aos interesses contrário da camada desfavorecida, portanto, torna-se uma política dialeticamente contraditória. “E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la ao seu favor” (PEREIRA, 2011, p. 166).

Para Pereira (2011, p. 171), as políticas sociais devem ser usadas para promover mudanças, “isso quer dizer que o conceito de política social só tem sentido se quem a utiliza acreditar que deve (política e eticamente) influir numa realidade concreta que precisa ser mudada”.

Portanto, a política social pode e deve ser considerada como uma política de ação, voltada à atender necessidades sociais, onde os seus resultados ultrapassam a iniciativa privada, individual e espontânea, uma política de justiça social, capaz de ser amparada por leis, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2011).

Em relação ao conhecimento produzido, podemos identificar que a política social assume uma posição frente as demandas emergentes de uma sociedade meramente capitalista, na maioria das vezes injusta e controladora, afim de atender as necessidades sociais. As demandas que identificamos nesse estudo são demandas que se originam de pessoas com deficiência, nas quais em sua trajetória padecem diariamente com seus direitos reprimidos e violados.

Somos contaminados por um Estado neoliberal voltado para as relações de mercado que tem como cerne os seus interesses atrelado ao capitalismo e à margem da sociedade ficam os direitos sociais. Assim acontece com os direitos da pessoa com deficiência que perduram à margem da sociedade, pois, o Estado não atende com integridade as reais demandas dessa parte da população e, portanto, repassam o seu papel para a instituições filantrópicas como as APAES e Pestalozzi. No dia a dia o Estado assume algumas estratégias para legitimar-se politicamente, entre elas a instauração de políticas sociais. Por muitas vezes a política social assume um papel controlador e repressor das demandas do Estado, são políticas compensatórias que o Estado cria para muitas vezes cumprir com o seu dever, outras vezes para manter aquela população estagnada.

Atualmente, podemos observar que as políticas para as pessoas com deficiência têm contribuído com a assistência social na perspectiva de atender com mais consideração as demandas da pessoa com deficiência, bem como, têm ajudado os assistentes sociais em seu processo de trabalho, afim de, garantir meios adequados para o atendimento das demandas dessas pessoas que são detentoras de direitos, direitos que são garantidos por lei e que teriam como obrigação, segundo a Constituição Federal, serem integralmente efetivados pelo Estado, mas a realidade é outra.

3 METODOLOGIA

Esse TCC aborda sobre a temática O Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória e tem como objetivo geral descrever o exercício profissional desenvolvido pelo Serviço Social no Centro de Convivência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Vitória.

Para a realização deste TCC o tipo de pesquisa adotado foi a exploratória. A pesquisa exploratória acontece quando um problema é pouco conhecido, logo, seu objetivo “[...] consiste numa caracterização inicial do problema, de sua classificação e de sua reta definição” (RUIZ, 2002, p. 50).

De acordo com Vergara (2013, p. 42), a pesquisa exploratória não deve ser confundida como leitura exploratória, é realizada em área que há pouco conhecimento sistematizado e acumulado. “Por sua natureza, de sondagem, não comporta hipótese que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”.

A pesquisa terá abordagem do tipo qualitativa, onde as amostras são reduzidas e simplificadas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados. O surgimento da pesquisa qualitativa originou-se da antropologia onde foi identificado que ao estudar os indivíduos, grupos, tribos etc., os dados não poderiam ser quantificados e sim interpretados (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A pesquisa qualitativa compreende detalhadamente o significado e as características apresentadas pelo entrevistado, responde questões particulares, compreendendo um universo de significados que correspondem a um espaço mais profundo das relações e dos processos de fenômenos estudados (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 271), nesse tipo de pesquisa:

Na pesquisa qualitativa há um mínimo de estruturação prévia. Não se admitem regras precisas, como problemas, hipóteses e variáveis antecipadas, e as teorias aplicáveis deverão ser empregadas no decorrer da investigação.

“Todavia, um mínimo de estruturação, de embasamento teórico geral e um planejamento cuidadoso o investigador necessita para não se perder no contexto geral, que lhe serve de apoio” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 272).

O presente TCC teve como lócus o Centro de Convivência da APAE de Vitória, dado isso, o Centro de Convivência surge na APAE de Vitória no ano de 2010 com a proposta de promover a autonomia, inclusão social e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla acima de 16 anos juntamente com suas famílias.

Atualmente o Centro de Convivência é um programa inserido no Centro de Assistência Social “Maria Luiza Dadalto” onde suas ações preveem a ampliação da rede de pessoas com quem as famílias e os usuários convivem e compartilham cultura, troca de vivências e experiências, sendo esse, um espaço que propõe atividades socioocupacionais à pessoas com deficiência e suas famílias.

O Centro de Convivência conta com uma equipe especializada e habilitada para prestar atendimentos à pessoas com deficiências e suas famílias, dentre esses profissionais encontram-se assistentes sociais, psicóloga, terapeutas ocupacionais, nutricionista, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, arte terapeuta, artesãos, oficinairos, instrutor de sublimação e congo.

O Serviço Social na APAE de Vitória propõe ações que objetivam a inclusão da pessoa com deficiência em diversos espaços da sociedade, além de garantir o acesso aos direitos aos usuários e suas famílias viabiliza-se acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia dos usuários. O exercício profissional do assistente social nesse programa compreende trabalhos em grupos com os usuários do programa profissionalizante e programa ocupacional, que amparam o Centro do Convivência, buscando as formas de conscientização desses usuários para o melhoramento das suas relações em família, em suas convivências na sociedade no mundo do trabalho.

Foram sujeitos desse estudo duas assistentes sociais que efetivam seu trabalho no Centro de Convivência e se dispuseram de contribuir com essa pesquisa respondendo às perguntas na coleta de dados. As assistentes sociais foram identificadas na análise de dados por entrevistada 01 e entrevistada 02 para que possamos discernir os dados coletados.

De acordo com Barros e Lehfeld (2007, p. 105) “a coleta de dados é a fase da pesquisa em que se indaga a realidade e se obtém dados pela aplicação de técnicas. Em pesquisas de campo, é comum o uso de questionários e entrevistas”.

Os dados coletados foram por meio de entrevistas, essas caracterizadas, como, entrevistas semi-estruturada (Apêndice A). Antes de dar início as entrevistas foi explicado para as participantes os objetivos e a relevância do estudo e a importância de sua participação para o enriquecimento deste, esclarecendo-as que após a transcrição dos dados todo o material será devidamente descartado.

A entrevista é uma técnica que permite um relacionamento estreito entre o entrevistador e o entrevistado. A forma de operacionalização para a realização das entrevistas com as profissionais de Serviço Social foi dada de maneira aberta, onde, as perguntas utilizadas para a entrevista foram previamente formuladas, e ainda, para facilitar a coleta dos dados por meio das entrevistas foram utilizados recursos de mídia para melhor apreensão do que se deseja alcançar (BARROS E LEHFELD, 2007).

A entrevista é considerada um importante instrumento de trabalho entre vários campos das ciências sociais, segundo Marconi e Lakatos (2011), entende-se que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 80).

A vantagem de coletar dados por meio de entrevista é que o pesquisador consegue maior flexibilidade, podendo formular e reformular as questões para melhor entendimento das entrevistadas. No momento da entrevista, o pesquisador tem oportunidade de observar falas, atitudes, reações e condutas do entrevistado (BARROS E LEHFELD, 2007).

Para realizar uma entrevista é necessário assegurar com o entrevistado a confidencialidade da coleta de dados e obter a permissão para que as entrevistas sejam realizadas e para melhor compreensão dos dados coletados, gravadas. Para essa permissão foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), sendo ele devidamente assinado pelas entrevistadas para realização da entrevistas (GIL, 2010).

O tratamento dos dados é parte integrante da metodologia de uma pesquisa. De acordo com Gil (2010, p. 139), após a coleta de dados tem-se a necessidade de realizar o tratamento dos dados, também, identificado como análise dos dados. A análise dos dados “[...] consiste basicamente nos procedimentos adotados com o propósito de chegar à redução eidética, ou seja, à abstração de tudo o que é acidental para permitir a intuição das essências”.

No momento onde os dados de coleta são examinados, há a transformação de elementos importantes para a comprovação ou não das hipóteses. Antes de interpretar os dados é necessário examinar os dados, isto é, deve submetê-los a uma análise crítica, e assim, observar as falhas, distorções e os erros. Após selecionar os dados que deverão ser analisados e interpretados, os passos seguintes são classificação, codificação e tabulação (BARROS E LEHFELD, 2007).

A análise dos dados irá evidenciar as relações entre os dados obtidos e os fenômenos estudados. Barros e Lehfel (2007, p. 111), afirmar que:

O tratamento dos dados pode ser feito por procedimentos quantitativos e/ou de caráter qualitativo. Com a elaboração de quadros e tabelas, efetuamos o tratamento quantitativo. Com relação às questões de maior dificuldade para a categorização dos dados, principalmente as do tipo abertas, pode-se, em primeiro plano, realizar a análise do conteúdo e depois elaborar categorias, facilitando a tabulação das mesmas.

A análise de conteúdo de acordo com Bardin (2011) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, ou seja, é um conjunto de técnicas utilizado após a realização da entrevista. Para Bardin, a análise de conteúdo:

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a uma campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2011, p. 37).

De acordo com Bardin (2011, p. 44), “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

O objetivo da análise de conteúdo se caracteriza por um conjunto de técnicas de análise de comunicações que visa obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo permitiram a dedução de conhecimento relativos a condições de produção e recepção dessas mensagens identificadas (BARDIN, 2011).

“A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades por meio de mensagens” (BARDIN, 2011, p. 50).

De acordo com Bardin, “o objeto da linguística é a língua, quer dizer o aspecto coletivo e virtual da linguagem, enquanto que o da análise de conteúdo é a fala, isto é, o aspecto individual e atual (em ato) da linguagem” (BARDIN, 2011, p. 49).

Segundo Bardin (2011, p. 49), “a análise de conteúdo trabalha a fala, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis”. Ou seja, a análise de conteúdo irá tentar descrever quais os aspectos e dimensões que tornam-se possível a prática profissional do Serviço Social.

No que diz respeito a análise de conteúdo Bardin refere que:

A análise de conteúdo, por seu lado, visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares (BARDIN, 2011, p. 50).

Sendo assim, para tratar os dados levantados nesta pesquisa, foi realizado um aprofundamento teórico no estudo das informações obtidas nas entrevistas com as assistentes sociais acerca do exercício profissional do Serviço Social. Portanto, o objetivo do tratamento de dados é interpretar essas informações coletadas para que elas sejam bem analisadas alcançando assim os resultados almejados.

Como procedimentos éticos e por envolver seres humanos, essa pesquisa deve atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CONEP) nº466, de 12 de dezembro de 2012. Essa resolução considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, também, considera o desenvolvimento e o engajamento ético, que é inerente ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Sendo assim, após ser apresentada ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo e sua posterior aprovação deu-se início ao processo de coleta de dados. Contudo, para tal feito, foi submetida às entrevistadas participantes da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que assim, ambas possam fornecer os dados necessários à

pesquisa certas de que o material será utilizado somente para a pesquisa e depois será descartado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE VITÓRIA

A presente pesquisa “O Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória” foi realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Vitória. A instituição está localizada na região Metropolitana da Grande Vitória, no Bairro Bento Ferreira, situada na rua Aloísio Simões, nº 185, onde nos anos 1960, encontrava-se o Instituto Educacional do Espírito Santo (Inedes), uma instituição voltada para atender crianças excepcionais. Como já mencionado na introdução, a APAE de Vitória surgiu no dia 7 de Maio de 1965 em cima do patrimônio do Inedes, a APAE “é uma instituição do Terceiro Setor, sem fins econômicos, que presta atendimento de qualidade a pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo”. É uma instituição que atua nas áreas de prevenção, diagnóstico, reabilitação, aprendizagem, inclusão no mercado de trabalho e tem sua atuação voltada para a inclusão social (APAE DE VITÓRIA - ES, acesso em 26 Abr. 2016).

A missão da APAE de Vitória tem como foco:

Promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à inclusão social, à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária (APAE VITÓRIA – ES, acesso em 26 Abr. 2016).

Atualmente, para ingressar nas atividades da instituição, a família e/ou responsável deve levar a pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo para passar por uma triagem que irá identificar quais os atendimentos necessários para esse usuário. Para alguns atendimentos, principalmente para novos usuários, a APAE de Vitória tem dado prioridade para os munícipes de Vitória devido à diminuição do repasse de verba ofertada à instituição para que a mesma desenvolva suas atividades. Na atualidade a APAE de Vitória tem convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social, com o Sistema Único de Saúde, entre outros.

A APAE de Vitória conta com serviços e programas dentre esses o Centro de Diagnóstico “Dr. Américo Buaiz” (CEDAB), o Centro Clínico “Anselmo Frizera” (CECAF), o Centro de Atendimento Educacional Especializado “Zezé Gabeira”

(CAEE), o Centro de Assistência Social “Maria Luiza Dadalto” (CENAS), além dos setores administrativos e operacionais.

A APAE é uma instituição que oferece atendimento a pessoas com deficiência referenciada em todo o Brasil, bem como, a APAE de Vitória é referência no Estado do Espírito Santo ao atendimento às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo.

4.2 CENTRO DE CONVIVÊNCIA – LOCUS DA PESQUISA

O lócus dessa pesquisa é o Centro de Convivência que está inserido nos programas ofertados pelo Centro de Assistência Social “Maria Luiza Dadalto”. O Centro de Convivência é um espaço que oferece atendimentos sócio-ocupacionais e profissionalizantes e, também atendimento às famílias dos usuários. O público alvo do Centro de Convivência são pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo acima de 16 (dezesseis) anos. Os atendimentos oferecidos pelo Centro de Convivência têm como objetivo proporcionar aos usuários a manutenção de suas capacidades físicas, sociais e intelectuais, garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida como cidadão.

Os atendimentos desse Centro desdobram-se na tentativa de possibilitar o atendimento da demanda reprimida de usuários, também em sua fase de envelhecimento, propiciar aos usuários um atendimento adequado à suas necessidades específicas, apoiar a integração, o convívio e participação social e possibilitar, também, o suporte às famílias da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo.

O Centro de Convivência conta com uma equipe técnica especializada e presta atendimentos aos usuários com o apoio de 02 (duas) assistentes sociais, 01 (uma) psicóloga, 02 (duas) terapeutas ocupacionais, além de,icineiros e técnicos que formalizam as atividades com os usuários através de oficinas socioocupacionais.

As oficinas oferecidas pelo Centro de Convivência são de Artesanato, Meio Ambiente, sublimação, Congo, Marcenaria, Atividades de Vida Diária (AVD), Cozinha Experimental, Artes e Teatro.

Conforme o Quadro a seguir, o Centro de Convivência é composto por três Programas: Profissionalizante, Ocupacional e Específico¹²:

Quadro 3 - Programas do Centro de Convivência

Programa Profissionalizante	Programa Ocupacional	Programa Específico
Prepara o aprendiz para ingressar no mercado de trabalho, em empresas particulares, oferecendo todo o acompanhamento/adaptação do usuário (aprendiz) no treinamento, como também, na pós-contratação. Além disso, oferece orientação aos familiares dos usuários (aprendizes), com o objetivo da formação do cidadão trabalhador. Prepara também a pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla, para o trabalho cooperativado e/ou autônomo, como também seus familiares.	Tem como público os que não apresentem naquele momento, condições de serem submetidos a um processo de profissionalização, principalmente direcionada para sua máxima autonomia possível, aquisição de habilidades de vida prática, que venha garantir-lhes a inclusão sócio familiar. São desenvolvidas atividades sociais e grupais, com público na faixa de 16 a 65 anos atualmente, porém não há terminalidade para este programa [...].	Consiste em oficinas e atendimento personalizado diante do quadro clínico apresentado pelo usuário com maior comprometimento cognitivo e comportamental. Trabalhamos com intervenções individuais, ou em duplas, contemplando dessensibilização ou sensibilização tátil, sequenciamento de ações, habilidades motoras e comunicativas/expressivas, entre outros possíveis diante do quadro. Objetiva-se neste programa desenvolver habilidades sociais básicas que possibilitem a inclusão e permanência em grupos.

Fonte: Adaptado de APAE VITÓRIA - ES

O suporte às famílias é dado através de informações quanto aos direitos e necessidades dos usuários, orientações quanto a rotina institucional, orientações quanto ao cuidado com o usuário, quanto a criação de mecanismos de participação dessas famílias nas instâncias da APAE de Vitória entre outros atendimentos que possibilitem a autonomia do usuário e de suas famílias.

Diante dessa breve caracterização da APAE de Vitória e da caracterização do lócus deste estudo, aproveitamos para analisar os dados coletados durante as entrevistas com as profissionais de Serviço Social do Centro de Convivência, afim de que, possamos descrever o exercício profissional desenvolvido pelo Serviço Social no

¹² Informações retiradas do site da APAE VITÓRIA - ES, acesso 26 Abr. 2016.

Centro de Convivência da APAE de Vitória, identificando a instrumentalidade profissional, os desafios e as potencialidades do exercício profissional e as demandas realizadas e reprimidas através das assistentes sociais entrevistadas e a luz dos pensadores do Serviço Social.

4.2.1 O exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência

Quando nos referimos ao exercício profissional do Serviço Social, não podemos nos abster do que levou o surgimento da profissão e quais foram as bases para a sua legitimidade. O surgimento da profissão do Serviço Social evidentemente se deu através das demandas oriundas da reestruturação produtiva do capital e consequentemente das expressões da Questão Social.

Muito se pensa que o Serviço Social surgiu particularmente das ações da igreja, de ações filantrópicas, da caridade, também voltadas ações de moças da alta sociedade, porém, a profissão só é institucionalizada a partir das relações sociais geradas na contradição entre capital e trabalho.

A reestruturação produtiva¹³, também conhecida por reestruturação do capital é dada como “um processo de restauração econômica do capital e ambiente de intervenção política das classes e do Estado nas condições de reprodução social”, onde o Serviço Social insere-se no mundo do trabalho na tentativa de provocar impactos sociais que venham interferir no processo de reprodução material e da força de trabalho (AMARAL, MOTA, 2016, p. 1).

O trabalho do assistente social na esfera produtiva está relacionado as questões ligadas ao exercício profissional, as mudanças no âmbito e nas condições de trabalho, bem como, está relacionado ao surgimentos de problemas originados por essas mudanças. A efetivação do seu trabalho se dá a partir da elaboração de propostas teóricas, políticas, éticas e técnicas que irão se apresentar como respostas as questões postas a profissão (AMARAL, MOTA, 2016).

¹³ Materialização do Projeto Neoliberal, oriunda do capitalismo como resposta à sua própria crise. Ofensiva do capital e do Estado contra ao trabalho e os direitos sócio-políticos conquistados (DURIGUETTO, 2007).

[...] reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc. (AMARAL, MOTA, 2016, p. 11).

As demandas que chegam para o profissional de Serviço Social requerem que o profissional, técnico-operativo, absorva-as e incorpore-as, afim de que, possam ser atendidas. “Em outros termos, elas comportam uma “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades” (AMARAL, MOTA, 2016, p. 3).

O Serviço Social está encarregado de “[...] identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização [...]”, ou seja, para a efetivação do seu exercício profissional o assistente social deverá entender o caminho entre as demandas e necessidades dos sujeitos incorporando-as na sociedade contemporânea capitalista e em seus desdobramentos (AMARAL, MOTA, 2016).

De acordo com Amaral e Mota (2016, p.12), no Brasil, a reestruturação produtiva evidenciou-se na “[...] (des)responsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho[...]”, assim como a:

[...] subtração de direitos sociais e trabalhistas, como uma questão afeta à esfera econômica, a defesa da informalidade do trabalho como alternativa ao desemprego, a banalização da cidadania como consumo de serviços, a simplificação do ideário de emancipação como autonomia, dentre outros (AMARAL, MOTA, 2016, p. 12).

Para Amaral e Mota (2016, p. 15), “[...] a reestruturação produtiva é uma questão que afeta exclusivamente as práticas empresariais e, conseqüentemente, àqueles profissionais que trabalham nas empresas”, por consequência, a intervenção profissional do Serviço Social é dada para além do espaço de trabalho, mas também aos trabalhadores.

Na tentativa de reestruturar o capital na esfera produtiva, além de redefinir socialmente o modo com que se produz mercadorias, houve concomitantemente uma emergência “[...] de situações que dizem respeito às manifestações contemporâneas da “questão social” no Brasil, como é o caso do desemprego, das restrições aos serviços sociais públicos, da educação e até das relações privadas” (AMARAL, MOTA, 2016, p. 16).

São ações nas esferas da racionalização da produção, da intervenção estatal e do controle e recomposição política que uniformizam o conjunto das práticas sociais, onde o trabalho do Serviço Social será efetivado (AMARAL, MOTA, 2016).

O profissional de Serviço Social trabalha o tempo todo voltado para as políticas sociais e políticas públicas, seja uma atuação voltada para a implementação ou para a execução dessas, ou ainda é considerado um executor direito das políticas sociais, pois trabalha com a população usuária (IAMAMOTO, 2011).

Desde os anos 1980, o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade condicionada pelas relações entre Estado e sociedade, ou seja, pelas relações entre as classes. O desenvolvimento da profissão na sociedade se deu através das mudanças no mundo do trabalho e na esfera estatal que conseqüentemente influenciaram nas relações sociais (IAMAMOTO, 2011).

Como observado, as expressões da Questão Social, além da reestruturação produtiva do capital, também são as bases para a efetivação da profissão do Serviço Social. A Questão Social deve ser:

[...] apreendida como um conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 27).

O profissional de Serviço Social trabalha com a Questão Social nas suas mais diversas expressões quotidianas, lida com os indivíduos que as vivenciam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública entre outros (IAMAMOTO, 2011).

De acordo com Iamamoto (2011, p. 28), a Questão Social que é vista como desigualdade e “[...] também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem”, entre a desigualdade, rebeldia e resistência é que trabalham os profissionais de Serviço Social.

Apreender a Questão Social “[...] é também captar as múltiplas formas de pressão social, de intervenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano [...]”, sendo as expressões da Questão Social objeto de trabalho do assistente social, cabe a esse profissional se apropriar de meios para a efetivação de seu trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 28).

Ao analisarmos os dados referentes ao exercício profissional do Serviço Social, no Centro de Convivência, podemos notar que as profissionais de Serviço Social ali inseridas atuam e pensam através das bases teóricas, assumidas pelo Serviço

Social em seu processo de formação, fazendo uma leitura da parte de uma sociedade que ali se insere, em um processo de construção de respostas à Questão Social (IAMAMOTO, 2011).

O exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência se dá através da aproximação do profissional com os usuários da assistência social:

O Serviço Social é a porta de entrada para os atendimentos do Centro de Convivência. É o assistente social que faz o contato com as famílias para avaliações junto da equipe técnica, realizando também a matrícula do usuário no Centro [...] (ASSISTENTE SOCIAL ENTREVISTADA 01, 2016).

Nessa aproximação entre o Serviço Social e a família inserida no Centro de Convivência, o profissional de Serviço Social junto com uma equipe técnica multidisciplinar composta por duas assistentes sociais, psicóloga e terapeutas ocupacionais, são capazes de identificar quais as demandas e as necessidades sociais particulares do usuário e de sua família recém inseridos:

[...] realizamos a reavaliação junto com a equipe técnica, discutimos casos para ver em qual programa melhor se adequa o usuário e, além disso, nós somos porta de entrada porque toda a demanda vem para o Serviço Social do Centro de Convivência para orientação [...] (ASSISTENTE SOCIAL ENTREVISTADA 02, 2016).

São várias as expressões da Questão Social existentes nas vidas dos usuários da assistência social no Centro de Convivência da APAE de Vitória, entre essas expressões “desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão social” (IAMAMOTO, 2011, p. 59).

Através da análise de dados podemos observar que quando as profissionais de Serviço Social voltam suas ações para identificar quais as necessidades sociais dos usuários e assim atenderem as demandas existentes, suas ações são consideradas formas de luta e de resistência profissional diante das expressões da Questão Social:

Trabalhamos com pessoas que diariamente tem seus direitos violados. Nosso trabalho aqui tem como objetivo buscar a garantia desses direitos, a autonomia desses usuários, ampliar a visão das famílias com relação ao próprio usuário e seus direitos como cidadão, como membro participante da sociedade (ASSISTENTE SOCIAL ENTREVISTADA 01, 2016).

O assistente social tem como aparato para o seu exercício profissional o projeto ético-político que propõe em si uma transformação societária, uma transformação que se dá pela própria dimensão política que a profissão carrega em si (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

As mais intransigentes expressões da Questão Social constatadas no Centro de Convivência da APAE de Vitória são a desigualdade social e a forma de discriminação ou exclusão. Ao interpretar essas demandas as profissionais dirigem suas ações aos interesses sociais dos usuários atendido:

Bom, primeiro é respeitando nosso Código de Ética né e nós aqui no Serviço Social seguimos à risca e respeitamos o nosso Código de Ética. Nós, temos salas individualizadas para atendermos, nós em questão de o respeito a diversidade, o respeito a opção de cada um sexual, é nós trabalhamos muito isso com as famílias, uma vez que eles sofrem muito preconceito lá fora com relação a ter um filho com deficiência, então procuramos trabalhar isso como um todo a questão da diversidade e então trabalhar o respeito com o próximo (ASSISTENTE SOCIAL ENTREVISTADA 02, 2016).

Além do Código de Ética profissional, outras legislações e decretos devem ser consideradas para a atuação do exercício profissional do Serviço Social conforme vimos no referencial teórico, tais como, a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social e outras normativas que dizem respeito as pessoas com deficiência. Não podemos esquecer que para a efetivação do exercício profissional é necessário a confluência da teoria e prática profissional.

4.2.2 A instrumentalidade do Serviço Social no Centro de Convivência

Para falar sobre a instrumentalidade do Serviço Social, não podemos esquecer de que o Serviço Social é um trabalho, portanto, é detentor de um processo de trabalho. Diariamente ouvimos dizer que a instrumentalidade do Serviço Social se dá através das técnicas utilizadas pelos profissionais no seu dia a dia, tais como, entrevistas, reuniões, encaminhamentos, visitas domiciliares entre outros. Entretanto, é necessário que tenhamos o entendimento de que a instrumentalidade do Serviço Social não é apenas a utilização de técnicas, caso isso seja considerado, o trabalho do assistente social seria empobrecido e sem valor.

A instrumentalidade do Serviço Social refere-se “a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico”. Em seu exercício profissional, a instrumentalidade do Serviço Social implica na apreensão do modo de ser da profissão, esse, adquirido dentro das relações sociais durante a formação profissional, que conseqüentemente possibilita

os atendimentos das demandas e o alcance de objetivos profissionais e sociais do exercício profissional (GUERRA, 2000, p. 53).

Quando abordado junto as assistentes sociais sobre a forma que se dá a instrumentalidade do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória, através da análise de dados, podemos observar que as profissionais destacam as técnicas utilizadas em seu processo de trabalho, mas não de que forma objetivam suas ações como profissionais e com os usuários de seu serviço.

Através da análise dos dados coletados durante a entrevista, podemos observar que as ações das assistentes sociais no Centro de Convivência diariamente são voltadas para a realização de grupos com os usuários do serviço da assistência social:

[...] trabalhando temas diversos, quase sempre atendendo a uma observação dos usuários. Também realizamos grupos com os familiares, que chamamos de Roda de Conversa, que é um espaço de troca de saberes, onde são realizadas dinâmicas e trabalhamos as demandas apresentadas pelo grupo. Realizamos ainda entrevistas com as famílias, atualizando os dados do usuário, visitas domiciliares, acompanhando o cotidiano das famílias e visitas institucionais, buscando parcerias para a inclusão no mercado de trabalho dos usuários e também para a sustentabilidade do Centro. Quando solicitado, emitimos relatório social e pareceres (ENTREVISTADA 01, 2016).

Os dados coletados nos mostram que é por meio da realização de grupos não somente com as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo, mas também com suas famílias que há uma aproximação do profissional com a realidade daqueles usuários, onde as profissionais de Serviço Social, após o conhecimento das demandas, tomam a iniciativa de elaborar e iniciar programas, projetos, rodas de conversas entre outros meios de trabalho, para o atendimento das demandas existentes e o alcance de seus objetivos.

“É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível cotidiano”, ou seja, o profissional em sua trajetória foi adquirindo propriedade, habilidade e capacidade para concretizar seus objetivos (GUERRA, 2000, p. 53).

Através dos dados coletados percebemos que há uma aproximação do Serviço Social com outras redes de serviços para o melhor atendimento das demandas existentes e aproximação com a realidade dos usuários. No Centro de Convivência,

podemos observar que as profissionais de Serviço Social mantêm em suas ações cotidianamente:

[...] contatos com os órgãos CRAS, CREAS. Nós fazemos discussão de caso também com o CAPS, US, fazemos discussão de casos para o melhor atendimento aos usuários, fazemos também palestras falando do nosso trabalho em escolas, quando somos solicitados e fazemos relatórios e pareceres quando também somos solicitados aqui no setor (ENTREVISTADA 02, 2016).

Em seu processo de trabalho, a instrumentalidade do Serviço Social se dá a partir da modificação do cotidiano, dos meios e dos instrumentos, onde assim, possam servir de alcance para os objetivos profissionais. Os assistentes sociais os utilizam, criam, adequam a realidade, “transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações passam a ser portadoras de instrumentalidades” GUERRA, 2000, p. 53).

Não são as técnicas que efetivam o exercício profissional do Serviço Social, mas os meios e instrumentos de trabalho. Os meios e instrumentos de trabalho servem para a efetivação do trabalho ou atividade profissional e são através deles que os profissionais conseguem criar estratégias e ampliar possibilidades para que seu trabalho seja efetivado na instituição (IAMAMOTO, 2011).

De acordo com Guerra (2000, p. 54), “pelo processo de trabalho, os homens transformam a realidade, transformam-se a si mesmo e a outros homens. Assim reproduzem material e socialmente a própria sociedade”, assim acontece com o profissional de Serviço Social quando trabalha para alcance de condições materiais e sociais.

A capacidade que o homem tem de “[...] manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em instrumentos/meios para o alcance de suas finalidades” é a mesma capacidade que o profissional de Serviço Social detém, a capacidade teleológica, na qual habita o caráter emancipatório da instrumentalidade do assistente social (GUERRA, 2000, p. 54).

Como podemos observar no referencial teórico, o processo de trabalho em que o Serviço Social se insere está relacionado ao processo de racionalização do Estado, a profissão surge para facilitar a atuação dos monopólios e para criar bases de legitimação na efetivação de serviços sociais e assistenciais. O Serviço Social é

constituído como estratégia do Estado para o enfrentamento da Questão Social, mas não deixa de ser uma profissão institucionalizada e assalariada (GUERRA, 2011).

Enquanto categoria trabalho, o Serviço Social está inserido no mercado de trabalho pela compra e venda da sua força de trabalho nas organizações públicas e privadas. Entretanto, o trabalho do assistente social não está diretamente ligado ao capital, pois sua atuação é mediatizada pelo Estado, fetichizando a posição em que o assistente social ocupa nas organizações, pois, a posição em que o assistente social ocupa aparece como uma demanda do Estado e não do capital (GUERRA, 2011).

O Estado de que se trata é um Estado adotado pelo neoliberalismo, no processo de reestruturação produtiva que “[...] materializava-se na implementação de políticas voltadas para retração (ideológica) da sua intervenção na regulamentação da economia e dos gastos públicos com políticas sociais”. Um Estado que valorizava o capital e diminuía os mínimos sociais, um Estado cujo o objetivo é diminuir os gastos na área de política e proteção social (DURIGUETTO, 2007, p. 82).

De acordo com Amaral e Mota (2016, p. 13), o processo de reestruturação produtiva subsidiou no “[...] redirecionamento da intervenção do Estado, em especial, nos mecanismos de regulação da produção material e da gestão Estatal e privada da força de trabalho”.

A partir da reestruturação produtiva tiveram algumas mudanças no mundo do trabalho devido à valorização do capital e do aumento da tecnologia, aconteceu em alguns casos a troca do trabalho vivo para o trabalho morto e a compra e venda da força de trabalho ficou atrelada e enraizada a essa situação. Segundo Amaral e Mota (2016, p. 13):

Nessa conjuntura, as mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado materializam-se num conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são: os mecanismos de privatização, as pressões do empresariado e da burocracia estatal para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a “naturalização” da superexploração do trabalho.

No âmbito do trabalho do Serviço Social, sabemos que o assistente social é um trabalhador assalariado tensionado pela compra e venda da força de trabalho, que muitas vezes se submete a ser um trabalhador polivalente exercendo várias funções ao mesmo tempo que necessariamente não são suas atribuições, mas na maioria das vezes fica estagnado nesse trabalho, pois, na atualidade o que mais podemos

ver são pessoas com trabalhos precários, temporários e subcontratados (IAMAMOTO, 2011).

Nesse sentido, podemos perceber que a precariedade do trabalho tem tensionado a vida dos assistentes sociais que muitas vezes se mantêm no seu trabalho para não ficar desempregado, e assim, são submetidos a tarefas que não são atribuições privativas da profissão agindo em discordância com o projeto ético-político da profissão.

Por mais que o profissional de Serviço Social disponha de relativa autonomia, também considerada um meio de trabalho, o profissional depende diariamente na organização da sua atividade do consentimento do Estado, da empresa e de entidades filantrópicas em que se inserem. Essas instituições por serem provenientes de meios e recursos interferem na definição dos papéis e funções do assistente social em seu cotidiano (IAMAMOTO, 2011).

Nesse sentido, o exercício profissional das assistentes sociais no Centro de Convivência da APAE de Vitória é tensionado pela compra e venda de trabalho em três sentidos: o primeiro sentido é que as profissionais são obrigadas, caso queiram se manter empregadas, a aceitar as condições de trabalho oferecida pela a instituição. O segundo é que a APAE de Vitória é uma instituição filantrópica que presta serviços aos usuários da assistência social por meios de repasse de verba do Estado e por alguns projetos atados com algumas empresas, por consequência, a cada dia mais o Estado vem diminuindo os gastos com as políticas sociais e proteção social e desde então o trabalho na instituição não é ofertado de maneira satisfatória pelo seu quadro de funcionários, principalmente pelas assistentes sociais. O terceiro sentido é que devido à redução dos gastos com as políticas e proteção social, reafirmamos que a autonomia do Serviço Social é uma autonomia relativa, pois, por mais que o profissional se empenhe em meios para garantir as necessidades dos usuários de seus serviços na instituição, não há repasse financeiro suficiente para dar continuidade aos seus programas e projetos.

Ao analisarmos os dados, percebemos que as ações do Serviço Social no Centro de Convivência não diferem das observações feitas por lamamoto (2011). Observamos que a autonomia relativa do Serviço Social no Centro de Convivência se dá a partir de:

[...] temos autonomia, assim como você falou ela é relativa. Tentamos buscar a melhor qualidade no atendimento e é essa meta do setor, a qualidade no atendimento na prestação de serviço e com isso a gente tem uma autonomia, agora eu tenho que respeitar quando eu levo uma proposta para o presidente ou para a coordenadora geral, eu tenho que argumentar e se for do melhor para a instituição eles vão atender e se não for eu tenho que recuar e buscar outras estratégias para o melhor atendimento, prestação de serviços aos nossos usuários (ENTREVISTADA 02, 2016).

Vale ressaltar que, apesar de ter adquirido bastante conhecimentos e habilidades durante o seu processo sócio-histórico, o Serviço Social, apesar de ser uma profissão considerada liberal, “[...] não detém de todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo”. Ou seja, no âmbito em que se insere, depende diariamente de recursos provenientes de programas e projetos, onde há a efetivação de seu trabalho. Ora, o assistente social como um trabalhador assalariado acaba sendo muitas vezes moldado pelo seu empregador (IAMAMOTO, 2011, p. 63).

Apesar da instituição definir os papéis e as funções do profissional de Serviço Social, ela não é considerada um obstáculo para o exercício profissional, pois, o assistente social detém de uma força de trabalho especializada que condiz na sua atuação profissional e em suas intervenções (IAMAMOTO, 2011).

O assistente social torna-se um trabalhador que porta uma bagagem teórica e técnica que influencia diariamente em seu exercício profissional. O seu exercício profissional é:

[...] voltado à criação de condições para que “o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos” o que passa pela afirmação de valores da democracia, dos direitos humanos e de cidadania para todos (IAMAMOTO, 2011, p. 65).

A presença do pensamento marxista na profissão, aborda o trabalho sob dois ângulos indissociáveis do ponto de vista do trabalho concreto e do trabalho socialmente necessário. Ambos são elementos de um processo de trabalho, onde o valor do material produzido não tem apenas valor de uso, mas também valor de troca. O exercício profissional do Serviço Social “vive-se a sociedade da mercantilização universal, em que toda a atividade tende a ingressar no circuito do valor, passível de ser comprado e vendido”, assim acontece com a força de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2011).

Segundo lamamoto (2011), a reprodução da força de trabalho do Serviço Social se dá através de treinamentos, da realização de programas de aposentadoria, da

viabilização de benefícios assistenciais e previdenciários entre outras ações. Para Iamamoto (2011, p. 67), o Serviço Social:

[...] é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população.

“Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenha uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços” (IAMAMOTO, 2011, p. 68).

Através da análise dos dados, podemos observar que no Centro de Convivência da APAE de Vitória a instrumentalidade do Serviço Social se dá quando as ações das profissionais estão voltadas para os grupos com os usuários, pelas rodas de conversas com as famílias, pelas reuniões com a rede de serviço, pelos encaminhamentos realizados, pela elaboração de projetos, programas entre outras ações, porque essas ações dão ao profissional a possibilidade de aproximação com o usuário para que possam ser identificadas as necessidades do usuário e de sua família e como consequência o mais adequado atendimento e/ou encaminhamento. Dentre essas ações podemos observar a capacidade do profissional de Serviço Social tem de se adequar as demandas existentes e as formas em que o profissional encontra para intervi-las e modifica-las afim de alcançar maior objetividade profissional.

4.2.3 Desafios e potencialidades do Serviço Social no Centro de Convivência

Diante do processo de trabalho das assistentes sociais e de suas ações voltadas para o atendimento das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo e de suas famílias inseridas no Centro de Convivência da APAE de Vitória podemos observar a existência de desafios e potencialidades colocados cotidianamente no exercício profissional do Serviço Social.

Vale lembrar que são inúmeros os desafios enfrentados pelo Serviço Social na contemporaneidade. Diversas pessoas argumentam que a profissão é uma questão de gênero, pois, ainda na atualidade temos a prevalência da figura feminina na

atuação profissional, outro desafio é romper com o senso comum de que a profissão surge de uma tecnificação da filantropia (IAMAMOTO, 2011).

Pois bem, reconhecer o Serviço Social como um trabalho dotado de instrumentalidade para atender as mais variáveis demandas existentes e dispor de habilidades e competências para garantir o seu exercício profissional é só o primeiro passo a ser dado para enfrentar os desafios postos a profissão.

De acordo com lamamoto (2011, p. 20) um dos maiores desafios que o profissional de Serviço Social vivencia é o de ser um profissional propositivo e não só executivo. Esse desafio propõe ao assistente social “[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”.

De posse dos dados coletados podemos aferir que no Centro de Convivência da APAE de Vitória o desafio citado por lamamoto não é comum, pois, as assistentes sociais do Centro de Convivência em seu processo de trabalho constroem cotidianamente propostas de trabalho que buscam preservar e garantir o acesso aos direitos das pessoas com deficiência e suas famílias, isso porque, elas são respaldadas e amparadas por um Código de Ética que reforçar o seu compromisso profissional ético-político. Nesse sentido, um dos desafios das profissionais na instituição é seguir à risca os Artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993 que regulamenta a profissão que dizem o seguinte:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social [...] (BRASIL, 1993).

Todavia, podemos identificar que as assistentes sociais consideram como maior desafio do Serviço Social no Centro de Convivência é:

[...] além de estar prestando um serviço de qualidade é também a sustentabilidade por esse serviço de convivência familiar e comunitária que é o Centro de Convivência da APAE (ENTREVISTADA 02, 2016).

A partir do momento em que o assistente social se aproxima da realidade institucional e buscar aproximar-se das demandas existentes, o profissional de Serviço Social é competente o suficiente para propor a instituição projetos e programas que defendem seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais (IAMAMOTO, 2011).

Nesse sentido, podemos observar que no Centro de Convivência da APAE de Vitória as assistentes sociais elaboram projetos para a sustentabilidade do Centro e de algumas atividades, programas, mas sentem dificuldades para dar finalidade a esses projetos, como já abordamos, o repasse de verba para as instituições filantrópicas estão cada vez menores, dificultando a realização e/ou concretização dos projetos. Assim sendo, todas as ações voltadas a elaboração de projetos também tornam-se desafios ao Serviço Social, isso porque não há compromisso do Estado com as suas responsabilidades e por causa da atual situação econômica do País, como refere a profissional:

O tempo todo a gente busca o convênio com a prefeitura que pode ser renovado ou não, mas a gente procura outros financiamentos, de outros projetos, mas a situação atual do Brasil faz com que todos os outros meios fiquem inviabilizados (ENTREVISTADA 02, 2016).

Podemos aferir por meio dos dados coletados que as assistentes sociais do Centro de Convivência da APAE de Vitória vivem numa “busca diária de financiamento de projetos que supram as necessidades dos usuários e mantenham este Centro vivo”

para que assim possam responder as demandas dos usuários e de suas famílias (ENTREVISTADA 01, 2016).

Sabemos que os recursos públicos destinados as instituições filantrópicas, do Terceiro Setor ofertados pelo Estado são insuficientes e limitados, muitas vezes a situação econômica afeta direta ou indiretamente as políticas sociais, por essa razão, os profissionais de Serviço Social buscam constantemente em seu exercício profissional meios para a captação de recursos que deem sustentabilidade aos programas e projetos e até mesmo a instituição empregatória.

No que diz respeito as potencialidades do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória, através da análise de dados percebemos que:

A grande potencialidade do Serviço Social é quando realizamos o projeto, mas assim, nós escrevemos um projeto, nós idealizamos primeiro o projeto, nós corremos atrás de uma empresa financiadora para a captação de recurso [...] (ENTREVISTADA 02, 2016).

O Serviço Social é uma profissão que tem um “projeto profissional inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas [...]”, é uma profissão que atua frente as mais variadas expressões da Questão Social e tomam a si as expressões dela na vida dos indivíduos (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

Os assistentes sociais podem ocupar diversos espaços no Estado, nas empresas privadas, em organizações da sociedade civil e frente aos movimentos sociais. Nesses espaços:

[...] os (as) assistentes sociais atuam na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

De acordo com lamamoto (2009, p. 19), nos espaços ocupados pelos assistentes sociais há a realização de assessorias, consultorias e supervisões técnicas, formulações de programas e projetos, onde há também a gestão e a avaliação desses programas e projetos. Outras características desses profissionais:

[...] atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercerem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica.

Nessa perspectiva, percebemos que no Centro de Convivência da APAE de Vitória, o Serviço Social atua na formulação, planejamento e execução de políticas sociais conforme diz a Lei de Regulamentação da Profissão de N° 8662/1993. Essa atuação do Serviço Social é considerada como uma potencialidade e o exercício profissional se realiza em consonância com o projeto ético-político da profissão.

Também destacamos como potencialidade do Serviço Social:

[...] o trabalho do assistente social na elaboração, gestão, execução e avaliação dos programas e projetos executados no Centro de Convivência. Através desse trabalho buscamos atividades diferenciadas e elaboramos projetos que apontem as potencialidades dos usuários (ENTREVISTADA 01, 2016).

Isto posto, identificamos que as profissionais caracterizam o Serviço Social como uma profissão habilitada e capacitada para formular, planejar, executar e supervisionar:

Aqui no Centro de Convivência o Serviço Social faz um tudo, ele presta conta, ele elabora relatório, ele faz monitoramento, ele faz o acompanhamento e se tiver algum resíduo, ele renegocia esse resíduo de recurso. Eu acho que isso é uma grande potencialidade, até mesmo para os estagiários presenciarem essa questão do Serviço Social e ai dá para aprender como um todo, o que é um projeto. Uma das coisas que eu localizo com relação a isso, dentre outras coisas que a gente tem que correr, que a gente tem que fazer a sustentabilidade, isso fica mesmo por conta do Serviço Social [...] nós capitamos os recursos, nós idealizamos, por mais que nós discutimos com a equipe, nós é que corremos atrás de sustentabilidade, de captações de recursos (ENTREVISTADA 02, 2016).

No momento em que a profissional refere que “o Serviço Social faz um tudo” é um grande equívoco. Nesse sentido, dizer que “o Serviço Social faz um tudo” é ser pejorativa a própria profissão, que tem como base profissional um projeto ético-político que dá materialidade as ações realizadas pela profissão. O projeto ético-político da profissão norteia quais as atribuições que são deveres do Serviço Social e quais são vedadas a profissão, assim sendo, o Serviço Social do Centro de Convivência da APAE não “faz um tudo”, ele apenas segue de maneira estrita o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão de n° 8.662/93, caso contrário, o profissional estaria cometendo uma infração ética.

Podemos observar que no exercício profissional do Serviço Social outra característica que é potencial do setor é a aproximação que ele tem com os usuários e suas famílias e o que ela provoca:

O assistente social é o profissional que consegue estar mais próximo do usuário e da sua família. É ele que conhece cada família e suas histórias. É a ele que as famílias recorrem quando aparecem suas demandas. Assim, é

o assistente social que apresenta a estas famílias seus direitos, que encaminha, acompanha e busca fortalecer os vínculos destas famílias (ENTREVISTADA 01, 2016).

O potencial do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória se dá a partir da elaboração, gestão e execução de projetos e programas que visam os atendimentos das demandas dos usuários e também, da aproximação que as assistentes sociais têm com os usuários e suas famílias, essas ações são nada mais do que o cumprimento de uma legislação que regulamenta a profissão, mas, mesmo assim, são consideradas como potencialidade do setor. Essa aproximação entre as profissionais e os usuários e suas famílias abrem um espaço para que as demandas e necessidades dos usuários e famílias possam ser ouvidas e depois, através das intervenções profissionais, atendidas.

4.2.4 Demandas realizadas e reprimidas pelo Serviço Social no Centro de Convivência

Quando falamos sobre demandas realizadas e reprimidas pelo Serviço Social devemos encarar a profissão como um trabalho bem astucioso, capaz de lidar com as mais variáveis expressões da Questão Social, seu objeto de trabalho. Apesar de ser uma profissão astuciosa é sempre importante que o assistente social mantenha em seu exercício profissional os olhos abertos para que as demandas dos usuários de seus serviços possam ser decifradas e diante à elas possam ser elaboradas, formuladas e gestadas possíveis intervenções para o seu enfrentamento.

Pensar no Serviço Social como uma profissão contemporânea frente as mais variáveis expressões da Questão Social requer um profissional que saiba lidar com essa situação e é nesse ponto de vista que o assistente social desenvolve um

[...]um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos éticos-políticos com os interesses coletivos da população usuária (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

Nesse sentido, identificamos que apesar dos desafios postos a profissão, o Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória é capaz de decifrar a realidade imposta pela sociedade e construir propostas criativas, além de executá-las em busca da preservação e efetivação dos direitos dos usuários.

Assim acontece no Centro de Convivência, quando as assistentes sociais observam as dificuldades encontradas pelas famílias das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo na hora de fazer o Cartão Passe Livre do sistema público de transporte. Ao notar essa dificuldade encontrada pelas famílias usuárias do Centro de Convivência na hora de fazer o Cartão Passe Livre, em parceria com a CETURB (Companhia de transportes Urbanos da Grande Vitória) realiza-se o “[...] cadastro do Passe Livre do Transcol, para que as famílias não precisem se deslocar para o local de atendimento”, certo de que uma vez na semana, quando há demandas, os funcionários da empresa CETURB comparecem ao setor para recolher os cadastros realizados (ENTREVISTADA 01, 2016).

São inúmeras as dificuldades encontradas pelas famílias de pessoas com deficiência na hora de fazer o Cartão Passe Livre do sistema público de transporte, entre elas a questão da mobilidade urbana, devido à pouca quantidade de ônibus adaptados e a não disposição dos veículos Mão na Roda e Porta a Porta, da acessibilidade, pois, os ambientes ainda não estão adequados para as pessoas com deficiência estarem se deslocando da sua casa para as ruas, praças e os demais lugares público e também a questão da renda, muitas famílias não possuem renda para pagar um veículo particular para a sua locomoção devido à falta de estrutura financeira familiar, haja visto, que a maioria dessas famílias sobrevivem apenas com a quantia de um salário mínimo, que segundo a LOAS em seu artigo 2º é garantido a pessoa com deficiência que não possui meios de prover a sua própria manutenção ou tê-la provida pela sua família.

Nesse sentido, podemos identificar que uma das demandas realizadas pelo Serviço Social do Centro de Convivência da APAE de Vitória se dá a partir de uma demanda reprimida pelo Estado, pois, todos os cidadãos segundo a Constituição Federal de 1988 têm o direito de ir e vir, conforme o artigo 5º, inciso XV: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens” (BRASIL, 1998).

De acordo com Iamamoto (2011), o Serviço Social atua na relação direta com o usuário prestando os seus serviços não só na viabilização de recursos materiais, mas também por meio de ações implementadas que incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população.

Destacamos que assim acontece com o Serviço Social no Centro de Convivência quando as assistentes sociais atendem as principais demandas dos usuários e de suas famílias:

Bom, nós atendemos as famílias, então vêm várias demandas, várias demandas com relação aos direitos delas [...] fazemos até encaminhamentos a demandas fora da APAE, mas também aqui dentro nós encaminhamos com relação ao núcleo jurídico, que nós temos um núcleo jurídico aqui na APAE, que fica no Centro de Assistência Social, que nós somos responsáveis, encaminhamos para ela todos os tipos de demanda juridicamente, com relação a curatela, pensão alimentícia, as vezes separação, as vezes briga de inventário, várias demandas com relação à questão jurídica, encaminhamos para o núcleo jurídico, mas primeiro tem que passar pelo Serviço Social para a gente conversar com a família (ENTREVISTADA 02, 2016).

De acordo com Iamamoto (2011, p. 69), os profissionais de Serviço Social contribuem na sociedade com novos pensamentos o que difere dos pensamentos da própria sociedade que na maioria das vezes são considerados repressivos e individualizados. Os pensamentos dos profissionais são contributivos:

[...] ao socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso aos direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso à informação a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade.

Mesmo sendo profissionais astuciosos, os profissionais de Serviço Social não detém de meios de trabalho suficiente para manter um trabalho autônomo, na verdade, em sua maioria são trabalhadores assalariados de órgãos públicos, de empresas privadas e de ONG's, por essa razão, o seu exercício profissional pode sofrer alterações devido as distribuições de tarefas e demandas de seus empregadores.

Embora sejam trabalhadores assalariados de instituições que monitoram suas ações, os profissionais “necessitam ter clareza, consideradas as condições específicas do que produzem com o seu trabalho junto aos conselhos, na habitação, na saúde etc., para que possam decifrar o que fazem” (IAMAMOTO, 2011, p. 70).

A avaliação das assistentes sociais no Centro de Convivência no que diz respeito às demandas reprimidas pelo setor de Serviço Social nos diz que na maioria das vezes, não são demandas que o Serviço Social não consegue atender porque não quer, mas porque não detém dos meios suficientes para a realização das demandas ou não conseguem discernir se realmente é uma demanda para o setor:

Uma demanda reprimida é que as mães querem, elas acionam a gente, que a gente faça lazer com elas e no andar da carruagem, com relação a tantos

serviços, nós não temos condições, só temos duas assistentes sociais pra arranjar ônibus para sair, para pagar ônibus para sair com elas, pra fazer um lazer com elas, isso fica difícil pra gente fazer [...] Então, é uma das demandas que a gente ainda não conseguiu atender. E aí a gente pode até questionar se isso é papel do Serviço Social? (ENTREVISTADA 02, 2016).

Quando aparecem esse tipo de demanda no processo de trabalho do Serviço Social geram indagações aos profissionais que são muito importantes e que por consequência:

[...] ajudam a pensar, a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. E mais do que isso, permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características particulares (IAMAMOTO, 2011, p. 70).

Cabe aqui ressaltar, que embora não seja atribuição do assistente social fazer lazer com as famílias usuárias de seu serviço, sabemos que as atuações dos assistentes sociais são voltadas em sua grande maioria para atender as demandas reprimidas do Estado, ou ainda, o Estado usa o Serviço Social como um mediador dos conflitos de classes e instrumento para o enfrentamento da Questão Social sob medidas compensatórias e através da criação de políticas sociais.

Nesse Sentido, podemos entender a relação que a instrumentalidade do exercício profissional do Serviço Social tem com a categoria mediação “[.] que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente” (GUERRA, 2000, p. 60).

Segundo Guerra (2000, p. 60), essa relação entre instrumentalidade e mediação é particularidade da cultura profissional, “dela os assistentes sociais recolhem e nela constroem indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental-técnico ou as ditas metodologias de ação”.

A competência crítica do profissional de Serviço Social é capaz de decifrar diante as suas demandas as gêneses dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para o seu enfrentamento. Portanto:

Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social (IAMAMOTO, 2011, p. 80).

Essa perspectiva crítica que a profissão adere reforça a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, há sempre uma forma em que o profissional de Serviço Social encontra de formular novas propostas ou ir contra algumas propostas

para garantia e zelo dos serviços prestados, bem como, essa perspectiva requer que o profissional não recuse as tarefas que lhe são atribuídas, mas que à elas sejam feitas um tratamento teórico-metodológico e ético-político particularizado, voltado aos interesses eminentes dos usuários (IAMAMOTO, 2011).

Assim acontece com o Serviço Social do Centro de Convivência da APAE de Vitória quando as profissionais optam de:

[...] não fazer lazer por fazer e sim trabalhar com essas mães [...] grupos a gente faz aqui né, nós fazemos a roda de conversa, que é um grupo nós fazemos sempre, então elas querem lazer por lazer e essa é a grande dificuldade" (ENTREVISTADA 02, 2016).

Nesse sentido, podemos observar que as assistentes sociais procuram realizar suas intervenções a partir dos interesses dos usuários, que são grupos voltados para aproximação das famílias com a instituição, voltados para o esclarecimento de dúvidas, grupos que trabalham com as famílias acerca dos direitos da pessoa com deficiência, são ações que necessitam de um profissional crítico e competente. Contudo, as assistentes sociais do Centro de Convivência no momento da entrevista não levaram em consideração a verdadeira realidade dessas famílias quando demandam um passeio, uma saída que seja da instituição.

As famílias das pessoas com deficiência são famílias desamparadas pelo Estado, muitas abdicam do seu trabalho para viver restritamente para os filhos com deficiência, não só do trabalho, mas das relações sociais, pois, ficam sem condições de ir e vir devido à mobilidade urbana, devido à acessibilidade, ficam sem condições de sair para lazer, estudos, muitas vezes param cuidar da saúde, outras pelos cuidados que o seus filhos requerem ou ainda pela não condição financeira. Vale ressaltar, que são as instituições filantrópicas como a APAE de Vitória que assumem o papel do Estado, diante disso, as famílias que são atendidas pela assistência social são encaminhadas para os atendimentos da APAE e a instituição fica sendo o único local em que essas famílias vão, acaba se tornando a segunda casa dessa família, a onde se pode ocasionar, e é considerada normal, essa vontade das famílias de desfrutar de lazeres e saídas, já que a primeira oportunidade de atendimento de suas demandas já foi dada e eles já criaram uma rotina de ir a instituição.

Aferimos que as demandas realizadas pelo Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória atendem e cumprem o papel que é dado ao profissional de

Serviço Social desde seu processo de formação, pois, as assistentes sociais apreendem a realidade em que são inseridas e por consequência conseguem identificar e realizar as devidas intervenções. Quando falamos das demandas reprimidas fica uma grande incógnita, pois, através dessa análise de dados não conseguimos identificar a real veracidade das demandas reprimidas pelo setor e nesse caso, nem as próprias profissionais reconhecem as demandas reprimidas como demandas do Serviço Social. São demandas que são reprimidas pelo Estado e que o Serviço Social do Centro de Convivência da APAE de Vitória não detém de meios suficientes para realizá-las.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou identificar de que forma se dá o exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória, uma instituição que atende a pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo e suas famílias. O Centro de Convivência tem a finalidade de promover autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias.

Ao identificar o exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória, podemos observar que as duas assistentes sociais do setor buscam cotidianamente articular seu trabalho com as necessidades dos usuários e de suas famílias. Observamos também que as profissionais de Serviço Social mantêm os seus olhares críticos a realidade exposta afim de contribuir para a construção e efetivação dos direitos dos usuários. Vale ressaltar que a construção de um profissional crítico é fruto de um processo de formação de uma profissão que é legitimada por um referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Ser um profissional legitimado por um referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo requer do profissional na hora do exercício de seu trabalho uma atenção voltada para as dimensões que o seu trabalho pode alcançar, para isso, é necessário romper com a prática conservadora e alcançar novas possibilidades de atuação. Para que isso ocorra é necessário superar os limites e desafios impostos ao exercício profissional cotidianamente.

O Serviço Social é uma profissão que atua diretamente com os usuários de seus serviços, voltada para a efetivação dos direitos sociais, para tanto, no Centro de Convivência da APAE de Vitória fez-se necessário a valorização dos programas e projetos voltados às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo. Assim acontece com as assistentes sociais do Centro de Convivência quando diariamente em seu processo de trabalho buscam meios para a garantia de acesso aos direitos e meios para a efetivação desses direitos dos usuários da assistência social. Nesse Centro, a atuação das profissionais é pautada na viabilização de programas e encaminhamentos que contribuem com os usuários e famílias no seu processo de emancipação.

Conforme podemos observar no referencial teórico, para que se suceda a inclusão social das pessoas com deficiência e assim possa haver uma melhora na qualidade de vida delas é necessário que o Estado amplie suas políticas públicas e tome medidas para assegurar os direitos das pessoas com deficiência para que estas pessoas possam estar socialmente incluídas na sociedade e não sejam discriminadas nas suas condições sociais e físicas.

O que esse Trabalho de Conclusão de Curso acarreta é a necessidade de incentivar novos estudos e também novas iniciativas do Estado que proporcionem novos projetos para a atuação de profissionais do Serviço Social na área da assistência social, afim de contribuir para a ampliação dos direitos de cidadania para a população com deficiência, principalmente as pessoas com deficiência intelectual, pois a atuação nessa área da reabilitação e habilitação das pessoas com deficiência ainda está bastante prejudicada seja pela falta de resoluções ou seja pela falta de recursos financeiros destinados a esses usuários. No entanto, podemos perceber que com o passar dos anos, devido aos movimentos em favor da pessoa com deficiência, da luta da sociedade civil, as políticas direcionadas as pessoas com deficiência conquistaram avanços significativos desde o termo utilizado à quem tem algum tipo de deficiência à inclusão social dessas pessoas.

O presente estudo permitiu ampliar a minha visão e conhecimentos sobre o exercício profissional para que no futuro, como profissional de Serviço Social eu possa desempenhar as capacidades necessárias para a atuação profissional frente as demandas existentes e saiba manobra-las sob a influência teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo que legitimam a profissão em suas mais variadas áreas de atuação. É um estudo que eu considero importante, pois, me fez superar expectativas pessoais e expectativas esperadas pelo processo de formação, além da aproximação com a teoria e a prática profissional do Serviço Social, objetivo da graduação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 145-195.

AMARAL, Ângela Santana do; MOTA, Ana Elizabete. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social.** [s.d] Disponível em: <<http://ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-040.pdf>>. Acesso em: 27 de Abril de 2016.

APAE VITÓRIA - ES. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória.** [s.d] Disponível em: <<http://www.apaevitoria.org.br/>>. Acesso em: 26 de Abril de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social: Direitos e competências profissionais.** 760p. Brasília: CFESS/ABESS, 2009. p. 165-184.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Eneide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social: Direitos e competências profissionais.** 760p. Brasília: CFESS/ABESS, 2009. p. 185-200.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mari Moraes dos. Questão social e direitos. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social: Direitos e competências profissionais.** 760p. Brasília: CFESS/ABESS, 2009. p. 267-284.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm >. Acesso em: 05 de Maio de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 de Maio de 2016.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/Historia%20do%20Movimento%20Político%20das%20Pessoas%20com%20Deficiência%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 08 de abril 2016.

BRASIL. **Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 28 de Novembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de Legislação em Saúde da pessoa com deficiência**. 2. Ed, rev. Atual. Brasília, 2006, p. 7-53

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. In: _____. **LOAS Anotada: Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasil: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. In: _____. **PNAS: Política Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica (SUAS)**. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. p. 9-38.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional da Saúde (CONEP) nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/comite_de_etica_em_pesquisa_SAP/resolucao-466_12-12.pdf>. Acesso em: 02 de Novembro de 2015.

CARMO, José Carlos do; JAIME, Lucíola Rodrigues. **A inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: O resgate de um direito de cidadania**. São Paulo: Ed. dos Autores, 2005.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

CASTRO, Manoel Henrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-109.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia – Um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANEMANN, Sara. **Processo de Trabalho e Serviço Social I**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Modulo 02, p. 154-166. AD-UNB, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Modulo 04, p. 53-63. AD-UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. 760p. Brasília: CFESS/ABESS, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão Social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>>. Acesso em: 09 de Abril de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis e metodologia jurídica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. In: _____ **Trabalho, sociedade e valor**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 41-64.

- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são pessoas deficientes**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 7-50.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.
- SANTOS, Josiane Soares. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, Maria Lúcia Carvalho. Debates Sociais: Desafios, Araxá 30 anos depois. In: _____ **O 1º Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá: seu Contexto Histórico, Significação e Influência. Um quase depoimento**.nº63/64, 2004. p. 7-24.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. Biblioteca básica de Serviço Social; v. 3. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- SOUZA, Maria Luiza de. **Serviço Social e Instituição**: a questão da participação. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995. p.60-155.
- SPOSATI, Aldaíza et.al. **Assistência na trajetórias das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11-39.
- TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social**: Direitos e competências profissionais.760p. Brasília: CFESS/ABESS, 2009. p. 239-253.
- VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política Social**. s.ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 11-62
- WERNECK, Claudia. **Ninguém vai mais ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p.5-47.
- YAZBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 45-72.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista Semi-estruturada

1. Como se dá o exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
2. Quais os instrumentos de trabalho utilizado na rotina do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
3. Quais os desafios do exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
4. Quais as potencialidades do exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
5. Quais as principais demandas realizadas pelo Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
6. Quais as principais demandas reprimidas pelo Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
7. Como você, profissional do Serviço Social, enxerga a importância do exercício profissional desenvolvido pelo Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
8. Como que se dá a autonomia relativa do profissional no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
9. De que forma o Projeto Ético Político é materializado no Centro de Convivência da APAE de Vitória?
10. Você gostaria de executar seu trabalho de alguma outra forma? Mudaria algo? O que?
11. Algo que você gostaria de dizer que não foi abordado?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado para participar como voluntário de uma pesquisa que tem como objetivo Descrever o exercício profissional desenvolvido pelo Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição e não acarretará custos para você.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: O Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória

Pesquisador Responsável: Elisangela Maria Marchesi

E-mail:emarchesi@catolica-es.edu.br

Nome do aluno: Leticia Ferreira Coutinho Alvarenga

Telefones para contato: (27) 9.9935-4840

E-mail:leticiaacoutinhoa@gmail.com

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação de graduação em Serviço Social e tem como objetivos (geral e específicos) Descrever o exercício profissional desenvolvido pelo Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória e Identificar a instrumentalidade profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória; Identificar os desafios e as potencialidades do exercício profissional do Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória; Identificar as principais demandas realizadas e reprimidas pelo Serviço Social no Centro de Convivência da APAE de Vitória. Espera-se que este estudo possa contribuir no meio acadêmico para o aprofundamento do estudo da prática profissional neste âmbito de atuação, sendo importante seu debate por se tratar de

um espaço da prática do assistente social, ampliando o conhecimento e entendimento do serviço, compreendendo sua instrumentalidade, desafios, potencialidades, demandas e possibilidades enquanto prática interventiva.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos sobre o exercício profissional do Serviço Social. Os depoimentos poderão ser gravados ou falados à pesquisadora e escritos por ela, conforme você preferir. O material gravado será destruído logo após sua transcrição, evitando acesso de outras pessoas ao mesmo. Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionados à sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo sobre sua participação, privacidade e seu anonimato. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação. Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da pesquisa. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

CONSENTIMENTO

Eu, _____ declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado(a) que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.